



Universidade Estadual de Feira de Santana
Programa de Pós-Graduação em História

Chico Pinto e os *Autênticos* do MDB: atuação no *campo político* brasileiro (1971- 1982).

Flávia Amorim Souza

Feira de Santana

2013



Universidade Estadual de Feira de Santana
Programa de Pós-Graduação em História

Chico Pinto e os *Autênticos* do MDB: atuação no *campo político* brasileiro (1971-1982).

Flávia Amorim Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Feira de Santana
2013

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S715c Souza, Flávia Amorim
Chico Pinto e os Autênticos do MDB : atuação no campo político brasileiro (1971-1982) / Flávia Amorim Souza. – Feira de Santana, 2013.
145 f. : il.

Orientador: Eurelino Teixeira Coelho Neto.

Mestrado (dissertação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. História política – Brasil. 2. Ditadura Militar. 3. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). 4. Pinto, Francisco – Crítica e história. I. Coelho Neto, Eurelino Teixeira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 981:32

Termo de Aprovação

Banca Examinadora

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto
PGH/UEFS – Orientador

Prof. Dr. José Alves Dias
UESB

Prof. Dr. Clóvis F. Ramaiana Moraes Oliveira
UNEB

Canción con todos

(autor desconhecido)

Salgo a caminar
Por la cintura cósmica del sur
Piso en la región
Más vegetal del tiempo y de la luz
Siento al camiñar
Toda la piel de América en mi piel
Y anda en mi sangre un río
Que libera en mi voz
Su caudal.
Sol de alto Perú
Rostro Bolivia, estaño y soledad
Un verde Brasil besa a mi Chile
Cobre y mineral
Subo desde el sur
Hacia la entraña América y total
Pura raíz de un grito
Destinado a crecer
Y a estallar.
Todas las voces, todas
Todas las manos, todas
Toda la sangre puede
Ser canción en el viento.
¡Canta conmigo, canta
Hermano americano
Libera tu esperanza
Con un grito en la voz!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo o estudo da trajetória política de Francisco Pinto enquanto membro do chamado grupo *Autêntico* do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso Nacional, na tomada de posição contrária à ditadura civil/militar, na atuação no *campo político* brasileiro no período entre 1971 e 1982. Essa temporalidade corresponde ao período em que Francisco Pinto foi deputado federal: o primeiro mandato em 1971-74, cassado em 1974, e o segundo, 1979-82. Investigamos como o deputado e o grupo dos *Autênticos* construíram e aplicaram sua estratégia de oposição ao regime ditatorial. Para tanto, trabalhamos com a metodologia do sociólogo Pierre Bourdieu, especialmente com o conceito de *campo político*, com o qual problematizamos as estratégias e possibilidades de se fazer política institucional. As fontes consultadas foram: os discursos pronunciados pelo deputado Francisco Pinto no Congresso Nacional e o jornal Movimento.

Palavras-chaves: História Política; Ditadura Civil/Militar; Francisco Pinto; MDB; Campo Político.

ABSTRACT

This work has as its goal the study of Francisco Pinto's political journey as a member of the so-called group Autênticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) in Brazilian National Congress, in his taking of a contrary posture to the civilian/military dictatorship, in his actuation in Brazilian political field in the period between 1971 and 1982. This time corresponds to the period in which Francisco Pinto was a federal congressist: his first term in 1971-74, impeached in 1974, and second, 1979-82. We investigated how the congressman and his Autênticos group built an opposite force to the dictatorship. For that, we used sociologist Pierre Bourdieu's method, of political camp, so we can understand the strategies and possibilities of making institutional politics. The sources consulted were: congressman Francisco Pinto speeches in Brazilian National Congress and Movimento newspaper.

Keywords: Politic History; Civilian/military dictatorship; Francisco Pinto; MDB; Political camp.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
ALN	Ação Libertadora Nacional
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ESG	Escola Superior de Guerra
FIA	Frente Intersindical Antiarrocho
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
LSN	Lei de Segurança Nacional
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MIA	Movimento Intersindical Antiarrocho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
UNE	União Nacional dos Estudantes
UDN	União Democrática Nacional
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são tantos e a inspiração é pouca. Diz Kundera que a vida é como uma partitura, e cada pessoa que conhecemos, soma-se nota. Nossa música é então cheia de nossa gente, das que cativamos e nos cativam – como diria a raposa do Pequeno Príncipe. Ainda lembrando esses que falam sobre a vida e as pessoas com suas marcas invioláveis no nosso trajeto, gosto da definição dos Novos Baianos: “e pela lei natural dos encontros eu deixo e recebo um tanto”. Música tão tocada na casa do Feira VI, que foi meu abrigo e celeiro de produção e vivência. Lugar onde tive o prazer de dividir a vida com as duas lindas irmãs: Maria (Dedé) e Isana, e outras tantas pessoas que de passagem deixam marcas na moradia.

No começo dessa história devo agradecer aos irmãos e irmãs, cada um na sua luta, mas com um sangue e algumas ideias em comum. Agradeço a Fabio, Fernando, Fernanda e Fabiana, por ensinar a trilhar e me dá abrigo quando tenho que voltar. Agradeço a Fernanda que mais que uma irmã, é minha companheira de alma, com quem divido ideias, ideais, dúvidas, aflições e danações. Você diz que não se agradece essas coisas, mas vai aí um agradecimento científico. Agradecimentos ao Fabio que foi um pai todo o tempo, com o coração maior que ele. Agradeço a Fernando, meu irmão, obrigada por tudo e mais um pouco. Agradeço também a Gonzalo (meu cunhado) e a pequena Violeta, e ao abrigo na chácara da Cuca Feliz.

Em Pombal ponto de origem, será que tudo acaba onde começou? Como diria o Raulzito. Não importa saber... Ainda estamos no caminho de Ítaca e o que vale é a caminhada. Ali alguns agradecimentos, para Flávia e Gata, amigas e irmãs de coração. Outros muitos que me ensinaram de alguma maneira, mesmo que não recorde em exatidão.

Em Feira de Santana, minha segunda morada. Os agradecimentos são muitos. Então teremos que classificar em grupos. Primeiro, o LABELU (Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais) local de ricas discussões que sempre inquietaram e ajudaram a dar um passo adiante: “um passo à frente e você não esta mais no mesmo lugar”, como diria o Science. Agradeço a Larissa Penelu, Tamy Assad, Valter Zaquel, Chintamani, Liniker, André Santana e Thiago Oliveira.

Yolanda Leony e Danilo, “pais adotivos”, obrigada pelo conforto da casa materna nos momentos difíceis de produção de artigos e de diversão.

Nayara Fernandes muito obrigada pelas conversas, desabafos e amizade.

Charla, obrigada pela sinceridade, amizade e tantas risadas.

Diego professor em tempo integral e um amigo sem adjetivos.

Agradecimentos ao professor Clóvis Ramaiana e José Dias que no exame de qualificação ajudaram a (re)pensar a pesquisa e a escrita.

Agradeço a outros professores que ajudaram e incentivaram essa história de fazer História: Elizete Silva, Igor Gomes, Jacques Depelchin, Emilia Silva, Valter Guimarães e Rogério de Fátima (em memória).

Agradeço aos amigos pelos momentos de descontração também necessário na produção, como diz o Buarque: “a gente vai bebendo, que também sem a cachaça ninguém segura esse rojão”. Valeu: Joãozinho, Lívia, Aline Laurindo, Carol, Marcelo, Tico, Rafael (que nem bebe)... a lista é grande!

Devo agradecimentos também a Aline Aguiar e Liliane.

Julival, muito obrigada pelas informações no mestrado e tantas ajudas.

Agradecimentos sem medidas para Coelho. Orientador. Desde o primeiro semestre quando ele chegou com umas conversas sobre Universidade, construção de conhecimento... que suas ideias me ecoam na cabeça... Sou muito grata pelas conversas, pelas aulas e orientação. Professor muda o rumo do pensamento. Obrigada por apresentar pensamentos e leituras, mesmo as que deram muito trabalho de entender. Obrigada por lutar pela Universidade e criar um lugar como o LABELU. E obrigada por pensar como pensa e ser professor!

Agradecimentos também a FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, com o apoio financeiro foi possível a dedicação exclusiva à pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: O <i>Campo</i> e a organização política na ditadura civil-militar.....	18
1.1 O golpe de 1964: “como um raio caído num dia de sol”?.....	19
1.2 O <i>campo político</i> na ditadura: as regras políticas.....	29
1.3 A proposta do grupo <i>Autêntico</i>	37
CAPÍTULO II: Os discursos de Chico Pinto e a decifração dos signos do poder (1971-74).....	42
2.1 As tomadas de posição, o <i>produto simbólico</i> e outros elementos no discurso de Chico Pinto.....	42
2.2 A ditadura nos discursos de Chico Pinto.....	49
2.3 O anticandidato da antieleição: “denunciar e renunciar”.....	55
2.4 O discurso de Chico Pinto contra a Ditadura Chilena.....	57
CAPÍTULO III: A Luta dos <i>Autênticos</i> : disputa entre a Arena, o general e o MDB (1975-78) – Uma leitura do <i>Movimento</i>	62
3.1 A formação dos <i>Autênticos</i> em 1975-78.....	62
3.2 O jornal <i>Movimento</i>	63
3.3 “Para que tudo permaneça é preciso que tudo mude?”: sobre a “distensão lenta, gradual e segura”.....	66
3.4 “Liberalização de gestos limitados”: a ação dos <i>Autênticos</i> , <i>Moderados</i> e <i>Adesistas</i> nas páginas do <i>Movimento</i>	68
3.5 A Convenção Nacional do MDB em 1975.....	78
3.6 Eleições de 76: Chico Pinto em Feira de Santana.....	85
3.7 “A vitória da oposição dentro da oposição”: A disputa pela liderança na Câmara de deputados entre Laerte Vieira versus Alencar Furtado.....	91
3.8 “Encerrada a sessão”: a votação da reforma do judiciário.....	95
3.9 A candidatura de Euler Bentes	99
CAPÍTULO IV: O discurso de Chico Pinto e a abertura política (1979-82)	105
4.1 A posse de Figueiredo no discurso de Chico Pinto	109
4.2 Posse de Chico Pinto.....	111
4.3 Discursos e uma leitura da abertura.....	116
4.4 “É tempo de homens partidos”	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
LISTA DE FONTES.....	134
REFERÊNCIA.....	139
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

Este texto disserta sobre a trajetória política de Francisco Pinto enquanto membro do chamado grupo *Autênticos* do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso Nacional, na tomada de posição contrária a ditadura civil/militar, na atuação no *campo político* brasileiro no período entre 1971 e 1982.

O interesse pela pesquisa nasceu e se desenvolveu no Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais (LABELU/UEFS), local onde esta pesquisadora ouviu falar sobre Francisco Pinto pela primeira vez. Ao ouvir falar sobre o memorado político de Feira de Santana havia uma crítica constante: a falta de um estudo mais sistematizado sobre o mesmo.

No LABELU tivemos então contato com os discursos do deputado e daí a estranheza que nos levou à inquietação sistematizada hoje em problema de pesquisa: Como entender um deputado do MDB discursando contra a ditadura e denunciando sua ilegitimidade?

Ao investigar de perto a ação de Francisco Pinto, vê-se que seu discurso destoava do que a ordem da ditadura civil-militar impôs. Ele se apresentava como um político polêmico, com um discurso contundente de oposição ao regime. Constantemente ameaçado pela cassação e até cassado, junto a ele havia um grupo de deputados com esse mesmo discurso. Daí a questão que nos interessou: analisar, através da trajetória de Francisco Pinto, como esse grupo, conhecido por *Autênticos*, criou estratégias de oposição à ditadura.

O grupo dos *Autênticos* foi organizado por deputados federais eleitos pelo MDB a partir de 1971, com o propósito de denunciar as arbitrariedades cometidas pelos ditadores através da ação parlamentar no Congresso Nacional. Francisco Pinto foi um dos principais líderes e articuladores do grupo - no período de recorte para pesquisa exerceu dois mandatos como Deputado Federal (1971-74/ 1979-82).

Formaram-se três grupos fundamentais no MDB definidos pela imprensa da época de acordo com a posição política assumida na concorrência interna do partido e pela aproximação ou distanciamento com os ditadores. Os *Adesistas*, aliados ao projeto dos ditadores, tinham por tarefa manter o partido na direção da oposição obediente. Os *Moderados*, que se diziam defensores da democracia e preferiam negociar com os ditadores, pois temiam os riscos do enfrentamento. E os *Autênticos*, que através do discurso de Chico Pinto analisamos, que se construíram como uma oposição mais contundente a ditadura.

Francisco José Pinto dos Santos (Chico Pinto) nasceu em 16 de Abril de 1930, na cidade de Feira de Santana, Bahia. Começou os primeiros passos com a política no

movimento secundarista em Salvador. Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1954. Em 1950, iniciou na política institucional exercendo o cargo de vereador pelo PSD (Partido Social Democrático). No mesmo período trabalhou como advogado para os sindicatos em Feira de Santana.

Em 1962, candidatou-se a prefeito dialogando fundamentalmente com os setores populares: “Não quero votos da burguesia. Não servirei a dois senhores, Deus e o Diabo.”; “Francisco Pinto na prefeitura é o povo governando”, eram os slogans de campanha. Ganhou a eleição por uma diferença muito pequena de votos e, já na prefeitura, outras medidas governamentais levaram a definir Francisco Pinto como um político que trabalhava para os populares. Isso se verifica na implementação do Orçamento Participativo, Associações de Bairro, a Farmácia do Povo, a implementação do método de alfabetização Paulo Freire. Propostas concomitantes com o projeto político de João Goulart e as Reformas de Base.

No entanto, o governo de Chico Pinto foi marcado pela forte oposição e acontecimentos tensos que marcaram a sua gestão. A tentativa de implementação do Orçamento Participativo levado à Câmara de Vereadores para discussão e negado pelos vereadores rendeu o famoso “quebra-quebra da Câmara”. Os populares se revoltaram pela negativa dos vereadores e promoveram uma grande “confusão”. Outra foi o ensaio de resistência armada contra os fiscais do estado no Campo do Gado. Fatos esses que deram à posição de Chico Pinto a imagem de um defensor dos interesses populares e um radical.

Quando os militares e a burguesia “conquistaram o Estado” com o golpe de 1964, Francisco Pinto entrou na lista dos procurados. Na cidade de Feira de Santana, Pinto preparou a resistência ao golpe mesmo com armas precárias (“papo-amarelo”), na expectativa de somar-se com a iniciativa nacional. Todavia, com a fuga do presidente não houve nenhum disparo.

Os ditadores venceram e pediram o *impeachment* de Chico Pinto pela Câmara de Vereadores, mas foi inicialmente negado e obtido somente após intervenção militar e cerco do prédio da Câmara por tropas de outros estados. Foi preso e processado. Por sua profissão de advogado, Francisco Pinto ficou conhecido por sua auto defesa na Justiça Militar. (Todos esses episódios podem ser lidos na entrevista de Chico Pinto no livro feito por Ana Beatriz Nader).¹

Francisco Pinto era conhecido pela sua performance nos comícios, com um discurso forte, contundente o que levava seus eleitores não só ao depósito do voto, mas a uma certa

¹NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

paixão, até hoje presente nos discursos daqueles que ficaram conhecidos como “pintistas” (seus eleitores na cidade de Feira de Santana). Um dado curioso, no percurso da pesquisa, analisando a biblioteca do político doada ao LABELU, encontramos um livro clássico do teatro realista, *A preparação do ator*, de Stanislavski. Um livro sobre técnicas para atuar, o que nos fez pensar que Francisco Pinto preocupava-se em fazer mesmo do palco dos comícios um espetáculo teatral. E isso fazia com que as pessoas de fato se entusiasmassem nos seus comícios.

Esse trabalho foi iniciado na graduação o que rendeu uma monografia de final de curso. Nela constam os primeiros passos de descobertas e tentativa de sistematização dos resultados sobre a atuação de Chico Pinto e dos *Autênticos*. Trabalhamos basicamente com os discursos do deputado. Com a dissertação foi possível avançarmos mais sobre o objeto, incluindo a leitura completa das edições do *Jornal Movimento*. Além claro, do amadurecimento teórico adquirido com a ampliação da leitura e referencial teórico para análise que nos propusemos.

Metodologicamente nos apoiamos nos conceitos de *trajetória* e de *campo político*, ambos elaborados pelo sociólogo Pierre Bourdieu. O conceito de *trajetória* é validado para os estudos sobre o percurso de um sujeito, compreendendo como o ser se constitui nas relações sociais, com os outros e com o mundo. Para tanto, analisar uma *trajetória*, ou uma sequência de *tomadas de posições*, implica em conhecer as relações com o mundo objetivado, ou seja, o *campo* no qual o sujeito se insere; o “conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados permanentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço possível”².

O *campo político*, por sua vez, é o lugar onde atuam os *políticos profissionais* em distância da sociedade, dos “laicos” (assim como Bourdieu denomina), pois os meios de produção propriamente políticos estão concentrados nas mãos daqueles, em consequência do desapossamento dos outros (leigos). Por isso, existe o monopólio da representação e logo a luta permanente por mantê-lo. Os que estão no *campo político* lutam para representar os laicos, e sobretudo, as regras do *campo* limitam a entrada para os profissionais.

Pierre Bourdieu divide categoricamente a sociedade em *campos* – que são áreas referenciadas pela atuação de alguns agentes em respectivo mecanismo de ações objetivadas, daí deriva-se a teoria de *campo político* – um “espaço” circunscrito de atuação daqueles que estão diretamente ligados à política institucional. O *campo* tem regras próprias que são

²BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) *Uso & abuso da História Oral*. 8 ed. RJ: Editora FGV, 2006. p. 190.

“estruturas estruturadas” historicamente. Assim o *político profissional* deve atuar conforme estas regras de funcionamento e conduta.

Como funciona o *campo político*? Os *políticos profissionais* aí situados disputam um projeto político, “vendem” um *produto simbólico*, que em outras palavras, significa uma visão de mundo que se pretende estatuto de organização da vida social. Como conceituou Bourdieu, o produto simbólico é: “instrumentos de percepção e de expressão do mundo social”³.

Dentro do *campo*, então, os políticos tomam suas posições através de seu *produto simbólico*, e disputam a representação dos leigos entre si, para vender seu *produto simbólico*. Nesse sentido, seu *produto* sempre é dirigido a um grupo específico, àqueles por cuja representação o político luta, que é quem também lhes mantém dentro do *campo* aderindo ao projeto, “comprando o produto”. Ao mesmo tempo, o *produto simbólico* negociado pelo político lhe direciona a *tomada de posição* em antagonismo a outros dentro do *campo*, assim o político também disputa com outros representantes profissionais até que um *produto simbólico* seja o vencedor. E o prêmio é a capacidade de aglomerar mais adeptos ao seu projeto, em outras palavras, convencer as pessoas à adesão de um determinado projeto de organização política, social e econômica (o que conduz necessariamente à permanência do profissional no *campo*).

Segundo o sociólogo, há uma certa autonomia do *campo político* frente aos demais setores da sociedade, pois para aqueles que o habitam há regras próprias de conduta, tanto para adentrar como para permanecer. Mas essa autonomia é relativa, pois os políticos só existem e permanecem no *campo* em consoante interesse com os leigos.

As propostas negociadas pelos políticos – o *produto simbólico* - devem ser entendidas a partir do interesse dos leigos, ou seja, de quem lhes deu a outorga de representar, pois o político, sobretudo, precisa convencer pessoas, sujeitos, grupos sociais a aderir ao seu projeto político, necessita que os leigos confiem e comprem seu *produto simbólico*.

Para entender a atuação do *político profissional* do *campo político*, é sobretudo, necessário entender seu *habitus* e as regras de funcionamento do *campo*. Pois, para adentrar no *campo* é necessária uma preparação anterior, o político é instrumentalizado, tem que comportar em si um *habitus*, qual seja, um corolário de ações e conhecimentos que lhe ensina a atuação política. Ele tem que se aparelhar dos melhores ensinamentos para, nas disputadas correlações de forças dentro do *campo*, fazer com que seu *produto simbólico* negociado seja o vencedor.

³BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 165.

O sociólogo define *habitus*:

o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais⁴.

O *habitus* é um conceito que induz a pensar a historicidade daquele político que adentra no campo, como o mesmo se construiu político. Para permanecer, o político precisa, todavia, de credibilidade dos seus eleitores. A credibilidade, o *habitus* e outros aparatos fazem o político ser reconhecido pelos leigos, forma o que Bourdieu chama de *capital simbólico*. Quanto maior a carga de “carisma”, crédito, confiança que as pessoas de fora do *campo* depositam para o político maior é seu *capital político*. É isso que mantém sua permanência e força dentro do *campo*.

A partir dessa metodologia analisamos o objeto. Busca-se entender a trajetória de Francisco Pinto, um *político profissional*, em um momento determinado de sua trajetória que está relacionado com os *Autênticos* do MDB, nas suas *tomadas de posição* no *campo político* em questão formado pela ditadura civil/militar.

No primeiro capítulo revisitamos o golpe civil/militar, através de uma leitura bibliográfica das súmulas de seminários apresentados no Brasil durante os anos pós-golpe. Pois foi a partir do golpe que se reconfigurou o *campo político*. Não houve um projeto regular, contínuo durante toda a ditadura, mas alguns elementos se perpetuaram durante todo o período histórico. Todavia, o objetivo do capítulo é entender as regras do *campo político*. Como estavam organizadas as instituições do período, a formação do sistema partidário, o processo de formação dos grupos dentro do MDB, em especial dos *Autênticos*. Um capítulo para entender o *campo* em que o político transitava. Para tanto, uma referência importante é a legislação da época, fonte de entendimento dessas regras.

No segundo, verifica-se o *produto simbólico* negociado pelo político Francisco Pinto, no primeiro mandato, 1971 a 1974. Os discursos de Francisco Pinto intervindo no *campo político* são ferramentas para entender o seu *produto simbólico* negociado, qual perspectiva de organização da vida social, política e econômica o mesmo tinha e para qual grupo social este lançava seu produto. Entendendo também que o *produto* segue uma ordem de demandas dos

⁴BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p.169.

leigos é que se buscou caracterizar o momento histórico a partir das demandas sociais na conjuntura política ditada pelo “milagre econômico”.

O capítulo terceiro é o momento de traçar e entender as disputas internas dentro do MDB e a Arena. O local privilegiado de entender essa movimentação é o jornal *Movimento*, onde encontramos artigos sobre a conjuntura política e a atuação da política institucional. O jornal tinha forte relação com os *Autênticos*, inclusive Francisco Pinto publicava nele a coluna *A semana em Brasília*, depois denominada a *Coluna do Chico Pinto*. Com a cassação do mandato de deputado, em 1974, Francisco Pinto ficou afastado do Congresso Nacional, até 1979. E durante esse período foi convidado a fundar o jornal *Movimento*. Discutimos, também, as perspectivas de atuação dos *Autênticos*, *Moderados* e *Adesistas* no processo da “*distensão lenta, gradual e segura*”.

No quarto capítulo retomamos a trajetória política de Francisco Pinto no Congresso, entre 1979 e 1982. O momento político conjuntural era outro, composto pela “abertura política” do governo Figueiredo, resultado das constantes disputas que envolveram o projeto de manutenção da ditadura e as pressões das oposições. Nesse sentido, verificamos o conteúdo dos discursos de Francisco Pinto, as *tomadas de posição*, as denúncias políticas e a possibilidade de leitura da realidade brasileira construída pelo modelo econômico/político/social implantado pelos ditadores já no processo de redemocratização.

CAPÍTULO I

O *Campo* e a organização política na ditadura civil-militar

Em 1964 a burguesia e os militares tomam de assalto o Estado brasileiro. Mas, retomando a frase de Marx, esse fenômeno não pode ser visto “como um raio caído num dia de sol” mas, como bem especificou Dreifuss, tratou-se de uma “conquista do Estado”.

A luta de classe se acirrava no Brasil no início da década de 1960. Os trabalhadores e a burguesia estavam organizados em seus respectivos aparelhos. A situação política era instável, passou-se do parlamentarismo para presidencialismo. A burguesia se programava para um golpe já em 1961, que foi frustrado. O objetivo daquela iniciativa era varrer o bloco populista do governo. Com a luta de classes acirrada, a situação piorou quando Jango decidiu por corresponder às reivindicações dos trabalhadores. Então, a burguesia se aliou com os militares e fizeram o golpe de 1964.

Voltamos ao momento do golpe através de um debate bibliográfico. Escolhemos as súmulas dos seminários produzidos nas décadas pós-ditadura. Esse debate se concentra no primeiro subtópico. Verificamos as iniciativas das esquerdas e das direitas, as relações de força, o posicionamento de Jango, as principais entidades envolvidas no processo, os aparelhos privados de hegemonia e a conquista do Estado pela direita. Identificamos uma tendência geral dos mais famosos intelectuais envolvidos no debate sobre o golpe em assumir o posicionamento e argumentos desenvolvidos pelos militares e burguesia que justificaram e deram o golpe.

Na segunda seção analisamos como a direita reestruturou o Estado depois do golpe. As leis são as fontes para entender a reorganização do *campo político*. Demos atenção aos Atos Complementares, à Constituição, como fontes para entender como funcionou o espaço de se fazer a política institucional, lugar central para entender a atuação do deputado Francisco Pinto e dos *Autênticos*.

Na terceira parte do texto faremos uma abordagem da estruturação dos partidos políticos e a formação dos grupos dentro do MDB. Apresentaremos a formação e a composição dos *Autênticos*.

Esse é um capítulo inicial que serve para situar o leitor a conjuntura histórica, os limites de se fazer política, ou seja, a configuração, regras do *campo político*. Desenhar o ambiente em que os *Autênticos* e, em especial, o deputado Francisco Pinto desenvolveram sua estratégia de luta contra a ditadura.

1.1 O golpe de 1964: “como um raio caído num dia de sol”?

O período de recorte temporal da pesquisa é de 1971 a 1982, não envolve o ano de 1964, quando o golpe civil/militar se efetivou. No entanto, aqui vale uma leitura sobre o golpe, ponto de partida para um projeto de reorganização do Estado com o estabelecimento das novas regras para o jogo político, agora com uma ditadura. Projeto que se redefiniu em circunstância – em confronto com as oposições, no calor das lutas sociais e políticas. Portanto, não foi um projeto linear, desenhado e inviolado desde o início.

Não queremos fazer um balanço historiográfico sobre o golpe, pois já há uma vasta quantidade de textos a esse respeito⁵, inclusive alguns de excelente qualidade, cujas posições compartilhamos, tais como o de Marcelo Badaró Mattos⁶ e Demian Melo⁷. Por achar desnecessário entrar nessa seara, o que daria a esse texto um caráter repetitivo, optamos por fazer apenas uma síntese interpretativa sobre o que foi o golpe de 1964 e início da ditadura. Retomamos o debate para trazer elementos necessários para entender as intervenções de Chico Pinto e os *Autênticos* nas conjunturas da ditadura.

Escolhemos em especial duas coletâneas resultadas de seminários sobre o golpe de 1964 e a ditadura, e dentro destas, textos de alguns intelectuais que se referem em específico ao golpe. Uma dessas coletâneas é organizada por Caio Toledo *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*, de 1997. Esta é uma compilação dos textos produzidos para o seminário *O Golpe de 64: 30 anos depois*, realizado em março de 1994, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. A outra é a coletânea de 2004, organizada por Rodrigo Patto Sá Motta, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti, *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)* com textos coletados de debates produzidos durante o ano de 2004, em referência aos 40 anos do golpe.

Organizador de *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*⁸, Toledo tem um artigo intitulado *A democracia populista golpeada*. E começamos por ele, que faz um panorama dos acontecimentos que resultaram no golpe. Para Toledo o governo Jango

⁵Tais como FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **1964**: temporalidade e interpretações. In Reis, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

⁶MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964**: um balanço da historiografia. Disponível em: <http://site.projetoam.com.br/arquivos/revistas/1.Golpe%20de%201964-edi%C3%A7%C3%A3ocompleta.pdf>. Acesso em 25 de março de 2013

⁷MELO, Demian. **A miséria da historiografia**. Disponível em: http://uff.academia.edu/DemianMelo/Papers/648251/A_miseria_da_historiografia Acesso em 25 de março de 2013.

⁸TOLEDO, Caio Navarro (org). **1964**: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1997

nasceu na expectativa de golpes. Um momento histórico definido pelo acirramento das lutas sociais, com uma forte organização do movimento operário e dos trabalhadores no campo.

Toledo traz à cena as controvérsias memorialistas sobre o governo Jango, lembrado por alguns como um governo popular e democrático, e por outros (mais especificamente os setores da direita) como uma “falha governamental”, o pior dos governos. Para Toledo o ponto de concordância entre os setores da esquerda quanto à lembrança é que nunca houve tanta insatisfação dos conservadores quanto no período de Jango.

O governo Goulart nasceu numa conjuntura de crise econômica, social e política, com o fim do parlamentarismo. A medida do presidente para solucionar a crise foi a elaboração do *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social*, proposta do então ministro de planejamento, Celso Furtado. O Projeto objetivava sair da crise com o arrocho salarial e ainda pedia apoio aos trabalhadores - medida que sofreu as oposições por parte dos nacionalistas, das esquerdas e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) - que denunciou o caráter reacionário do plano.

Depois do fracasso do *Plano* (que tentava apaziguar as pressões sociais e ao mesmo tempo impulsionar o capitalismo) só se intensificou a luta dos trabalhadores. Toledo constata que Jango não havia optado pelas reformas radicais. Todavia, as pressões pelas reformas foram impulsionadas pelos grupos organizados com os comícios da Frente de Mobilização Popular (Frente Parlamentar Nacional, CGT, Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro)⁹. E contrário a elas, ao lado da direita, os grupos organizados em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a ADP (Ação Democrática Parlamentar), e a Igreja faziam campanha contra a “subversão” do governo.

Em um trecho que responde à pergunta “quem dará o golpe?”, Toledo diz que havia articulações por parte da direita e da esquerda. E Jango, nesse jogo, perdia força por desconfiança de ambos os lados, pois não fazia as reformas para a esquerda, e ao mesmo passo perdia aliados da direita. Modificou-se a situação, para Toledo, no comício da Central do Brasil, na sexta-feira 13 de março de 1964, quando Jango se definiu para a esquerda. Enquanto isso a Sociedade Rural Brasileira (SRA), a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a Igreja Católica apoiavam a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, contra o suposto comunismo de Jango.

⁹TOLEDO, Caio Navarro. **A democracia populista golpeada**. In TOLEDO, Caio Navarro (org). op. cit, p. 36.

Toledo consegue identificar as disputas na organização da esquerda com as pressões populares nas frentes de mobilização, bem como a movimentação da direita em suas organizações contra Goulart. A indecisão na tomada de posição do Jango provocou à descredibilidade de sua figura e somava-se a isso a mobilização da direita contra o governo. Aqui percebemos uma leitura *preventiva* do golpe, de que mais adiante falaremos.

Nessa mesma coletânea temos o texto de Argelina C. Figueiredo, *Democracia & reformas: a conciliação frustrada*¹⁰, em que a autora explora as possibilidades do jogo político no período de Jango. Para ela o golpe não foi uma conspiração da direita, nem motivado por questões que ela chama estruturais - econômicas ou institucionais. Defende, todavia, que nesse momento não era possível conciliar reformas com democracia, era preciso mudar o regime, pois nem a direita nem a esquerda eram simpatizantes da democracia.

Em outro texto, de Lucilia de Almeida Neves Delgado, *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*¹¹, ela faz um traçado do panorama do período de Jango, formado por contradições herdadas da modernização capitalista dos anos de 1950, com a exclusão e protesto dos trabalhadores. Um cenário que ela diz ser marcado pela: “utopia reformista, de luta pela ampliação da cidadania, de implementação de um projeto econômico capitalista calcado na concentração da renda e, portanto, também de conflito aberto”.¹²

Para Delgado as organizações dos trabalhadores nos sindicatos ou em outras frentes tinham por pressuposição uma “utopia reformista”. Ela chega a se referir à luta da classe trabalhadora como um “sonho” (algo inatingível). Para ela foi por esse sonho reformista alimentado quando da posse de Jango (vislumbrando a possibilidade de reformas), que os trabalhadores formaram a CGT¹³.

A autora sintetiza esse período como o de acirramentos reivindicatórios dos trabalhadores devido à crise do populismo. O sonho reformista-nacionalista desse setor se esvai quando o poder econômico e a repressão de um dado grupo tomam de assalto o Estado, no golpe de 1964. Nesta leitura, o golpe também assume um caráter *preventivo*, ou seja, foi o acirramento das reivindicações trabalhistas que levou a direita a dar o golpe.

¹⁰FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia & reformas: a conciliação frustrada.** In TOLEDO, Caio Navarro (org). op. cit.

¹¹DELGADO, Lucilia Almeida Neves. **Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo.** In TOLEDO, Caio Navarro (org). op. cit.

¹²DELGADO, Lucilia Almeida Neves. **Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo.** In TOLEDO, Caio Navarro (org). 1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 58.

¹³Idem. p. 66.

Na coletânea de 2004, *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*, organizado por Daniel Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta, Lucilia Delgado¹⁴ novamente escreve um texto de debate historiográfico sobre o golpe. Ela caracteriza as perspectivas historiográficas do seu trabalho e o de Caio Toledo como um texto que aborda sobre o “caráter preventivo da intervenção”. Esta perspectiva diz que o golpe foi feito pela direita, pois temia que a esquerda o fizesse.

No texto *Ditadura e Sociedade: As reconstruções da Memória*¹⁵, Daniel Aarão dos Reis fala sobre a memória criada a respeito do regime militar, e por isso retoma o golpe, que para ele teve início em 1961, quando da posse de Jango. O presidente assumiu com poderes limitados devido à Emenda Parlamentarista, daí então se desenha uma crise institucional. Soma-se a isso a inserção do Brasil na conjuntura mundial de guerra fria, disputas internacionais e o espectro cubano assolando a direita. Reis diz que no conjunto da crise de 1961, manifestações populares se alastraram pelo solo brasileiro reivindicando as reformas de base para redistribuir o crescimento econômico da década de 1950.

Esses movimentos, segundo Reis, podiam ser chamados de “reformistas revolucionários”, organizados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), FPN, FMP. E em 1964 a ofensiva reformista revolucionária cresceu, afirmando que as reformas não poderiam ser feitas pela legalidade, daí o alerta de perigo da direita ascendeu. Dessa forma, a União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), IPES e IBAD se articularam de outro lado, com as marchas da *Família com Deus pela Liberdade pela democracia*.

Essas coletâneas são súmulas de debates apresentados no Brasil com os principais intelectuais que tratam do tema. Verifica-se a predominância da tendência que versa sobre o golpe como um momento de acirramento entre a esquerda e a direita, em que as duas vertentes preparavam o golpe e o vencedor foi a direita. Nesse esquema interpretativo, a direita assumiu o poder em 1964 de formar a prevenir a sociedade contra o “perigo comunista”.

O fato é que esses intelectuais reproduzem o mesmo argumento da direita no período. Os setores organizados que prepararam o golpe empreenderam seu discurso atacando o “comunismo”, justificando o golpe para evitar que os comunistas ganhassem o Brasil e

¹⁴DELGADO, Lucilia Almeida Neves. **1964**: temporalidade e interpretações In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* bauru, SP: Edusc, 2004.

¹⁵REIS, Daniel Aarão dos. **Ditadura e Sociedade**: As reconstruções da Memória. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org) op. cit., p. 35.

implementassem um “regime totalitário”. Essa era a marca das propagandas do IPES – que trabalhava para o convencimento da sociedade na adesão ao golpe. Esse debate hegemônico corrobora o discurso dos ditadores e, por isso, minimiza ou relativiza a responsabilidade daqueles atores políticos responsáveis por um período de grande perversidade na história brasileira.

Demian Melo, em um artigo muito apropriadamente intitulado *A Miséria da historiografia*¹⁶, denuncia essa moda revisionista empalmada por tais autores, responsáveis pelas principais mesas de debates nos seminários comemorativos do golpe, tais como Caio Navarro de Toledo, Argelina Figueiredo e Daniel Aarão Reis.

Jorge Ferreira é outro autor de referência dessa abordagem, embora não participante das coletâneas mencionadas. No texto *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*¹⁷, ele dá ênfase às organizações de esquerda que pressionaram o governo Goulart pelas reformas de base. Chama de “radicalização das esquerdas” a “coalizão radical pró-reforma” (citando Argelina Figueiredo), com os agrupamentos em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, da Frente Parlamentar Nacionalista, CGT, dos subalternos das Forças Armadas mais a União Nacional dos Estudantes (UNE). Sobretudo, ele realça o papel das Ligas Camponesas na radicalização pela exigência da “reforma agrária na lei ou na marra”. Essas manifestações populares exigindo as reformas de base, para ele demonstram a “impaciência” dos grupos de esquerda (note-se o termo dado: “impaciência”). Em sua escrita, toma a criação do IPES e IBAD como resposta a esse “comunismo”, reação à suspeita de que as Ligas Camponesas pudessem se tornar uma “guerrilha cubana”. Brizola, no escrito de Ferreira, assume o lugar de uma grande figura das esquerdas nesse período, mesmo o autor criticando as interpretações históricas que personalizam o presidente Jango.

Do modo como é conduzida a análise de Jorge Ferreira parece que as esquerdas é que forçaram a direita a dar o golpe. Mesmo de forma camuflada, esse argumento corrobora com o próprio argumento dos militares que diziam fazer o golpe para não deixar o comunismo se instaurar. No mais, ele afirma “não havia um projeto a favor de algo, mas *contra*”¹⁸, a questão era depor Goulart.

¹⁶MELO, Demian. **A miséria da historiografia**. Disponível em http://www.academia.edu/1964750/A_miseria_da_historiografia. Acesso em 25 de maio de 2013.

¹⁷FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁸Idem, p. 401. *Grifos do autor*.

Embora os outros autores falem também do “desapego democrático”, Figueiredo é mais incisiva nessa perspectiva. E aqui perguntamos: desapego a qual democracia? Essa parece ser vista como um sistema ideal, como denomina Badaró Mattos¹⁹.

O termo democracia, por certo, tem tomado a cena da discussão sobre política²⁰, fala-se da mesma como se fosse a organização política e social sinônimo de equidade e liberdade. Mas, como bem disse Ellen Wood²¹, sem se pensar as estruturas estruturadas e as determinações históricas que cada um assume na ordem social (lembrando Bourdieu), sem pensar como a organização política e jurídica está historicamente construída e distribuída numa lógica de privilégios (econômico, inclusive), a liberdade não diz muito.

A democracia se tornou o grande termo de apego dos intelectuais brasileiros, uma panacéia, mas um termo completamente fora de sua historicidade, dotada de uma benesse utópica, idealista. Lembrando Saramago “a democracia esta aí como se fosse uma espécie de santa no altar de quem já não se espera um milagre, mas que esta aí como uma referência”²². Quando se parte para a análise objetiva e histórica da palavra, verifica-se que esta assume um tom não mais de participação na direção política, como no sentido liberal pois, como afirma Ellen Wood²³, a democracia liberal é uma forma passiva da participação na política. Ou seja, a estrutura capitalista que se sustenta na desigualdade entre capital e trabalho é mantida, pois a distância dos trabalhadores do centro diretor dos interesses do Estado é tão dificultada que se perpetuam os lugares desiguais de participação. O *campo político* permanece inacessível para a grande maioria e os gerentes políticos da burguesia permanecem construindo seus interesses. Como disse Francisco de Oliveira²⁴ é uma “democracia delegada” – quando o eleitor é “descartado” depois de eleger o político. Assim, sem uma leitura das condições objetivas dos sujeitos em relações de poder e forças desiguais, a democracia não diz muita coisa. Pois esse regime se resume em tirar um governo político e repor, sem, no entanto, modificar a estrutura fundante, qual seja, a do Estado e a esfera política enquanto uma condição de classe da qual a burguesia tem controle – e que faz dessa esfera o lugar de representar os seus interesses.

¹⁹MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964**: um balanço da historiografia. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135593893/hlc1> Acesso em 26 de maio de 2013.

²⁰ Mais recentemente uma coletânea fala sobre essa experiência democrática pós-ditadura, e toma a democracia como um grande modelo. Referimos aqui aos autores: Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar.

²¹WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cesar castanheira. Editora boitempo, 2003.

²²Discurso de José Saramago. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w> Acesso 09 de junho de 2013.

²³WOOD, Ellen Meiksins. op. cit.

²⁴Entrevista de Chico de Oliveira no programa Roda Viva. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=HOGGLZMPaq8> . Acesso em 24 de maio de 2013.

Por isso também esses intelectuais, inclusive usando os marxistas, como Gramsci, têm se preocupado em impor uma distinção entre “Estado” e a “sociedade civil”. A democracia e a cidadania são cumpridas na esfera da sociedade civil, sem intervenção na direção política, produzindo um discurso que garante a diferenciação entre políticos profissionais – coisa de poucos – na tentativa de distanciar a classe trabalhadora de ousar disputar esse espaço.

Concordamos com estes autores com relação à intensificação da luta dos trabalhadores nesse período, crise do populismo, organizações fortificadas dos trabalhadores, etc. Mas entendemos que a classe trabalhadora só pode ser entendida com relação à classe burguesa, a dominante.

O papel cumprido pelo próprio Jango, este que Skidmore²⁵ considera como a figura central na sua abordagem sobre o desfecho do golpe, só pode ser entendido na relação totalizante da luta de classes. O que nos interessa compreender é que nenhum personagem individual é central nesse jogo em que venceu o golpe civil/militar, mas como cada personagem se tornou importante pela relação das lutas de classes acirrada no momento.

O que temos no Brasil desse período é um intenso cenário formado por lutas de classes. O empresariado multinacional e nacional associado engordado pelos anos de Juscelino Kubistchek, os trabalhadores se movimentando pelas reformas, com a criação da CGT, aglomeração no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PCB e nas Ligas Camponesas, dentre outros. E nesse sentido, pela pressão e forças da movimentação popular, o presidente Jango pendeu para esse lado. Mas isso não quer dizer que o golpe se deu como um raio caído num dia de sol. O empresariado multinacional e nacional associado já visualizava a necessidade de intervir no Estado para evitar que os trabalhadores entrassem na cena política, e, assim, manter seu “gabinete dirigente”. Isso é perceptível pela a organização da burguesia nos aparelhos privados de hegemonia, que disputavam a opinião pública na sociedade civil, como é o caso do complexo IPES/IBAD.

O golpe não foi automático, foi se desenhado conforme o acirramento da luta de classe. Os trabalhadores estavam em cena. A luta de classe é relacional, e foi nessa intensificação de disputas pelos rumos da política dirigente do país que se fez o golpe de 1964 – que também não era uma saída tão inesperada, tão surpreendente, já que em 1961 a burguesia já mostrava seu interesse neste.

²⁵SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Aqui também assumimos a interpretação de Dreifuss, que entendemos ser bastante ampla do ponto de vista interpretativo, ao perceber como a classe dominante, a burguesia nacional e o empresariado multinacional estavam articulados. Para Dreifuss²⁶ o golpe foi civil e militar, e não se tratou de uma tomada de assalto do Estado em estilo bonapartista, obedeceu à “conquista do Estado”. Em outras palavras, nos anos anteriores a 1964 os militares e civis (empresariado brasileiro e internacional) já estavam processualmente articulados na sociedade civil com a tarefa de organizar um projeto de consenso, na tentativa de educar e convencer os civis à aceitação da ditadura como forma de sistema político estatal para a reprodução material e social do capitalismo.

Dreifuss analisa a crise do bloco de poder populista e a emergência de um novo bloco de poder que, através da ação dos intelectuais orgânicos, conseguiram se instaurar no poder pós 1964, por meio de um “protobonapartismo”, uma intervenção militar. Na década 1950 o capital multinacional e associado crescia em capacidade para propor uma diretriz de ordem política para gerir o Brasil.

Assumir a direção política significava romper o dique para a ampla expansão capitalista multinacional e repreender as manifestações dos trabalhadores. Dreifuss, em específico, analisa como o IPES e IBAD se constituíram como o partido da classe. Passada a fase de reconhecimento dos interesses econômicos, a classe via o imperativo de ter uma organização e de lutar por sua organização, assim funcionou o complexo IPES/IBAD.²⁷ O IPES/IBAD tinha duas modalidades de ação, a ideológica e social e a ação político-militar. Assumiu, através dos meios de comunicação, da televisão, das rádios, do cinema itinerante, publicações, dentre outros, a tarefa de manipular a opinião pública. Os intelectuais orgânicos faziam a propaganda anticomunista e antipopulista; defendiam a ampla plataforma capitalista em oposição a João Goulart. Montou-se um grupo com o intento de divulgar na televisão e rádio um bloco de temas para serem debatidos de forma a fortalecer as “Convicções Democráticas do Povo”.²⁸

O complexo IPES/IBAD começou também a disputar as vagas legislativas para os políticos, financiando campanhas, através da Ação Democrática Parlamentar – ADP (bloco de deputado e senadores na maioria da UDN e do PSD). A ADP funcionava como uma caixa de ressonância da opinião pública para bloquear as tentativas de reformas propostas pelo Executivo. “A forma mais eficaz de influenciar o Congresso e de exercer pressão sobre o

²⁶DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

²⁷Idem. p. 208.

²⁸Idem. p. 246.

governo consistia, para o complexo IPES/IBAD, em assegurar ao bloco do ADP a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado e a elite orgânica passou a se movimentar em função disso”²⁹.

O golpe, para Dreifuss, foi só um momento bonapartista: “mas só um momento, e como tal enganador, no desdobrar de um processo determinado pela disposição das forças políticas em seu conjunto”.³⁰ O complexo IPES/IBAD fez uma campanha sistematizada contra o comunismo, e agiu sob a bandeira do partido da ordem, as Forças Armadas: “O bloco de poder multinacional-associado emergente afirmar-se-ia, inicialmente, criticando ‘cientificamente’ as diretrizes políticas do bloco histórico populista e envolvendo a opinião pública em uma cruzada contra o ‘caos e estagnação, corrupção e subversão’”³¹.

Quando os militares fizeram a intervenção para efetivar a ampliação do interesse do capital multinacional e associado no *campo político*, os principais cargos administrativos ficaram nas mãos de civis, de quadros do IPES.

O Complexo IPES/IBAD funcionou como aparelhos privados de hegemonia – para projetar uma forma de ver o mundo, formar consenso em torno de um projeto que pretendia conquistar o Estado em sentido estrito. O IPES e IBAD divulgavam os princípios educativos, ou seja, as regras de conduta social e política, formulados pela Escola Superior de Guerra (ESG), que fez uma espécie de “tratado”, de regimento da ditadura: a Lei de Segurança Nacional (LSN) com seu conteúdo fundamentalmente anticomunista. Através do convencimento na sociedade civil, criaram as bases consensuais e de justificativa para o golpe.

Badaró Mattos faz uma síntese excelente do que é o trabalho de Dreifuss “Seu estudo nos posiciona sobre as condições que viabilizaram o sucesso da tomada de poder pelo movimento civil-militar e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes”.³²

Diferente do que sugere Lucilia Delgado³³, que lê o texto de Dreifuss como parte de uma corrente interpretativa que privilegia a conspiração do golpe, entendemos a interpretação de Dreifuss como resultado de uma adoção de metodologia que preza a totalidade do fato. Ao se apropriar de categorias gramscianas, ele percebe as organizações classistas na sociedade,

²⁹DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.p. 323

³⁰Idem. p. 143.

³¹Idem.

³²MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135593893/hlc1> Acesso em 26 de março de 2013.

³³DELGADO, Lucilia Almeida Neves. **1964: temporalidade e interpretações**. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)** bauru, SP: Edusc, 2004.

como a classe dominante ultrapassa o momento de identificação econômica e passa a se articular para a “conquista do Estado”, fase de fazer seus interesses econômicos se expandirem na organização social e política da ordem nacional.

Verificamos com isso a relação de força desigual entre a organização da classe dominante empreendida contra as organizações dos trabalhadores. Não só a fração da classe dominante representada pelo capital multinacional e associado estavam organizadas em seus aparelhos privados de hegemonia (IPES/IBAD), como também os latifundiários, temerosos pela movimentação em torno da reforma agrária com a movimentação das Ligas Camponesas, o “patronato rural”, como disserta Sônia Regina de Mendonça³⁴, estava organizado nas suas “agregações de classe”, como a SNA (Sociedade Nacional Agricultura) e SRB (Sociedade Rural Brasileira) para organizar o golpe e manter as rédeas da política e evitar qualquer tipo de intervenção dos trabalhadores no latifúndio.

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) era totalmente contrária à reforma agrária de qualquer natureza e no pré-golpe ajudou na tarefa de convencer a sociedade civil contra o projeto Goulart, promovendo Congressos, palestras e divulgando valores através do seu principal meio, o jornal *A Rural*. Aliou-se, nessa empreitada com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) ajudando no combate ao “risco comunista” e preparando a conquista do Estado.

A SNA, por sua vez, que teoricamente defendeu em determinado momento da história uma espécie de reforma agrária, na prática recuava, com o eufemístico discurso de que a simples distribuição de terra não resolveria o problema, dizendo que este era um problema muito mais amplo e social. A SNA tinha como meta a defesa objetiva da modernização na agricultura e, para tanto, se mantinha ainda na defesa de seus métodos da época da República Velha, com a idéia de concessões de créditos, distribuições de sementes, treinamento de capacitação para os lavradores, etc.

O “campo foi ao golpe”, como disse Mendonça, fundamentalmente para manter o latifúndio intocável. Dentre outros motivos o golpe tinha a pretensão de impulsionar o país para o desenvolvimento do capital e isso não excluía o campo, por isso aquietar os setores afoitos pela reforma agrária “na lei ou na marra”, com a repressão facilitaria a expansão modernizante. O golpe representou “portanto, uma dupla reordenação. De um lado, alijou e

³⁴MENDONÇA, Sonia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

reprimiu os movimentos populares, e de outro, afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos”³⁵.

Na ditadura ficou evidenciada a disposição de reprimir os trabalhadores com um projeto que excluía qualquer tipo de organização popular. E o desenvolvimento capitalista multinacional foi a grande cartada, o que mostra que havia, sim, um projeto classista para o golpe e a condução da ditadura que não foi somente militar, pois como aponta Dreifuss³⁶ os principais cargos políticos ficaram nas mãos de civis, como as pastas ministeriais que foram confiadas a membros da SNA.

Foi a burguesia nacional e multinacional, o patronato rural que em suas agremiações de classe construíram na sociedade civil os mecanismos necessários de consenso para conquistar o Estado. A movimentação da classe dominante para o golpe só pode ser entendido se considerarmos também a movimentação da classe trabalhadora (que se organizava nos partidos e entidades de classe, exigindo uma reordenação política, com a reforma agrária dentre outras reformas) e que se insinuava de certa forma possível com o governo Goulart. No processo de luta entre os interesses das classes antagônicas pode ser entendido o golpe.

1.2 O *campo político* na ditadura: as regras políticas

Depois de escrever sobre o golpe de 1964, e concordar com os autores que argumentam sobre seu caráter classista, verificaremos a nova configuração do *campo político*, as regras do jogo na política institucional e a tentativa de estabelecimento de um projeto político pautado na repressão das organizações populares e impulsor do grande capital. Para tanto as estruturas de produção e reprodução da política, o Executivo, Legislativo e Judiciário (um *campo* específico, mas que se configura na totalidade e interligação dos *campos* – principalmente nesse período que o Executivo se sobrepôs a ele) sofreram modificações. Aqui entendemos o Estado em sentido estrito, como administrador da política. Em um movimento dialético, o *campo político* é o lugar de produção institucional das regras políticas, mas que tem na sociedade civil seu lugar de reprodução e sustentação (em jogo tenso de disputas).

As leis são resultadas da produção no *campo político* – é o regimento da conduta social e política, por isso é um instrumento para ler e entender essa configuração – e obedece

³⁵MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988. p. 15.

³⁶DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

aos interesses daqueles que detêm a hegemonia; são estruturadas pelo discurso dos sujeitos no Estado para inscrever seus interesses, ditando a ordem de conduta de toda a vida social e construída pelos monopolizadores dos instrumentos de produção da política.

Leis decretadas no período de 1964-70 são nossas fontes nesta secção. É através da Constituição de 1967, reeditada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, mais os Atos Institucionais e Complementares que propomos uma leitura sobre as regras do *campo político*. Interessa-nos saber sobre a organização da vida política na ditadura, com a construção dos partidos e os aparelhos institucionais de produção política.

Com a “conquista do Estado” através do investimento das classes organizadas no complexo IPES/IBAD e na ESG, o Estado ditatorial colocou em prática a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Essa seria a estrutura mais perene do Estado, o planejamento de construção hegemônica levado pelas classes dominantes. Além dela, outras medidas, reajustes e incorporações foram feitos, mediados na relação dialética entre Estado/oposições, como disse Moreira Alves. Nesse sentido, as investidas de constituição do Estado se deram com os Atos Institucionais, Atos Complementares e Emendas.

O Estado ditatorial foi gerido sobre os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, criado pela Escola Superior de Guerra com apoio do IPES e IBAD, que tinha o propósito de manter uma guerra permanente contra o comunismo. Moreira Alves faz uma discussão detalhada dessa doutrina através dos escritos do seu grande formulador, Golbery de Couto e Silva. Como um projeto hegemônico, a Doutrina de Segurança Nacional objetivava a organização da vida política, econômica e social. O propósito maior era “facilita[r] o investimento estrangeiro e aumentando a taxa de acumulação do capital”.³⁷ E para atrair investimentos foram criadas leis rígidas para repreender a organização dos trabalhadores e o controle salarial.

Instaurados no poder, os golpistas trataram de “arrumar a casa”, como diria Alves³⁸. O general Castelo Branco assumiu a presidência (1964-67) e começou a executar a “operação limpeza”; a expurgar todos os opositores e então seria preparado o propagado restabelecimento “democrático”. O alvo foi a destruição das Ligas Camponesas, capturando os principais líderes; acabar com a Frente Nacional Parlamentar, e manter sob estreita vigilância todas as organizações da classe trabalhadora.

³⁷ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1985. p. 74.

³⁸Idem.

Aquietar qualquer forma organizativa contra o capital foi uma meta, expurgar qualquer possibilidade de ligação ao comunismo, qualquer coisa que prejudicasse o investimento do capital estrangeiro. Instauraram-se Inquéritos Policiais Militares (IPMs) nas universidades, houve uma rigorosa lei trabalhista que proibia greves. Além de, evidentemente, expurgar os políticos indesejáveis - possíveis percalços para o desenvolvimento do regime.

Os interesses econômicos da aliança de classes que apoiou o golpe combinaram-se a elementos desta doutrina para impor ao Estado um caráter autoritário. Mas a efetiva edificação do Estado de Segurança Nacional resultou de um confronto dialético com a oposição. Foi um processo contínuo de reformulações de planos e normas e de expansão da abrangência coercitivo³⁹.

Embora houvesse essa meta diretiva, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, a estruturação do governo se fez parcimoniosamente por Atos Institucionais, ou seja, modificando-se conforme o confronto com as oposições e pela disputa da própria classe dominante.

Depois de executada a “operação limpeza”, o Ato Institucional de número 1, fez-se para estabilizar o regime, em 9 de abril de 1964. Frisou-se o caráter civil e militar do golpe, e a necessidade da continuidade da “revolução”, pois esta não se acabava meramente no Ato, mas na sua continuidade para: “tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do govêrno como nas suas dependências administrativas”.⁴⁰ E ainda se julgava legítima a “revolução” pelo apoio civil: “a revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interêsse e a vontade de um grupo, mas o interêsse e a vontade da Nação.”⁴¹

Sobretudo, este Ato impunha a soberania do Executivo sobre todos os outros poderes. Como o dito no seu preâmbulo: “Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Êste é que recebe dêste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.”⁴²

O Estado se configurou com uma predominância do Executivo sobre todos os outros poderes, e o executivo foi dirigido pelos militares, mesmo com a presença dos tecnocratas e civis nos Ministérios. Para Virgínia Fontes e Sonia Mendonça⁴³ o AI-1 foi o fim da lua-de-

³⁹Idem, p. 53.

⁴⁰Ato Institucional de número 1 de 9 de abril de 1964. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-sr.html>. Acesso em 11 de set de 2012

⁴¹Idem (sic)

⁴²Idem.

⁴³MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988.

mel entre os políticos da UDN e os militares, pois sobrepunha o poder Executivo sobre todos os outros. Para Moreira Alves,⁴⁴ o AI-1 caiu como surpresa para os civis que planejaram o golpe e gerou discórdia.

A predominância do Executivo sobre os outros poderes produziu a base da “legalidade”. Havia ainda, segundo Maciel⁴⁵, uma contradição entre a constitucionalidade e uma legalidade paralela ditada pelos Atos Institucionais. Ou seja, manteve-se a Constituição de 1946, mas conforme os acirramentos das disputas contra a legalidade ditatorial, os Atos Institucionais eram decretados.

Embora o golpe tivesse um projeto definido de classe, o governo parecia não haver definido como manter-se na dominação. E aqui apostamos no seguinte argumento: a dominação burguesa, dirigida pelos militares no Executivo, manteve um projeto coerente de dominação, de expansão do capital multinacional, de repressão dos trabalhadores, da censura da imprensa, e ao mesmo tempo manteve certos canais, bem controlados, de participação política, para parecer uma democracia. Além do mais, essa abertura política, mesmo diminuta, serviu para contemplar a participação de frações da classe dominante, que não era homogênea.

O período se caracterizou por uma instabilidade política, no sentido de que, as regras da política institucional eram modificadas no meio do jogo. Portanto, os políticos ficaram a reboque das intervenções do Executivo.

Iniciava-se um jogo político sobredeterminado pela imprevisibilidade. Na prática isto correspondia à restrição do debate político, inviabilizando o desempenho *efetivo* quer do papel da oposição, quer do partido governista. Esvaziava-se a função tradicional do congresso, de propor e elaborar leis, cabendo-lhe apenas o espaço restrito da discussão da matéria encaminhada pelo Executivo⁴⁶.

A ditadura não foi aceita por uma parcela da população e os conflitos gerados pelas organizações na sociedade civil trouxeram a necessidade de certo recuo ou maior repressão por parte dos dirigentes. O regime não apostou pura e simplesmente na coerção, mas também no consenso e por isso se instituiu mantendo uma legislação que configurava uma aparência democrática, o direito como “tarefa educativa e formativa”.

A ditadura buscava se legitimar pela dita aceitação da sociedade – embora não explicitasse de quais setores sociais. Os militares estavam assegurados por setores civis e

⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

⁴⁵ MACIEL, David. **A Argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova república (1974-1985)**. São Paulo, Xamã, 2004.

⁴⁶ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988. p. 45

explicitaram isso na escrita do Ato Institucional. Declarava-se a permanência da Constituição e do Congresso Nacional, e que haveria somente algumas intervenções pelo presidente.

Os Atos foram impostos por etapas, o que denota uma dinâmica nesse processo de institucionalização, em confronto com os movimentos contra-hegemônicos que se expandiam na sociedade civil, que não foram aniquiladas em 1964. Diz Maciel que: “Eles foram sendo derrotados ao longo de todo o processo de institucionalização da ditadura, pois se recompunham ou desenvolviam novas formas e métodos de luta política”⁴⁷.

Não foi de um único e certo golpe que se aniquilou as oposições – embora fosse essa a tentativa. O regime foi construído na tentativa de consenso, com a promulgação dos Atos Institucionais, com um discurso de defesa da democracia contra a “purulência” comunista.

Parece que houve uma caminhada lenta para a construção do consenso para o golpe civil/militar na sociedade e, depois de dado o golpe, houve novamente esse trajeto pela sociedade civil para construir consenso com os Atos Institucionais sempre alegando seu baluarte democrático.

Na tentativa de manter a fachada democrática, os militares mantiveram os partidos políticos durante os dois anos subsequentes ao golpe, mas em 1966, temerosos com os rumos da sua “revolução”, devido às ameaças enfrentados com os opositores ainda permanentes no cenário político, resolveram reformular o quadro partidário. Assim, novas intervenções para o legislativo vieram com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que, no seu artigo 18, extinguiu os partidos políticos e determinou a organização dos novos que deveriam obedecer “as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.”⁴⁸

Segundo Lamounier⁴⁹, o Ato foi resultado da derrota que os candidatos do governo, da UDN, tiveram nas eleições diretas, em 1965, para governadores em 11 estados, com a perda de estados estratégicos como Rio de Janeiro (então Guanabara) e Minas Gerais, vencidos pela coligação de Kubitschek e PSD.

Acabar com os partidos políticos foi uma medida de romper com a relação entre sociedade política e civil: “Dessa forma, a extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo

⁴⁷MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova república (1974-1985), São Paulo, Xamã, 2004. p. 37

⁴⁸Ato Institucional de número 2, disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁹LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática**: o caso Brasileiro, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

especialmente os segmentos ligados à mobilização popular”.⁵⁰ O objetivo maior era aniquilar os herdeiros diretos do PTB e do PSD, na varredura contra qualquer resquício dos partidos representantes do bloco histórico trabalhismo-populista.

O AI-2 definia:

Art. 5º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º Findo êsse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno, e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

(...)

§ 3º O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.⁵¹

O AI-2 foi desenhado para estreitar os limites da arena política, ao estabelecer as cassações dos direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos, “e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais”, (no seu art. 15) impedindo ainda que fossem substituídos, além disso: “Art. 31. A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em ‘estado de sítio’ ou fora dele”.⁵²

O AI-2 foi feito no momento em que passava da fase da “operação limpeza”, pós golpe, e organizava-se a “normalidade política”; fase de estabelecimentos, de tolher os sindicatos ou qualquer manifestação política, de investir nas medidas do arrocho salarial para superação da crise, fazer as poupanças forçadas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores e também tolher as oposições dentro do *campo político*, pois, segundo Moreira Alves quando as manifestações na sociedade civil estavam reprimidas, o Congresso passou a ser uma possibilidade de contestação, e logo tornou-se alvo da coerção, daí deriva-se a iniciativa do AI-2.

O Ato Complementar nº 4 (redigido por Juracy Magalhães⁵³ e H. Castelo Branco), de 20 de novembro de 1965, sistematizou as regras para organização dos novos partidos.

⁵⁰ MACIEL, David. op. cit. p 48.

⁵¹ Ato Institucional de número 2. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁵² Idem.

⁵³ Estava na pasta da justiça quando redigiu o AI-2.

Qualquer organização que não seguisse a resolução do Ato estaria condenada ao seu fechamento pelo Ministério da Justiça:

Art. 1º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos termos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto êstes não se constituírem⁵⁴.

Instituíam agremiações provisórias, sem a denominação partidária. De fato, não se instituíam o bipartidarismo, mas as limitações para registro de fundação do partido eram tão restritas que somente duas legendas se consolidaram, o MDB e a ARENA.

As normas para se candidatar nas legendas, por sua vez, impunham empecilhos para os políticos indesejáveis (em outro momento, já expurgados do cenário político pelos ditadores). Além do mais, as atividades parlamentares estavam limitadas pelo “decorso de prazo”, “voto de liderança”, “fidelidade partidária”, limitações para instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), dentre outras restrições que podavam o Legislativo e os políticos da atividade de fiscalização administrativa. O fato é que o sistema manteve canais de “participação política, ao mesmo tempo em que construíram um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais”⁵⁵.

Os militares mantiveram-se tolhendo os direitos políticos até 1968, quando o regime rigidamente se fechou com o decreto do Ato Institucional de número 5, em 13 de dezembro de 1968, e estabeleceu-se maior estreiteza para se fazer política no Brasil. Uma nova Constituição já havia sido formulada (em 1967) tendo então que ser reeditada com a Emenda Constitucional de número 1, em 1969, para incorporar o AI-5.

Mesmo com a tentativa de aniquilar as organizações trabalhistas e as oposições, estas permaneceram organizadas durante todo o período de existência da ditadura, em experiências as mais diversificadas: na luta armada, no Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, na Frente Intersindical Antiarrocho (FIA), no RJ, nos movimentos grevistas em Contagem (MG) e São Bernardo dos Campos (SP), no movimento estudantil, etc. Os conflitos se intensificaram na sociedade ainda com a passeata dos 100 mil e a resistência do Congresso em não votar a cassação de Marcio Moreira Alves. Para Alves⁵⁶ foi este o fato que culminou com o AI-5.

⁵⁴ Ato Complementar de número 4: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁵⁵ KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 -1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988. p. 17

⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit.

O AI-5 se impôs por tempo indeterminado, fechou o Congresso de dezembro de 1968 a 30 de outubro de 1969, ditou mais enfaticamente a supremacia do Executivo sob todos os outros poderes e impôs as eleições indiretas para presidente. Depois, com Emenda Constitucional ainda deliberou: “§ 1º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembléias Legislativas dos Estados”⁵⁷ aumentado o mandato para 5 anos de presidência.

Com essa institucionalização a participação política era estritamente controlada, cabendo aos iniciados ao *campo político* cautela na sua atuação. Também ficava mais restrita a entrada de sujeitos, monopolizando ainda mais os instrumentos de produção e reprodução da vida política.

Para outorgar a Constituição de 1967, depois de confronto com o Legislativo, o Executivo fechou o Congresso, em 20 de outubro de 1966. O AI-5 estabeleceu os precedentes para a ordenação de forma autoritária ao fechar o Congresso e se valer disso para promulgar as leis. Assim se firmou a sistematização das regras para praticar o jogo dentro do *campo político*.

Outra questão deve-se pontuar: durante a imposição dos Atos e da Constituição a justificativa pró-democrática foi mantida. Nos preâmbulos dos Atos havia sempre o dizer que a “revolução” foi feita em nome da democracia. E mais, manteve elementos formalmente democráticos: os partidos no modelo da democracia dos Estados Unidos da América, e ainda a substituição de presidentes, por via de eleições indiretas, diferente das ditaduras no resto da América Latina que se centraram na figura de um ditador.

Kinzo⁵⁸ problematiza esse caráter “híbrido” da ditadura que manteve alguns elementos democráticos. Para ela uma explicação é que mantiveram elementos democráticos para manter o apoio da opinião pública internacional, mais especificamente dos EUA que, como apoiadores, não queriam ter seu nome relacionado com uma ditadura, sobretudo, porque o golpe foi dado com o intuito de conter a “ditadura comunista”. A outra explicação é que esse “hibridismo” se deu porque não havia um projeto uniforme para o governo por parte das diversas forças golpista, além do caráter inicial do golpe de combater o comunismo.

A segunda explicação parece mais aceitável. Concordamos com Maciel que afirma que não havia um projeto acabado sobre o governo, e este se definiu no conflito entre a sociedade civil e a necessidade de repressão, e pela própria disputa no seio do bloco de poder,

⁵⁷Emenda de número 1, disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-republicacao-28547-pl.html>

⁵⁸KINZO, Maria D’Alva G. op. cit.

das frações (grupos) militares⁵⁹. Pois, além das oposições na sociedade civil e política, dentro das Forças Armadas havia uma disputa entre as frações militares entre aqueles que defendiam uma abertura política e os que queriam o fechamento do regime com mais repressão (grupos que ficaram conhecidos, respectivamente como os “castelistas” e a “linha dura”). E mais, os ditadores queriam manter a imagem positiva de apoio e do consenso na sociedade civil. Buscava-se um consenso passivo.

1.3 A proposta do grupo *Autêntico*

O MDB e a Arena foram criados com o Ato Complementar de número 4, que impunha aos parlamentares a criação dos partidos em 45 dias. Os treze partidos existentes até então foram extintos e os políticos tiveram que conviver em novos aglomerados partidários. Por isso, as organizações não obedeceram necessariamente uma ordem ideológica. Os antigos partidos se diluíram nos novos grupos.

Assumimos a posição de Maciel que diz que a Arena (e isto se estende ao MDB) era um partido institucional, ao invés de ser um aparelho privado de hegemonia localizado na sociedade civil, era “ao contrário, um aparelho do Estado, com vistas a obter legitimidade junto à sociedade para reforço de seu caráter autocrático e da institucionalidade vigente. Legitimidade obtida através do voto e não da mobilização popular”⁶⁰.

A Arena seria o partido do governo e o MDB funcionaria como uma forma de mostrar à opinião pública que havia uma disputa política, montado o jogo de uma suposta democracia. O MDB foi então constituído por parlamentares majoritariamente pertencentes ao antigo Partido Social Democrático (políticos do PSD foram o setor dirigente no tempo de existência do partido) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já a Arena, majoritariamente por egressos da UDN.

Nesse texto, todavia, trataremos com prioridade do MDB e dos grupos que se formaram no seu interior, mas precisamente o que compõe o objeto dessa pesquisa, os *Autênticos*. Durante a existência do MDB grupos se formaram com uma proposta de crítica do regime e Kinzo⁶¹ identifica alguns: até 1968 os *imatuross*, de que fez parte o deputado Marcio Moreira Alves (no episódio em que denunciou a invasão da UnB pela polícia e fez um discurso pedindo um boicote nacional ao desfile de 7 de setembro, pedindo que as mulheres

⁵⁹ MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova república (1974-1985), São Paulo, Xamã, 2004.

⁶⁰Idem. p 49.

⁶¹KINZO, Maria D’Alva G. op. cit.

não namorassem os militares). Em 1970, houve a existência dos *Autênticos*, em 1975, os *neoautênticos*, e a partir de 1979 a *tendência popular*.

Além destas tendências críticas ao regime que surgiram ao longo do processo político, havia dois grupos centrais no MDB, os *Moderados* que mantinham o controle dos principais cargos de liderança, grupo composto por Ulysses Guimarães – presidente do Partido, Thales Ramalho, Tancredo Neves, dentre outros. E os *Adesistas*, que se definiam por uma linha de atuação a favor da ditadura. (Aqui uma breve apresentação, ao longo do texto é que analisamos as relações e as perspectivas desses grupos dentro do MDB.)

Mesmo com esse dito “pecado de origem”, que gerava desconfiança sobre a atuação parlamentar no Brasil, alguns políticos entraram nesse espaço para disputá-lo, quebrar as inércias existentes. E aqui fazemos uma abordagem sobre a criação do grupo *Autênticos*.

O grupo *Autêntico* foi assim denominado por sugestão de Francisco Pinto, em episódio que ele contou em entrevista publicada no livro de Ana Beatriz Nader. Disse que a imprensa costumava chamá-los de ortodoxos. E uma namorada de Chico Pinto sugeriu o nome *Autêntico* como antônimo da palavra *inautêntico*. Assim Pinto sugeriu ao jornalista Evandro Paranaguá, que passou a usar o epíteto que, finalmente, se consagrou.⁶²

Neste depoimento Francisco Pinto contou também como foi sua passagem para o plano da política federal. Depois da absolvição (Pinto ressaltou o fato de que, advogado de profissão, ele fez sua própria defesa) na justiça militar, quando deposto e processado enquanto prefeito de Feira de Santana-BA, foi convidado por Waldir Pires, para se candidatar deputado nas eleições de 1970. Chico Pinto relatou que não gostou da ideia, pois sabia que o Congresso estava descredibilizado depois do AI-5 - por causa das cassações de deputados. Negou o pedido a Waldir Pires, mas disse que conseguiria um candidato. Depois de fracassada sua empreitada, assumiu a tarefa de disputar as eleições. E assim se elegeu, com 34.298 votos⁶³.

Quando eleito, a estratégia era, no Congresso, criar uma Frente Parlamentar, aglomerar mais vozes e sair do isolamento. Chico Pinto relatou que contactou deputados cujas candidaturas foram apoiadas pelo Partido Comunista. O PCB era ainda o único setor de esquerda que acreditava na luta parlamentar⁶⁴.

⁶²Ana Beatriz Nader faz uma história Oral de vida, uma transcrição das narrativas de trajetória de alguns dos *Autênticos*, livro que nos serviu de fonte. Ver NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁶³Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:57007655515273::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S. Acesso em 08/10/2012.

⁶⁴FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Araújo.(org.) **Revolução e democracia(1964-...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Chegado ao Congresso a partir de 1971, alguns deputados, por afinidades discursivas, se reuniram para formar um grupo com o intento de levantar a bandeira pró-democracia. Em relatos no livro de Nader alguns dos *Autênticos* falaram que os encontros se davam em diversos lugares; havia um certo temor pelos desconhecidos ingressos no grupo (pois qualquer organização política poderia sofrer repressão), não havia uma coerência ideológica entre os componentes, a defesa da democracia era o que os unia. Os deputados não se conheciam anteriormente. Há uma certa convergência no reconhecimento de que Chico Pinto era um dos principais articuladores do grupo, sendo chamado de “reitor”⁶⁵.

Os *Autênticos* são contabilizados em 23 deputados federais, eleitos em 1970. A contagem é definida pelo livro de Ana Beatriz Nader. Ela por sua vez, se baseia na contagem dos *Autênticos* pelo número de assinantes no documento do episódio da “anticandidatura” de Ulysses Guimarães, episódio que será analisado mais adiante. Ao que parece, para os deputados, foi o episódio mais importante na história do grupo. A maioria dos políticos desse grupo eram profissionais liberais, oriundos de vários pontos do território nacional, alguns com inserção na política antes do golpe, que depois do fim do bipartidarismo foram para outros partidos. Em anexo expomos os nomes, filiação partidária, cassações e profissões. (Ver anexo 1)

Organizado o grupo, eles passaram a agir de forma coordenada. Não tinham uma posição ideológica desenhada, havia gente de diversos partidos, de trajetórias diferenciadas. Nadyr Rossetti⁶⁶ disse que a única possibilidade de ligação ideológica dos *Autênticos* pode ter sido fruto da articulação destes nos movimentos de base, antes do golpe. O que se pode afirmar é que eles se uniram com um objetivo único de combater a ditadura, acreditados da democracia como organização política. E fizeram do Congresso um espaço para denunciar os atos do governo.

O grupo trouxe questões provocantes de discussão dentro de um Congresso quase imóvel, como direitos humanos, legitimidade do regime. Havia uma espécie de divisão das tarefas entre os *Autênticos*, dos temas a serem tratados na tribuna. Lysâneas Maciel, até por uma militância na Igreja era mais ligados aos temas dos direitos humanos, Gadelha a

⁶⁵ “Em 1971, logo após a formação do grupo autêntico – com pretensões de se transformar no Bloco Parlamentar Nacionalista, quando o regimento interno da Câmara de deputados ainda permitia a legalização de frações subpartidárias – Alencar Furtado foi eleito, junto com Francisco Pinto e Paes de Andrade, um dos coordenadores do grupo.” JORNAL MOVIMENTO. 7/3/1977. Ed. 88, P.3. A vitória de Alencar.

Chico Pinto diz no livro de Nader que eles brincavam entre si, colocando os postos hierárquicos do exército nos membros do grupo, Alencar era o “coronel” e ele, Marechal, o maior posto hierárquico. NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁶⁶NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

economia, e outros⁶⁷. Não havia uma unidade rígida na atuação do grupo, agiram em diversas frentes, na denuncia do modelo econômico, social e político da ditadura, na proposição de projetos para o Brasil, e assim faziam as movimentações possíveis.

Gadelha, narra, por exemplo, uma das formas de atuar:

Quando alguém noticiava um fato novo, ocupávamos o horário do ‘pinga-fogo’, que são apenas três minutos. Para superar o limite de tempo, tínhamos como estratégia comparecer no ato da inscrição em bloco e nos escrevíamos seguidamente, sem escala. Desta maneira, conseguíamos ter sempre por volta de dez Autênticos, em série, falando sobre o mesmo assunto⁶⁸.

Com essa estratégia o assunto do “pinga-fogo” iria forçosamente ser noticiado na *Voz do Brasil*, uma estratégia para expandir o discurso, para além dos limites parlamentares. Nadyr Rosseti também conta que faziam livrinhos de resumo sobre a atuação dos *Autênticos* para distribuir ao povo⁶⁹.

As estratégias dos *Autênticos* eram diversas. O grupo priorizava o objetivo de denunciar a farsa democrática, para isso usava diversos artifícios, dizia Alencar Furtado: “alguns iam para a tribuna, para o plenário, enquanto que outros iam para as comissões, além de comparecermos sempre que convidados, às universidades, sindicatos...”⁷⁰.

No período, o Congresso havia saído do recesso forçado pós-AI-5, com o processo de cassações. Havia uma descrença geral sobre a participação no espaço da política institucional, o próprio Francisco Pinto confessou isso no seu depoimento. Mesmo assim, ousaram no MDB a criar uma área de disputa entre os setores internos e contra a ditadura. Nesse sentido, a luta dos *Autênticos* perpassava por disputar dentro do próprio partido, contra os *Moderados*, às vezes também fazendo acordos com estes, lutando contra os *Adesistas*.

Até 1970 o MDB não obteve vitórias eleitorais, perdendo até para os votos nulos (ver tabela abaixo). Havia outras frentes de luta, como a armada, com a ALN (Aliança Libertadora Nacional), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), dentre outros, o movimento estudantil, etc. E dentre os outros setores da esquerda havia uma descrença geral da possibilidade de organização e luta partidária, muitos pregavam o voto nulo para destruir a farsa democrática tentada com a manutenção de um Congresso que não podia fazer muito. Somente o PC (Partido Comunista) ainda acreditava na via parlamentar.

No entanto, verificamos que a aceitação do MDB pela sociedade foi se modificando no decorrer. Podemos atribuir esse fenômeno em parte à ação dos *Autênticos*, pois o crescimento

⁶⁷Idem.

⁶⁸Idem., p. 309.

⁶⁹NADER, Ana Beatriz. Op. cit. P. 331.

⁷⁰Idem., p 49.

é proporcional à atuação destes. Um exemplo foi o aumento de votos em 1974. Fernando Cunha atribuiu ao episódio da anticandidatura de Ulysses Guimarães em 1973 o fator proporcionalizador da vitória das eleições pelo MDB em 1974.

Anos	Senado			Câmara Federal		
	ARENA	MDB	Nulos e Brancos	ARENA	MDB	Nulos e Brancos
1966	44,7	34,2	21,2	50,5	28,4	21,0
1970	43,7	28,6	27,7	48,4	21,3	30,3
1974	34,7	50,0	15,1	40,9	37,8	21,3
1978	35,0	46,4	18,6	40,0	39,3	20,7

Esta tabela de forma mais completa está no livro de Maria D'Alva Gil Kinzo (1988) p. 73: Resultados nacionais das eleições legislativa, 1966-78 (%).

Pela leitura dos números das votações pode se interpretar o crescimento da credibilidade/legitimidade do MDB. Em 1970, os votos nulos e brancos passaram o valor dos votos do MDB para a Câmara Federal. Depois da atuação do grupo *Autênticos*, a partir de 1970, os números das votações aumentaram. E o MDB emparelhou com a Arena. Além de outros fatores, pode-se atribuir isso, a possibilidade de disputa que os *Autênticos* abriram quanto à utilização do único partido opositor legal.

O objetivo do capítulo foi mapear o cenário. Seguimos, pois a metodologia de Bourdieu, sobre as estruturas estruturadas do *campo*. Procuramos entender a construção do *campo*, das suas regras, das possibilidades de se fazer política, da formação dos partidos e da criação dos *Autênticos*, no golpe e na ditadura porque tudo isso é fundamental para que o leitor acompanhe nossa análise das iniciativas específicas de Francisco Pinto. É o que faremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

Os discursos de Chico Pinto e a decifração dos signos do poder (1971-74)

Nos parágrafos seguintes faz-se uma análise dos discursos de Francisco Pinto, do período de 1971 a 1974, primeira legislatura do deputado. Lemos os discursos de Chico Pinto em dois aspectos. Primeiro trata-se de pensar como o seu discurso se tornou possibilidade de luta na ditadura, com as denúncias. A segunda, procura-se neles elementos que mostrem uma leitura da realidade social e política instituída com o regime.

O recorte temporal compreendido neste capítulo se refere aos anos iniciais da ditadura, fortalecida consensualmente pelo “milagre econômico”, o crescimento econômico promovido pelo crescimento dos números da economia, crescimento concentrado que fortaleceu o apoio da burguesia ao projeto ditatorial. Junto a esse crescimento concentrado houve a repressão e arrocho salarial da classe trabalhadora. Nessa temática central se concentram os discursos de Chico Pinto.

Os discursos de Chico Pinto dão pistas sobre o *produto simbólico* negociado pelo político profissional, e através desses identificamos as *posições tomadas* por Francisco Pinto.

2.1 As tomadas de posição, o *produto simbólico* e outros elementos no discurso de Chico Pinto

O primeiro discurso de Francisco Pinto, na ordem do dia no expediente da Câmara de Deputados, na sessão de 18 de maio de 1971, expõe por que ele escolheu fazer política no Congresso. Reconheceu que havia uma descrença generalizada quanto à possibilidade de intervenção nesse espaço e que não era preciso ir muito longe para verificar as raízes de tal descrença: “Ninguém tem dúvida de que o campo de atuação parlamentar, hoje, nesse País é excessivamente estreito e moderadamente restrito”⁷¹. No entanto, acreditava que existindo aquele local para se movimentar, deveria se criar o movimento possível, pois havia também aqueles que queriam fazer do Congresso um lugar de obediência cega ao que vinha do Executivo. O Congresso funcionava sem maiores discussões políticas, tornando-se um lugar de debate técnico, ao mesmo tempo em que legitimava a ditadura.

⁷¹PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Dept. de Imprensa Nacional. p. 3.

Com o primeiro discurso, Chico Pinto, inscreveu seus objetivos para com o Congresso, e possibilita considerar em que medida aquele lugar se constituiu como campo de disputa, diferentemente do que inicialmente a ditadura havia projetado. Nesse discurso Pinto insinuou a existência de uma ditadura, e foi combatido pelo aparte de Dayl de Almeida (Arena), que dizia que a situação do país era uma reestruturação democrática e não uma ditadura.

Essa é uma questão que nos interessa, pois, constantemente esse argumento foi reiterado pelo Executivo e pelos civis, como no caso de alguns deputados da Arena, que negavam a existência da ditadura. Ao pensar na insistência desse discurso por parte dos ditadores, é que verificamos a importância da atuação dos *Autênticos*, e em especial de Chico Pinto, nosso personagem central, pois agiam no sentido de contraponto. O Congresso tornou-se, assim, efetivamente o espaço de disputa *simbólica*, da disputa contra um discurso que se pretendeu consensual, hegemônico.

A mera existência do Congresso não expunha tão nitidamente as possibilidades de se fazer política. Em sua resposta ao aparte, Chico Pinto disse que, embora houvesse a existência da Casa, notoriamente as atividades legislativas estavam limitadas pela Constituição:

É sabido que não poderemos apresentar projetos que disponham sobre matérias financeiras (Art. 57 – inciso I da Constituição); que impliquem em aumento de despesa (Art. 57, parágrafo único). Além disso estão inseridos na Emenda Constitucional nº1 os prazos fatais e prioritários para a aprovação de mensagem do Poder Executivo em 40 e 45 dias (Art. 51 ‘caput’ e §§ 2º e 3º). Estamos impedidos de fazer qualquer alteração ou emenda nos decretos-leis que nos são submetidos para referendar (Art. 55 em seus §§). Existem restrições à constituição de comissões parlamentares de inquéritos e as exigências impostas pelo Artigo 30 parágrafo único letra ‘E’ as tornaram simplesmente inviáveis. Vale acrescentar que também foram abolidos os pedidos de informações, retirando-se do Poder Legislativo uma de suas melhores armas de fiscalização administrativa⁷².

Chico Pinto era advogado, e por isso o conhecimento das leis fazia parte do seu *habitus*. Nesse discurso descreve as regras para se fazer política no Congresso. Fez uma análise de conjuntura da situação do Estado. Denunciou a suposta democracia quando afirmou que o Presidente da República é quem mandava e desmandava e que tal presidente falava da revogação do AI-5, mas ninguém sabia quando, pois isto só ocorreria quando o presidente quisesse: “Êle, o Papa da nossa democracia”.

No discurso aproveitou ainda para pedir esclarecimento sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. “Daí a indagação que poucos ousam formular, mas que é preciso

⁷²PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Dept. de Imprensa Nacional. p. 5.

que se faça, nesta Casa, a todo instante e tôda hora: onde está o ex-Deputado Rubens Paiva? Prêso? Desaparecido a 4 meses”⁷³.

O ex-deputado Rubens Paiva⁷⁴ foi um dos políticos expurgados do cenário no período da “Operação Limpeza”, foi alvo dos golpistas, era do PTB. A prática política do interrogatório, a que o governo recorreu inúmeras vezes, incluía a tortura e o desaparecimento de pessoas. Francisco Pinto, nesse momento, denuncia essa suposta democracia e o desaparecimento de presos políticos.

Chico Pinto também fez sua leitura sobre o AI-5, pois era sob sua égide que funcionava o Legislativo, era também por meio dele que as atividades estavam limitadas:

O Ato existe, sobretudo contra esta Casa. No entanto, aqui não faltam os que defendem, esquecidos de que podem ser vítimas dele. Quantos foram os que apanharam no passado e foram tragados por êle? Êle existe ainda para atingir e eliminar qualquer nova, legítima e independente liderança militar, política, operária ou estudantil⁷⁵.

O Ato Institucional de número 5 foi o grande instrumento de repressão ditatorial. E assim como a instauração da própria ditadura, este foi justificado pela permanência da subversão, do comunismo e do terrorismo. E Chico Pinto nega esse argumento: “Êste não é um argumento sério. Deixa a impressão de que êle é utilizado porque o terrorismo, em determinado instante, tem servido como aliado dos que querem justificar a permanência dos atos de repressão contra tôda a nação”⁷⁶.

A Lei de Segurança, o baluarte de organização do Estado, foi também criticada por Chico Pinto:

A Lei de Segurança Nacional, portanto, é um instrumento a serviço dos aliados do poder. É um instrumento da oligarquia e do imperialismo contra o povo. Ela existe para garantir os objetivos nacionais contra os antagonismos. Êstes, são tudo aquilo que o Gôverno entende como objetivo nacional, que são os objetivos do Gôverno, e não os objetivos do povo, criando a intolerância⁷⁷.

Chico Pinto corrobora com a leitura de que a ditadura se impôs para privilegiar o capital multinacional junto com a exploração do povo, e por isso, a explicação da imposição

⁷³PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Dept. de Imprensa Nacional (sic). p. 18.

⁷⁴Em pronunciamento no livro de Ana Beatriz Nader, Francisco Pinto disse que foi Eunice Paiva, esposa do ex-deputado quem lhe pediu para perguntar pelo deputado. Somente com as ações da Comissão Nacional da Verdade no ano de 2013 decretou-se a morte de Rubens Paiva.

⁷⁵PINTO, Francisco. op. cit., p. 18 (sic).

⁷⁶Idem, (sic).

⁷⁷PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Dept. de Imprensa Nacional (sic) p. 19.

das leis repressivas: “No Brasil para o sistema se manter nesta aliança espúria uma série de Leis ou de Decretos são impostos à Nação. Além dos Atos, da Lei de Segurança e de todo o instrumento de repressão, ainda se cancela o *habeas corpus*, quando a autoridade revela que a prisão é por razões políticas”⁷⁸.

O deputado fez a leitura de duas possibilidades de saídas para o Brasil, uma era a permanência da ordem existente, a permanência de um “nazismo periférico”, “colonial”, em que não havia uma aliança como no tipo europeu, da burguesia nacional, classe média e forças armadas: “O Fascismo, aqui, é fascismo colonial, é fascismo da submissão. A união, aqui, é das forças externas mantenedoras do *status quo* com a oligarquia. Mas nesse modelo, não entram as forças populares, a juventude civil e militar, a Igreja”⁷⁹.

A outra saída seria um projeto socialista, mas isso geraria um grande tumulto à nação. O que não daria para contabilizar os custos e conseqüências de um levantamento das massas. E por fim, diz qual o seu projeto:

(...) É implementação de um ESTADO NACIONALISTA. Meio socialista, meio capitalista. Teria o Estado controle dos pontos básicos da economia, gradual e constante, no setor público. Não será um PROJETO SOCIALISTA, porque neste haveria a extinção do setor privado. O que se quer é o controle do setor público, onde estão os pontos vitais da economia.⁸⁰

Seria um movimento de união nacional, das forças comprometidas com um ideário de participação num processo de desenvolvimento autônomo e independente. Seria a marcha dos que colocam o Brasil acima de tudo. Que forças seriam estas? Seria a união de civis com militares, das Forças Armadas, do empresariado progressista, da Igreja, da classe média, dos trabalhadores urbanos e rurais, da juventude e dos intelectuais⁸¹.

Mas Pinto já se antecipou afirmando que no período havia uma total descrença no diálogo entre Forças Armadas e os outros setores, para ele havia uma grande propaganda que pregava a distância e preconceito com as Forças Armadas. E fez uma exposição da história das Forças Armadas no Brasil e tentou demonstrar uma tradição desta como forças de intervenção nacionalista.

Chico Pinto acreditava que a interação com as Forças Armada era necessária para impedir as intervenções do imperialismo, para ele: “Em verdade, tôdas as vezes que um país no plano interno limita os privilégios do imperialismo, êste faz intervenções. Só não as faz quando as Forças Armadas e o povo estão unidos”⁸².

⁷⁸Idem, p. 20.

⁷⁹Idem .p.23

⁸⁰Idem .

⁸¹PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Dept. de Imprensa Nacional. p. 8.

⁸²Idem, p.17.

Chico Pinto termina o discurso:

é bom lembrar à Oposição ou ao Gôverno que devemos estar sempre conscientes de que, com esforços, se pode diminuir a marcha dos acontecimentos, nunca, porém, fazê-los parar. Há os que querem refreá-la, mas, se puseram o ouvido à escuta, vozes ouvirão de uma multidão sôfrega e impaciente a lhe dizer: SOIS COMO OS CLARÕES DE AGÔNIA DO SOL NO OCASO. AMANHÃ SERÁ OUTRO DIA⁸³.

Esse primeiro discurso é importante para notar sua *tomada de posição* diante da situação política do país. Ele era contrario a ditadura e suas leis, que impunham limites para a atuação política e que ao mesmo tempo faziam um grande investimento de propaganda e anunciavam a “liberdade democrática”. Além de um lugar de denúncia o Congresso para Francisco Pinto era uma possibilidade de projetar um discurso que tinha pretensão de organizar pessoas em torno de um projeto, a derrocada da ditadura.

Ele anunciou qual a sua perspectiva, um projeto nacionalista, com aliança de todas as “forças”. Nessa luta contra a ditadura seria possível a união entre civis e militares, entre liberais e trabalhadores, como numa aproximação com a proposta do PCB, de quem ele tinha bastante proximidade pelo viés discursivo.

O político só se mantém no *campo* pela sua capacidade de aglomerar setores de fora, denominados por Bourdieu de “leigos”, para isso, deve convencê-los a aderir ao seu projeto em disputa dentro do *campo*. O político, por isso, tem sua *tomada de posição* direcionada pelos setores com quem dialoga. Nesse sentido, vemos dois setores fundamentais de interlocução de Chico Pinto, que ele chama para aderirem ao seu projeto. O primeiro é que o projeto de Nação proclamado por Chico Pinto dialogava diretamente com o PCB, pois o partido achava que uma das etapas para a construção do socialismo seria a união entre todos os setores sociais⁸⁴.

O PCB era o único setor da esquerda que apoiava a iniciativa de instauração da luta pela via parlamentar. Segundo Motta, “o MDB se ajustava bem à estratégia estabelecida pelo PCB para enfrentar o regime militar. Na sua avaliação, era necessário construir uma frente democrática pra tornar possível a derrota da ditadura, envolvendo todos os outros setores da

⁸³Idem, p. 24.

⁸⁴Pode-se verificar essa posição definida nas Resoluções do PCB no VI Congresso (1967): “A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. (...) Mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo”. Resolução Política do VI Congresso, 1967. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. S. Paulo, Ciências Humanas, 1980, p. 172.

oposição”⁸⁵. Muito embora se possa ver essa semelhança no discurso, não temos elementos suficientes para comprovar a aliança mais estreita entre Chico Pinto e o PCB.

O outro setor com o qual Chico Pinto negociava seu *produto simbólico* eram os militares do grupo denominado Centelha Nativista (apresentarei mais adiante a Centelha). Verificamos isso com esse primeiro discurso, que se refere à história das Forças Armadas como defensores da Nação e denuncia a propaganda que dificultava a possível aproximação entre a Oposição e as Forças Armadas

Em outro discurso seu, ficou muito mais nítida essa convocação: *O Soldado, a Segurança e a Pátria*. Chico Pinto foi escolhido pelo grupo para fazer uma homenagem ao dia do Soldado, na sessão de 25 de agosto de 1971. No livro de Nader⁸⁶, Chico Pinto disse que foi por causa de seu primeiro discurso, em que fez uma referência à história das Forças Armadas, que gerou uma controvérsia sobre seu posicionamento quanto as Forças Armadas, pois esses não sabiam se tratava de um discurso elogioso ou atrevido. Essa controvérsia quase o levou à cassação e também fez com que Pedroso Horta, líder do MDB na época, o convocasse para fazer o discurso no Dia do Soldado.

Como conhecedor do soldado que homenageia, Chico Pinto justificou sua análise histórica na tarefa do Exército Nacional que para ele sempre correspondeu a um “mantenedor da unidade nacional”, defensor do território nacional evitando qualquer apropriação por parte das potências mundiais. Todavia, para ele, no momento em que se vivia, a Segurança Nacional era o discurso ordenador que, na verdade, se confundia com o conceito de segurança da potência mundial, ou seja, uma Segurança que garantia a “organização do poder mundial sob a liderança da potência líder”, que seria os EUA. Seu argumento é de que a segurança não é imposição de arbítrio, não é a segurança de uma ordem injusta: “é preciso não confundir segurança com a segurança do ‘status quo’. Para a preservação do ‘status quo’ é preciso uma mistificação confundindo segurança com inamovibilidade das coisas”⁸⁷. Para ele segurança era “a aliança Exército-Povo, com o propósito de transformar a fisionomia anacrônica do Brasil dependente e subdesenvolvido”⁸⁸.

Uma das proposições do grupo *Autêntico* era criar um fosso dentro das Forças Armadas, entre os setores que apoiavam a Segurança Nacional como forma de repressão dos trabalhadores, e aqueles setores que tinham uma visão nacionalista da Segurança Nacional e

⁸⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Araújo. (Org.) **Revolução e democracia(1964-...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 291.

⁸⁶NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁸⁷PINTO, Francisco. **O Soldado A Segurança Nacional e a Pátria**. Discurso proferido na sessão de 25 de agosto de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971. p. 9.

⁸⁸Idem.

da forma de conduzir o destino do Brasil. Portanto, esse discurso de Pinto, rememorando a tarefa nacionalista das Forças Armadas, é uma convocação para que os militares (o setor nacionalista) permanecessem com os mesmo objetivos.

Chico Pinto chamou os militares para um dialogo com a Oposição, disse que esta tem ideias e não quer necessariamente o poder, mas colocar suas ideias à disposição de quem exerce o Poder. Citou gerais e suas posições nacionalistas, coadunantes com as dele. E finda seu discurso com o dito “O Brasil acima de tudo” - que era o lema da Centelha Nativista⁸⁹. Este discurso mostra uma proposta de aliança, de entrosamento e debate entre a Oposição ou pelo menos o setor da oposição de que ele fazia, com militares da Centelha. Chico Pinto lançou seu discurso para convencer, disputar a opinião e adesão deste grupo para a luta contra a ditadura e construção da democracia.

A “Centelha Nativista” foi uma dissidência das Forças Armadas, nasceu em Salvador, Bahia, em 1967, como oposição à corrupção emergida no governo Costa e Silva. Em sua pauta de discussão estavam a subversão e a desnacionalização, e tinha uma posição em defesa da democracia. Criou-se um jornal para difundir seus ideais, *A Tocha*, que expunha seus descontentamentos com os rumos da “revolução”. Virou uma tendência nacional e era composta desde militares de ultradireita até os mais progressistas, alguns que estavam na imposição do AI-5⁹⁰.

A “Centelha” também articulou a candidatura de Albuquerque Lima à presidência da República, que Francisco Pinto citou nesse discurso, mas ele foi vencido pelo candidato do Alto Comando, Emílio Garrastazu Médici. E era com esse setor que Francisco Pinto dialogava, chamando para aglutinar forças contra a ditadura. No livro de Ana Beatriz Nader⁹¹, Pinto relata que se engajou na disputa apoiando a candidatura de Albuquerque Lima. A Centelha tinha uma força razoável e ele acreditava que a disputa poderia desaguar num confronto, no entanto, não houve confronto e o Alto Comando elegeu Médici. Ele contou uma história que vale a pena relatar:

Certo dia peguei meu Volks e fui da Bahia ao Rio de Janeiro, e perguntei ao general Albuquerque em sua casa:

- ‘General, por que o senhor não resistiu? Tínhamos condições de ganhar essa batalha’. Ao que ele me respondeu:

- ‘É possível... Tínhamos o seu Exército, que é pequeno, (referia-se ao IV Exército, do qual a Bahia fazia parte) conosco. O I Exército também. E é forte. Mas não contávamos com o III (Rio de Grande do Sul e adjacências) e o II (com sede em São Paulo) a não ser pequena parte dele’. Argumentei:

⁸⁹Jornal Movimento. 23 a 29/10/1978. Ed. 173. P. 5. A Centelha Nativista.

⁹⁰Idem.

⁹¹NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

-‘Mas se colocássemos o povo ao lado do movimento armado...Usar rádio e TVs, depois de devidamente ocupadas pelas tropas para tentar esclarecer e conscientizar o povo sobre os objetivos do movimento e convocá-los a apoiá-lo. Já havia me articulado com algumas lideranças civis, o IV Exército passaria a ser forte. Não haveria necessidade de mobilizar grande parte do efetivo militar para conter o povo e assim a tropa poderia ser deslocada, quase toda, para o Sul.’

O general concordou. Disse-me que resolveu recuar porque não queria concorrer para destruir grande parte do país, pontes, estradas, fortalezas, edifícios... Além de ser uma luta fratricida matando nossos próprios irmãos. Retruquei:

-‘desculpe general, porém o senhor não pensou nisso quando ajudou a deflagrar o movimento de 64. Se Jango tivesse resistido teria ocorrido o mesmo. As vezes destruir é necessário para se construir melhor. Desculpe mais uma vez, mas o senhor ao recuar, por essas razões afetivas, deixou-me a impressão de que não é um revolucionário’⁹².

No mesmo livro ele falou que teve muito contato com os militares no episódio da sua auto defesa quando do processo referente à cassação como prefeito em Feira de Santana. Isso fez com que ele acreditasse que havia alguns militares preocupados com a questão nacional e que discordavam da política entreguista imposta pelos militares do Executivo. E no mais, Pinto disse que: “Nesta época estava convencido de que não sairíamos da ditadura, sem contar com aliados dentro das Forças Armadas para exercer pressão dentro do próprio sistema de poder, ou para deflagrar um processo de ruptura institucional”⁹³. Isso era no auge do AI-5, quando ele ainda não era deputado, mas ao entrar no Parlamento manteve essa posição e conclamou novamente aos militares para lutar pelo Brasil. Como ele mesmo dizia estava buscando *uma saída para o Brasil*.

2.2 A ditadura nos discursos de Chico Pinto

Os discursos de Chico Pinto estão em publicações avulsas, algumas pela Câmara de Deputados, como *Uma saída para o Brasil* e *O soldado a segurança e a Pátria*. Outros discursos estão numa coletânea sem referência de publicação, em um caderno intitulado *Pequena história de uma época* que foi doado para o LABELU⁹⁴. Os discursos dos deputados não só circulavam pelas publicações da Câmara de Deputados, havia uma forma de divulgar as denúncias apresentadas no Congresso para outras pessoas. De acordo com o depoimento de Nadyr Rossetti no livro de Nader⁹⁵ os *Autênticos* faziam livrinhos com os principais discursos

⁹²NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.154-5.

⁹³Idem. p. 156.

⁹⁴Acervo do LABELU.

⁹⁵NADER, Ana Beatriz.op. cit.

para distribuir à população, era uma estratégia para o discurso sair do isolamento de Brasília. Essa encadernação de Chico Pinto parece obedecer a essa lógica.

Aqui faremos uma análise de alguns dos discursos, principalmente aqueles que correspondem a uma ordem de denúncia do modelo social instaurado com a ditadura. No pequeno expediente, em 27 de novembro de 1971, Francisco Pinto foi ao plenário para denunciar a condição dos trabalhadores da Petrobrás. Em público, falou para alertar ao presidente da empresa, na época, gen. Ernesto Geisel, do que acontecia com os trabalhadores, embora, pelo volume de denúncias dos trabalhadores que estão sofrendo coações, ele já não acreditasse que os altos postos desconhecem o fato.

Os trabalhadores denunciavam as condições impostas para a incorporação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que em teoria, deveria ser opcional. No entanto, Chico Pinto dizia que centenas de casos chegavam à Junta do Trabalho em Salvador:

ao serem interrogados pelo Juiz Presidente da Junta se estão fazendo a opção de espontânea vontade respondem: 'Dr. Estou assinando forçado, mas se não assinar ele me põem lá fora e eu não quero perder o emprego'. O Juiz geralmente ressalva sua posição dizendo que 'forçado não é, porque se não quiser não assina', mas o trabalhador interroga em resposta: 'E o senhor garante meu emprego?' O Juiz responde que isso ele não pode fazer⁹⁶.

Disse ainda que: “Despedir-se empregados com mais de 9 anos de serviço só porque não querem optar, é um absurdo inqualificável. Os empregados estão sendo chamados ao departamento jurídico e estão sendo intimados a assinar o termo de opção e, quando não o fazem são despedidos”⁹⁷.

Chico Pinto também disse que o mesmo estava acontecendo na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e recomendava que o Ministério do Trabalho deveria tomar uma providência, senão:

cabe aos trabalhadores se organizarem nos seus sindicatos, escolhendo os seus verdadeiros representantes e não pelegos do governo para defendê-los nestes momentos difíceis que estão, infelizmente, atravessando. Eles sabem, todos nós sabemos a dificuldade que têm os trabalhadores em se organizarem diante da existência dos instrumentos de repressão de que o governo dispõe, isto é, do Ato Institucional e da Lei de Segurança Nacional⁹⁸.

As denúncias de Chico Pinto só fazem sentido na relação com o todo. Ele denuncia nuances – casos específicos - de uma conjuntura mais ampla (nacional). Esse era o período do

⁹⁶PINTO, Francisco. **Os perseguidos: Trabalhadores da Petrobrás** (27/11/1971). In PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 12.

⁹⁷Idem.

⁹⁸Idem. p. 13.

“milagre econômico”. Desde 1970 os números da economia cresciam. Período também das grandes obras, como a construção da Transamazônica⁹⁹, o Programa de Integração Social (PIS), o Proterra.

na indústria, as dimensões da petroquímica; infra-estrutura, o fantástico desenvolvimento das telecomunicações, integrando o país de uma forma nova, sem falar nas rodovias e no complexo hidrelétrico; nas finanças, a constituição de uma banca de nível internacional; na agricultura, o desenvolvimento de novas culturas, como a soja (...)¹⁰⁰

Como, no projeto da ditadura, o propósito era tirar o Brasil da crise financeira, daí o dito “milagre econômico”. Para Sônia Mendonça e Fontes a fórmula mágica foi o arrocho salarial, pois é a prática comum de superação das crises capitalistas: “intensificação do trabalho e a própria concentração das empresas e do capital”¹⁰¹.

Por isso em 1965 uma nova legislação trabalhista e salarial se firmou para garantir essa explosão capitalista, com três princípios:

1º) a sujeição dos trabalhadores a um verdadeiro programa de poupança forçada; 2º) a criação de um ‘novo’ sindicato, com funções bem mais assistencialistas – e menos políticas –, que impedisse uma organização efetiva da classe trabalhadora; e 3º) o fortalecimento da estrutura sindical e corporativa enquanto alicerces da coesão social¹⁰².

O Executivo se tornou a matriz de correções salariais, evitando a negociação direta entre patrão e trabalhador. Além do mais, proibiu qualquer iniciativa de organização operária, proibiu greves e expurgou as lideranças combativas – havendo assim uma quebra na organização.

A nova política salarial previa também maior submissão do trabalhador à disciplina fabril, o FGTS acabava a estabilidade do trabalhador. O medo da demissão minava a iniciativa de pressão dos trabalhadores e também possibilitava a rotatividade da mão de obra. O FGTS funcionou como medida de controle da força de trabalho para o capital, assim como o Estatuto do Trabalhador Rural.

Isso era parte do Plano de Ação Econômica do governo, elaborado por Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos: “Roberto Campos, empresário, figura central da

⁹⁹O filme *Bye Bye Brasil* de Caca Diegues aborda sobre a situação de miséria do Brasil, mais precisamente do Norte e Nordeste. E da doce ilusão moderna da Transamazônica.

¹⁰⁰REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p.55.

¹⁰¹MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 22.

¹⁰²Idem, p. 22-23.

Consultec – empresa de consultoria estreitamente vinculada aos movimentos golpistas e ao grande capital internacional -, antigo professor da ESG, assumiu o Ministério do Planejamento”¹⁰³.

Como a tarefa legislativa estava limitada, solidarizar-se pelas pressões na sociedade civil e denunciá-las foi uma tarefa tomada por Chico Pinto, que ainda incitava a organização dos trabalhadores: “o governo sabe que precisa de instrumentos de opressão para conter e refrear as massas, mas estas devem saber, ou estão no tempo de aprender, que, sem se organizarem, não terão nunca condições de impedir o seu achatamento, a sua humilhação e o seu aviltamento”¹⁰⁴.

Nesse momento determinado do projeto da ditadura, em que havia uma boa base de apoio civil daqueles que se beneficiavam com os elevados lucros capitalistas, por conta do boom econômico, a repressão se tornou mais violenta, eliminou-se do cenário as guerrilhas urbanas. Esse foi um momento em que a Assessoria de Comunicação do Governo (AERP) anunciava *Brasil ame-o ou deixe-o*, - enquanto Chico Buarque cantava *amou daquela vez como se fosse a última*¹⁰⁵. A copa de 1970 desviava a atenção da política. Época do crescimento e desenvolvimento econômico que até hoje são associados à ditadura, mas que escamoteavam os custos sociais e escondiam quem levava o grande quinhão.

Por isso a importância dos discursos de Chico Pinto denunciando esse modelo. Ele garantia um campo de disputa simbólica entre a propaganda do governo e o confronto com a realidade dos trabalhadores no Brasil. Pinto conclamava os trabalhadores para destruir tal ordem política, social e econômica. Esse discurso (dos trabalhadores da Petrobrás) não é o único em que Chico Pinto denunciou as condições dos trabalhadores na Bahia e os custos do modelo econômico tão propalado. Em *Os guardas da malária*, de 30/10/1973, ele falou sobre as condições dos trabalhadores da SUCAM (Superintendência de Campanha de Saúde Pública). Francisco Pinto pediu ao Ministro da Saúde para apurar as denúncias sobre as condições de trabalho dos que ele chamou os “guardas da malária”, funcionários da SUCAM. Como andarilhos, percorrem o estado da Bahia, de déu em déu, ganhando um salário mínimo, “trezentos e dezesseis cruzeiros por mês”, com os custos de campo por sua conta, e, caso se ausentasse por motivo de saúde durante 15 dias, poderia ser “automaticamente desligado da

¹⁰³MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente 1964-1992**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1988 p. 28.

¹⁰⁴PINTO, Francisco. **Os perseguidos**: Trabalhadores da Petrobrás (27/11/1971). In:PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 13.

¹⁰⁵Álbum “Construção” de Chico Buarque é de 1971.

função sem qualquer satisfação”¹⁰⁶. Em suma, atuavam em condições insalubres e não tinham direitos assegurados.

Essa era a face do desenvolvimento brasileiro que era escondida da grande população. Em um momento marcado pela censura e por tantas formas de repressão, Chico Pinto denunciava e, ao mesmo tempo, conclamava os trabalhadores para se organizarem contra a ditadura.

Enquanto as grandes hidrelétricas emergiam como a expressão da modernização e desenvolvimento propagada pelo governo, como demonstração maravilhosa do novo modelo político, em o *Povo sacrificado, de 12 de junho de 1973*, Francisco Pinto, ponderou sobre a construção das barragens de Sobradinho, que engoliram algumas cidades. Denunciou o destino incerto dos moradores, e mais, cobrou do Governo esclarecimento, pois este teria investido na construção de prédios e casas nas áreas que seriam inundadas.

Mas a verdade é que por incompetência, ou outra razão qualquer o dinheiro público foi gasto criminosamente pelo governo, que tinha obrigação de saber, pelos estudos e projetos realizados, que não se deveria construir mais em cidades que seriam afogadas pelas águas, seus novos e permanentes habitantes ¹⁰⁷.

Chico Pinto denunciava a quem interessava o progresso:

com a energia abundante para novas indústrias. O que não se dirá é que gerará novas riquezas para pequenos grupos privilegiados da exportação. O que não se dirá que o preço por esta riqueza de poucos é a fome e o sacrifício de grande parte desta população abandonada e esquecida¹⁰⁸.

O deputado pediu também esclarecimento sobre o destino da população que abandonaria sua história, suas vidas. Francisco Pinto foi membro efetivo da Comissão permanente Bacia do São Francisco de 1971 a 1973.

Esta era a proposição de denúncia e forma de se contrapor ao projeto da ditadura que abriu o país ao grande capital, com a exploração e repressão aos trabalhadores. Num momento em que pouco se podia falar, Francisco Pinto e os *Autênticos* tomaram uma posição, elaboram um *produto simbólico* e convocavam os trabalhadores para se organizar, convocaram os militares para que, empenhados, lutassem para destronar os ditadores.

Além da exploração dos trabalhadores e da repressão, Chico Pinto denunciou também como no Brasil os poderes legislativo e judiciário tinham perdido a autonomia. Ele concordava que a justiça brasileira não era tão rigorosa, falou sobre o relativismo da justiça.

¹⁰⁶PINTO, Francisco. **Guardas da Malária**: Injusta retribuição ao seu trabalho (30/10/73) In PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 82

¹⁰⁷PINTO, Francisco. **O Povo Sacrificado** (12/06/1973) In PINTO, Francisco. op. cit.. p. 45.

¹⁰⁸Idem. P.46.

Embora não existe um ideal de justiça inatingível, ele disse que algumas prerrogativas são necessárias para manter uma coerência. Dentre essas prerrogativas e garantias para o exercício do cargo estão “sintetizadas, embora não totalmente, na vitaliciedade, na inamovibilidade e na irredutibilidade de vencimentos”¹⁰⁹.

No Brasil a Justiça havia perdido essas prerrogativas, o que gerava mais susceptibilidade de corrupções e injustiças. Diz: “Hoje, no Brasil, desapareceu a harmonia e independência dos Poderes, existindo apenas o executivo, que a todos os outros se sobrepõe”¹¹⁰.

temos repetido por onde passamos que, em um regime de exceção como o que vivemos, o juiz togado, sem meios para aferir a extensão das pressões que sobre ele se fazem, está mais sujeito a transigências para confundir lei e fazer justiça do que o militar que, em determinadas situações, está mais imune a determinados tipos de pressão¹¹¹.

Chico Pinto falou que foi atribuído à justiça militar julgar todos os crimes, que passaram a ser impostos pela Lei de Segurança Nacional – que é excessivamente vaga e abrangente – isso seria um mecanismo de intimidar e punir a todos.

Esse era o cenário nacional: o destrato com os trabalhadores, uma justiça submetida pelo Executivo que por isso estava mais suscetível à corrupção e à injustiça. Para ocultar essa face da ditadura havia ainda a censura e as propagandas que aplaudiam os feitos dos ditadores. E era contra essa ordem que os *Autênticos* se lançavam nas denúncias e disputavam a opinião pública num projeto de restauração democrática.

Chico Pinto também denunciou a censura nos jornais na Bahia e em São Paulo, o estrangulamento do “Jornal da Bahia” pelo governador da Bahia, e em São Paulo, o governador Laudo Natel também tentou sufocar o “Estado de São Paulo” e “Jornal da Tarde”.

O Governo sabe que os jornais, rádios e TV são empresas que vivem do lucro, sem este não sobrevivem. As verbas vultuosas, que dispõem para publicidade e que são dinheiro do povo, servem para comprar o silêncio e, na maioria das vezes, o aplauso fácil. Compra, assim, com o dinheiro da nação e não com o seu, a tranquilidade para cometer crimes. Com a desinformação ninguém sabe o que acontece nos bastidores da administração¹¹².

¹⁰⁹Discurso de 29 de setembro de 1972. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29SET1972.pdf#page=4>. p. 37.

¹¹⁰Idem.

¹¹¹PINTO, Francisco. Discurso de 29 de setembro de 1972. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29SET1972.pdf#page=4>. p. 38.

¹¹²PINTO, Francisco. **O processo do jornal da Bahia e outros abusos** (29/09/72). In PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 35.

A censura não era só executada pelos censores com o controle do conteúdo, mas também pela pressão que se fazia às empresas mantenedoras, que então, cortavam seus anúncios e financiamentos aos jornais. E mais, com tantos cortes nas matérias, o jornal não interessava aos leitores, isso se constituía em outro mecanismo de estrangulamento, e Chico Pinto denunciava: “é um prazer sádico os cortes na imagem, no dialogo, nos títulos. O que fica é o resto, e pelo resto o público não quer pagar para assistir”¹¹³.

O controle da opinião pública revela a estratégia de manutenção do consenso, é uma das estratégias de que o regime se valia para manter uma imagem positiva, e é justamente nesse aspecto de disputa simbólica que os *Autênticos* se insinuavam. Chico Pinto também alertava para esse fator: “na medida em que o Governo controla as fontes de informação, controla a opinião publica. Todos os jornais e rádio são livres. Livres para fechar as portas por falta de recursos”¹¹⁴.

Essa censura moldava a cultura à imagem e semelhança da classe dirigente. E Chico Pinto denunciava a destruição do cinema, do teatro, e dizia que a imagem do Brasil no exterior já está comprometida: “que imagem pode ter esta esfinge disforme, este duende horrível que nada respeita e tudo destrói? Só tem uma verdadeira imagem: a imagem do medo, do medo da verdade”¹¹⁵.

2.3 O anticandidato da antieleição: “denunciar e renunciar”

A Anticandidatura de Ulysses Guimarães foi o episódio que os *Autênticos* reconheceram como o mais importante na trajetória deles. Com um candidato à presidência, os *Autênticos* poderiam utilizar os meios de comunicação, estratégia útil para o grupo que disputava a opinião pública.

Assim em 1973, mesmo sabendo que a eleição presidencial era indireta, e que tudo não passava de um protocolo que resultaria na homologação do gen. Ernesto Geisel pelo colégio eleitoral composto por maioria arenista, os *Autênticos* resolveram lançar um candidato. Francisco Pinto sugeriu um militar, mas entre os *Autênticos* prevaleceu a opção por um civil, a sugestão era Ulysses Guimarães, mas esse não quis, então, Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, foi o contatado. Depois que soube do nome de Barbosa Sobrinho,

¹¹³PINTO, Francisco. **Censura a imagem do medo** (19/10/73) In: PINTO, Francisco. op. cit. p.70.

¹¹⁴PINTO, Francisco. **O processo do jornal da Bahia e outros abusos** (29/09/72) In PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 36.

¹¹⁵ PINTO, Francisco. **Censura a imagem do medo** (19/10/73) In: PINTO, Francisco. op. cit. p.71.

Ulysses Guimarães resolveu ser o anticandidato (esse nome para sublinhar o fato de que não havia candidato, propriamente, e sim um colégio de cartas marcadas)¹¹⁶.

Na Convenção do MDB, que confirmou a candidatura a presidente, Ulysses Guimarães, em 22 de setembro de 1973, em Brasília, fez um discurso combativo, intitulado *Navegar é preciso. Viver não é preciso*:

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

Na situação, o anunciado como candidato, em verdade é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na Oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão promovido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de 'eleição', o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual Senadores, Deputados Federais e Estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

(...)

Não é o candidato que vai recorrer o País. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudível as vozes discordantes, porque ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Teatro e ao Cinema¹¹⁷.

O discurso denunciava a eleição e a farsa democrática. Um discurso forte do líder da Oposição que se uniu com os *Autênticos*.

Francisco Pinto descreveu a estratégia:

A preliminar sustentada pelo grupo Autêntico era a seguinte: a lei eleitoral estabelecia que os partidos teriam direito a usar rádio e TV, e não faziam distinções entre eleições diretas e indiretas. Eu argumentava que era importante o MDB ter um candidato. Primeiro porque poderíamos fazer comícios e denúncias, segundo, usaríamos a mídia e, em seguida, no dia da reunião do Colégio Eleitoral, renunciaríamos à candidatura, denunciando aquela farsa. Tratava-se de uma eleição de cartas marcadas, a qual contava com eleitorado constituído apenas por congressistas, a maioria filiada à ARENA, e obrigados por lei a votar no candidato oficial, sob pena de perda do mandato e suspensão dos direitos políticos. Uma eleição definida por antecipação¹¹⁸.

A proposição dos *Autênticos* era que depois de percorridos os campos possíveis de disputa, de ir à TV, rádio, comícios, no dia da escolha do Colégio Eleitoral eles iriam retirar anticandidatura. No entanto, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho resolveram ignorar o acordo com o grupo. Mantiveram, assim, a candidatura, que funcionou, nesse sentido, para legitimar a imagem de uma democracia. Reagindo à negativa de Ulysses Guimarães, os *Autênticos* redigiram um texto, elencando os motivos da criação da anticandidatura,

¹¹⁶NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹¹⁷GUIMARÃES, Ulysses. **Rompendo o Cerco**. Ed. Paz e Terra, 2ª edição, Rio de Janeiro: 1978. p. 41-42.

¹¹⁸NADER, Ana Beatriz. Op. cit.. P. 175.

enunciando a opinião sobre as eleições de cartas marcadas, do rompimento do acordo do presidente do MDB e que posição tinham em relação a eleição de Geisel.

No dia da homologação do general Geisel alguns *Autênticos* foram ao Congresso pedir uma questão de ordem para ler o tal documento. O líder da Câmara só permitiu sob a ameaça de que os *Autênticos* iriam atrapalhar a sessão caso não os deixassem falar.

O documento dizia:

Devolvemos nosso voto ao grande ausente: o povo brasileiro, cuja vontade espuriamente afastada do processo, deveria se fonte de todo poder. Recusando a participar com nosso voto deste simulacro de eleições que avilta o país perante a cultura, a inteligência e o mundo livre.[...]

Em nenhum momento compreenderíamos que o anti-candidato e o contestante se convertesse em candidato, convalidado a farsa eleitoral[...]

Igualmente nos reencontramos conosco mesmo, quando fizemos nossas as angústias da massa trabalhadora do país, sufocada pela alta não confessada do custo de vida e pelo garroteamento da liberdade e da autonomia sindical.

Também nos reencontramos com os estudantes na sua justa revolta contra o 477, ou com a Justiça quando defendemos a intangibilidade das decisões judiciais, ou ainda, quando ao lado do empresariado nacional, denunciemos a desnacionalização progressiva da nossa economia.

Não nos contentaríamos, hoje, quando este privilegiado colégio de eleitores se reúne para apenas renovar essas posições e reproduzir nossas angústias.

Por isso é que o gesto de nossa recusa ao voto homologatório deste colégio se constitui na expressão de inconformidade dos que não votam, dos que não escolhem, dos que não decidem e até dos que não podem falar¹¹⁹.

A luta dos *Autênticos* é reconhecida nesse momento, embora eles já se articulassem antes, em 1971. Talvez porque esse foi o ato público que deu maior visibilidade para o grupo. Inclusive com a propagação internacional da notícia. A trajetória do grupo é, todavia, acidentada, ora fazendo aliança com os *Moderados* (Ulysses Guimarães era parte do grupo) ora atuando com os *Adesistas*. Enfim, esse é o assunto para o próximo capítulo.

2.4 O discurso de Chico Pinto contra a ditadura Chilena

Te recuerdo Amanda
la calle mojada
corriendo a la fabrica donde trabajaba Manuel
La sonrisa ancha, la lluvia en el pelo,
no importaba nada
ibas a encontrarte con el,
con el, con el, con el, con el
Son cinco minutos
la vida es eterna,
en cinco minutos

¹¹⁹ **Documento dos Autênticos recusando-se a votar na eleição presidencial (15/01/1974)** In: PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p. 87-8.

(...)
 y en cinco minutos,
 quedó destrozado
 Suenan las sirenas
 de vuelta al trabajo
 muchos no volvieron
 tampoco Manuel.
 (Victor Jara)¹²⁰

Em 14 de março de 1974, Chico Pinto ergueu sua voz contra um dos maiores tiranos da América Latina, Augusto Pinochet, que estava presente no solo brasileiro para a posse de Ernesto Geisel. Veio ao Brasil com a proposta de formar um “eixo-político-Brasil-Bolivia-Chile-Paraguai”.

Francisco Pinto disse:

Mas, ontem, Sr. Presidente, chegou ao Brasil e foi recebido com honras de Chefe de Estado, quem desonrou o Estado que deveria servir a farda que o agasalha. Não fosse ele o Chefe da Junta Militar que oprime o Chile, seria recepcionado como ‘Calley’. O repúdio seria a homenagem justa ao mais truculento dos personagens que, nas duas décadas, esmagaram povos na América Latina¹²¹.

Francisco Pinto acusou Pinochet de assassino de proletários, mulheres e crianças. Perguntou e afirmou:

Quem Allende matou, Sr. Presidente? Mas aquele que se intitula democrata, Augusto Pinochet, quantos crimes praticou? Quanto sangue sangrou dos seus próprios patrícios para saciar sua sede de poder e para servir a patrões de outras pátrias? Como todo fascista, serviu-se da democracia chilena pra acusar os democratas cristãos e os marxistas de prejudicarem o Chile, de servir a outros interesses e de receber dinheiro, obtendo ajuda externa, os primeiros da Itália e da Alemanha, e os segundos da Rússia e de Cuba¹²².

Como o Brasil e outros países da América Latina, o Chile também foi vítima do golpe dos civis e militares que esmagou e oprimiu os trabalhadores. A luta de classes no Chile, na década de 70, havia se acirrado em tamanha proporção que o país parecia se dividir em dois grandes blocos coesos e disputantes, a burguesia nacional e aliada ao capital internacional no partido da Democracia Cristã e o proletariado na Unidade Popular (de influência socialista).

A vitória de Salvador Allende significou o início de um governo de esquerda, com ações que provocaram reações violentas dos grupos capitalistas, sobretudo internacionais.

¹²⁰Artista Chileno, comunista e morto brutalmente pelo comando do golpe de Estado em setembro de 1973.

¹²¹Pinto começa o discurso falando desse personagem, o Tenente William Calley, do Exército dos EUA, assassino na guerra do Vietnã, e que foi condenado pela opinião pública pelo massacre de Mi Lay. Fala dele para dizer que país nenhum o recebe com honras, este foi julgado pela Justiça Militar dos Estados Unidos e afastado do Exército. PINTO, Francisco. **General Pinochet: O Infame** (15/03/74). In: PINTO, Francisco. *Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]*. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p 95.

¹²²PINTO, Francisco. **General Pinochet: O Infame** (15/03/74). In PINTO, Francisco. op. cit., p. 96.

Allende promoveu a estatização das principais indústrias e fábricas, das minas de cobre (maior fonte de divisas Chilena). Houve ainda a iniciativa do fim da especulação do preço dos víveres, sendo estes controlados pelo Estado, e mais um plano de reforma agrária, etc.

O objetivo do governo Allende:

Seria constituído assim um eixo socializado da economia, ao mesmo tempo que se golpeava de morte o capital monopolista, grande parte do qual era estrangeiro. Por sua vez, o aparelho estatal deveria ir sendo transformado desde o seu interior, mudando sua natureza de classe de um Estado burguês para um Estado popular¹²³.

O governo Allende assumiu um caráter diretivo popular e contava com apoio da grande parcela dos trabalhadores. As marchas denotavam o apoio do setor popular às iniciativas de Allende: *Allende, Allende, El pueblo te defiende*. As organizações populares cresciam, em torno dos cordões de fábrica, da Central Única dos Trabalhadores, CUT, da UP.

Do outro lado a burguesia chilena, a classe média e o empresariado que visualizavam o perigo da organização dos trabalhadores em colocar em xeque os privilégios históricos, em disputa do poder. A burguesia tentou de diversas formas boicotar o governo Allende, incitando greves (com o financiamento dos EUA). A tentativa da direita era paralisar o país e desequilibrar a economia, como mecanismo de derrubar o governo Allende.

As pressões cresciam da parte da oposição no Congresso chileno contra Allende. Ainda mais quando aquela ganhou as cadeiras parlamentares em 1973. Mesmo assim as marchas dos camponeses e trabalhadores tomavam a ruas do país, a burguesia também promovia as suas. E de forma inescrupulosa a elite civil e os militares preparavam o golpe. O ataque armado ao palácio da Moneda ocorreu em 11 de setembro 1973, e matou o presidente Allende, que resistiu com arma em punho.

A Junta Militar assumiu o poder e começou a caça aos comunistas, as invasões e repressões aos bairros proletários, as torturas e assassinatos¹²⁴, numa ditadura que durou 17 anos.

Francisco Pinto disse no seu discurso:

(...) o que nos vem do Chile de Pinochet é o fechamento de jornais, é a censura desvairada à imprensa renascente. O que nos vem do Chile é a opressão mais cruel, de que nos dá idéia a reportagem e as fotos publicadas pela revista VISÃO, do campo de concentração da Ilha Dawson. O que nos vem do Chile é o clamor dos

¹²³SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua**: socialismo na America Latina. 8ed. São Paulo: Atual, 1992. P. 43-44.

¹²⁴Com bastante sensibilidade, o filme Machuca, retrata a dualidade da vida burguesa, em bairro rico e dos bairros operários no Chile na época do governo Allende, a articulação das duas classes em torno dos partidos e interesses, mais a brutalidade do golpe de Estado Chileno, leitura mostrada através da vivência de duas crianças de classes antagônicas, Machuca e Gonzalo. Filme dirigido por Andrés Wood.

presos, dos perseguidos, do povo oprimido. É o horror do massacre promovido pelos golpistas¹²⁵.

Na Ilha Dawson foram mantidos presos em regime de trabalho forçado os ministros do Governo de Allende¹²⁶. Com esse discurso contra a ditadura de Pinochet, Chico Pinto se posiciona contra um regime que massacrava grande parte dos trabalhadores e organizações de esquerda, e depôs um governo com iniciativas socialistas. Chico Pinto se posiciona contra uma dada ordem política que se espalhou pela América Latina, um modelo capitalista sustentado na repressão violenta.

Atacou o silenciamento e a censura para evitar que passasse ilesa a visita de Pinochet, prestigiado pelos governistas como chefe de Estado. Francisco Pinto foi à tribuna para dizer que aquele assassino não era bem vindo no país, nem os que aqui estavam eram apoiadores de tal regime brutal. A imprensa, por sua vez, não poderia fazer referência ao que representava Pinochet e a vinda dele ao Brasil: uma aliança continental de ditadores contra os trabalhadores. Era a universalização de um projeto político e econômico de privilégio uma minoria à custa do massacre e misérias de muitos. Era essa situação que a figura de Pinochet mais especialmente representava e contra a qual Francisco Pinto bradou veementemente.

Como Allende e tantos outros, que se voltaram contra as grandes forças repressoras que dominavam o continente, sobreveio o fim trágico. O de Allende, a morte; o de Chico Pinto, o silenciamento. Esse foi seu último discurso no Congresso Nacional da legislatura que cumpria. Chico Pinto foi processado por ofensa a chefe de Estado.

Processado, em 28 de março de 1974, pelo Executivo, por ter proferido discurso na Tribuna da Câmara dos Deputados, denunciando violências praticadas pelo General Pinochet, do Chile, foi condenado a seis meses de prisão pelo STF, em outubro de 1974, e perdeu o mandato por decisão da Mesa da Câmara dos Deputados. Cumpriu pena no 1º BPM, DF¹²⁷.

Depois do processo sofrido com esse discurso, Chico Pinto em uma visita à cidade de Feira de Santana, em entrevista à Radio Cultura reafirmou o conteúdo do discurso, das denúncias contra Pinochet e alertou para a intolerância do governo e foi novamente alvo de

¹²⁵PINTO, Francisco. **General Pinochet: O Infame** (15/03/74).In: PINTO, Francisco. Pequena História de Uma Época. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]. Contém 15 discursos de 1971 a 1974. p 96-7.

¹²⁶Outro filme bastante interessante é a Ilha Dawson, baseado nos escritos do ex-ministro de Allende, Sergio Bitar - então ministro das Minas e Energias, mostra o sofrimento dos prisioneiros nesse campo de concentração, usa cenas reais do golpe, como o último discurso de Allende e o ataque ao palácio da Moneda. Dirigido por Miguel Littin, lançado em 2009.

¹²⁷Disponível em: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=105942&tipo=0

processo. Com a suspensão dos direitos políticos Chico Pinto não pôde concorrer às eleições de 1974¹²⁸.

O capítulo demonstra o significado dos discursos de Chico Pinto no determinado momento histórico. Que *produto simbólico* o deputado negociava, que grupo disputava. Assim, como era dado o limite de se fazer político, do que poderia ser dito. O discurso sobre o Pinochet foi o limite para ele, não só pelo dito, mas por ser um momento estratégico. Com a cassação e a protelação do processo, o deputado ficou impedido de concorrer às eleições de 1974. Os militares tiraram o deputado do caminho.

¹²⁸Jornal Movimento, 9/05/1977, Ed. 97, p.8. A Absolvição de Chico Pinto.

CAPÍTULO III

A Luta dos *Autênticos*: disputa entre a Arena, o general e o MDB (1975-78) – Uma leitura do *Movimento*

A história é linda para ser escrita muito tempo depois dos fatos. (...) Mas, viver e fazer a história, dia a dia, padecê-la minuto a minuto, é dose. Construir e assistir a demolição pela força da violência; organizar lentamente e presenciar a destruição do trabalho e, até, o assassinato e a decomposição de pessoas; ir e vir, num suplício de Tântalo, com a sensação de não ter arredado o pé do lugar, embora cansado pelos tantos passos que deu. Tudo isso só é sentido por quem viveu experimentando a história, nos momentos difíceis, e, por isso mesmo valoriza os passos que deu e não quer voltar atrás¹²⁹.

Com a cassação do mandato de deputado, em 1974, Francisco Pinto ficou afastado do Congresso Nacional até 1979. E durante esse período foi convidado a fundar o jornal *Movimento*. No jornal escrevia uma coluna intitulada *A Semana em Brasília*. Longe do Parlamento, o jornal passou a ser sua tribuna, assim ele fazia críticas e comentários sobre a vida política nacional, aos acontecimentos no Congresso e às disputas internas no MDB.

Nas páginas do jornal outras colunas trazem notícias sobre os fatos políticos que nos informam sobre a atuação dos *Autênticos*, suas *tomadas de posições* dentro do MDB em concorrência com as medidas do Executivo e da Arena. Com esse capítulo, entendemos como se tecia a luta dos *Autênticos*, bandeiras, estratégias e contribuições na luta pela restauração democrática. Analisa-se também como se constituíam as disputas entre os grupos dentro do Partido. Além de perseguirmos o lugar de Chico Pinto nessa oposição: qual sua perspectiva de atuação política para o MDB.

A conjuntura política no período de recorte do capítulo, 1975-78, é o da “distensão”, um suposto projeto de abertura da ditadura. Quando em 1974 o presidente Geisel pronunciou quatro palavras mágicas, *distensão lenta, gradual e segura*, a distensão comeu metros de jornais, lembrando os três mal-amados de João Cabral de Mello, e foi nesse acorde que os políticos se moveram.

3.1 A formação dos *Autênticos* em 1975-78

Para a legislatura de 1975-78 reelegeram-se os seguintes *Autênticos*:

¹²⁹Trecho de discurso de CHICO PINTO.

Jerônimo Santana (Rondônia), Paes de Andrade (CE), Marcondes Gadelha (Paraíba), Fernando Lyra (PE), Lysâneas Maciel e J.G. de Araujo (GB), Valter Silva (RJ), Fernando Cunha (GO), Santilini Sobrinho e Freitas Nobre (SP), Carlos Cota e Fábio Fonseca (MG), Alencar Furtado (PR), Jailson Barreto (SC), Amauri Muller, Alceu Colares, Eloy Lenzi, Getúlio Dias e Nadir Rosseti (RS) e o senador Marcos Freire¹³⁰.

Devido à atuação dos *Autênticos* (que trouxeram uma perspectiva mais progressista para o MDB) alguns setores acharam que o partido de oposição poderia representar uma possibilidade de confrontar a ditadura, somando-se a outros fatores. O partido conseguiu uma vitória significativa nas eleições de 1974 (ver primeiro capítulo). Inclusive porque alguns políticos entraram para o MDB para incorporar-se à luta dos *Autênticos*, e na imprensa começaram a ser chamados de neo-autênticos ou novos autênticos. São eles:

Mario Frota (AM), Jader Barbalho (PA), Fernando Coelho e Jarbas Vasconcelos (PE), Antonio José e Nóide Cerqueira (BA), Jorge Moura (GB), Tarcísio Delgado (MG) Airtton Soares, Marcelo Gato, Frederico Brandão, Jorge Cunha, Lincoln Grilo, Otávio Ceccato (SP), Ademar Santilo e Genervino Fonseca (GO), Antonio Carlos (MT), Álvaro Dias (PR), Luis Henrique e Valmor de Luca (SC), Jorge VEqued, João Gilberto, Odacir Klein, Lidovino Fanton, Rosa Flores, Aloísio Paraguassu (RS)¹³¹.

Embora afastado do mandato de deputado, Chico Pinto, continuou na sua articulação com o grupo, não à toa nas reportagens sobre os *Autênticos* o seu nome está sempre presente. Mas é na sua coluna, *A Semana em Brasília*, depois alcunhada de *a coluna do Chico Pinto*, que podemos visualizar melhor sua atuação, mantendo a linha de denúncia. E ainda fazendo análise sobre as circunstâncias políticas para construção do projeto de democracia, como acreditava ser a via.

3.2 O jornal *Movimento*

Em 2011, quando iniciamos a pesquisa no acervo do LABELU – onde se encontra a coleção do *Movimento*, descobrimos o lançamento do livro *Jornal Movimento: uma reportagem*¹³² com a coleção digitalizada dele. Por certo um presente! Com o livro, uma

¹³⁰Jornal Movimento, 18/08/1975, Ed. 7, p. 6. O MDB briga ou não briga? (sic.)

¹³¹Jornal Movimento, 18/08/1975, Ed.7, p.6. O MDB briga ou não briga? Uma das diferenças dos primeiros autênticos, conhecidos na imprensa como os históricos, para os novos foi a vida política antes da ditadura. Os novos autênticos iniciaram sua vida política após de 1964, enquanto os históricos vieram de outros partidos. (MOVIMENTO, 8/9/1975, Ed. 10, p. 4).

¹³²AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. 1ª edição, Belo Horizonte, MG, editora Manifesto, 2011.

proposta de conhecer como foi sua repercussão na sociedade, como funcionou, sua história, além das reportagens dos que ajudaram a construí-lo.

O *Movimento* foi um jornal da imprensa alternativa que circulava com o propósito de fazer uma frente ampla de defesa da democracia, com um jornalismo comprometido com a oposição e denúncia do autoritarismo. Lançado em 1975, o jornal, segundo Raimundo Rodrigues Pereira, editor-chefe, nasceu pelo sentimento de “que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo, mas de ajudar a transformá-lo”¹³³.

Sua fundação se deu pela dissidência de alguns jornalistas de outro jornal alternativo, *Opinião*. Fernando Gasparian era o dono jurídico do *Opinião*, mas a proposta era que o jornal funcionasse com autonomia dos jornalistas, no entanto, Gasparin afastou Raimundo Pereira do jornal o que rompeu, no sentimento dos jornalistas, com o propósito democrático da existência do jornal.

Destarte, um grupo de jornalistas se desvencilhou do *Opinião* e montou outro projeto em que o jornal fosse dos jornalistas, que houvesse independência e autonomia, pelo “direito de defender suas próprias idéias”. Com o propósito de ser:

(...) um jornal mais popular e que, diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado amplamente, por exemplo, por trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles, quando os artigos, de uma forma ou de outra, chegassem até eles¹³⁴.

Depois de debates sistemáticos entre os editores, chegou-se a um conjunto de regras de funcionamento do jornal e seu objetivo de:

apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade¹³⁵.

Lançou-se uma edição especial, escrita por Raimundo Pereira, para explicar existência do *Movimento*, seus fundamentos, os custos para manutenção, e fazendo a campanha para vender as ações, “a campanha do Milhão”.

Nomes como: Chico Buarque, Hermilo Borba Carvalho, Audálio Dantas, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas-Boas, Edgar da Mata Machado, Alencar Furtado, Agnaldo

¹³³Jornal Movimento, 7/7/1975, Ed. 1 especial, p. 4. A narração sobre o nascimento do jornal aparece no livro “Movimento: uma reportagem” de Carlos Azevedo (2011).

¹³⁴Jornal Movimento, 7/7/1975, Ed. 1 especial, p. 6.

¹³⁵Idem, p. 5.

Silva, Bernado Kucinski, Antonio Carlos Ferreira, Jean Claude Bernardet, Marcos Gomes, Mauricio Azevedo, Raimundo Pereira, Teodomiro Braga, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, estavam nessa empreitada.

Podemos interpretar a atuação do jornal *Movimento* como a de um partido, no sentido gramsciano: de um organizador das vontades coletivas, com o objetivo de disputa pelo consenso da opinião pública. Uma Frente de objetivos claros de denunciar e enfrentar a ditadura. Propunha também a restauração do Estado democrático, contestando a *distensão lenta, gradual e segura* propagandeada pela dupla Golbery-Geisel, já que o jornal nascia justamente nesse período - momento em que “a ditadura recuava com o claro propósito de se fortalecer no campo conservador e isolar idéias mais progressistas”¹³⁶.

O governo repressor, por via do AI-5 e da Lei de Imprensa, manipulava o que se vinculava para a formação na opinião pública, de modo a formulá-la de sua maneira e de passar uma imagem positiva da política ditatorial. “Esse controle foi de grande utilidade, pois impedia que grande parte da população soubesse dos atos repressivos, autoritários e violentos por parte do governo”¹³⁷. Nisso o jornal conviveu com a censura ao longo da sua existência, que o atingia de diversas formas, diminuindo sua qualidade, para diminuir o interesse do público que o mantinha¹³⁸.

O jornal *Movimento* constituiu-se como um local de debate político, levou à população temas como a constituinte, a anistia e o alto custo de vida da população. A propaganda da política positiva sempre foi uma constante na ditadura, e por isso a censura sempre caminhou junto para impedir o dissenso, silenciar os discursos contrários, coisa que o *Movimento* fazia ao denunciar a desigualdade social do modelo econômico. Aquino diz que o alvo mais constante dos censores sobre o *Movimento* era quando o “governo aparec[ia] como ‘entreguista’, na medida que em que opta[va] pela proteção das empresas de capital multinacional em detrimento de interesses nacionais”¹³⁹.

Chico Pinto foi convidado para participar do jornal, consensualmente, pelos onze integrantes iniciais do Conselho Editorial. Foi chefe da sucursal em Brasília, e assinava os artigos de *A semana em Brasília*. Sua coluna era constantemente censurada, e como forma de

¹³⁶AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. 1ª edição, Belo Horizonte, MG, editora Manifesto, 2011. p. V.

¹³⁷SAMWAYS, Daniel Trivisan. **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censura_a_imprensa_e_a_busca_de_legitimidade_no_regime_militar.pdf. Acesso em 27/05/2013.

¹³⁸AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. 1ª edição, Belo Horizonte, MG, editora Manifesto, 2011.

¹³⁹AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978) o exercício cotidiano da dominação e da resistência**: Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: ED'USC, 1999. p. 141.

denunciar, mantinham-se o formato da coluna com um tarja preta. (ver anexo 2). Através dela percebemos a análise de Chico Pinto sobre a situação política. Para nossa pesquisa analisamos as colunas de Chico Pinto, o Brasil¹⁴⁰ e Ensaio Populares¹⁴¹ - que são os textos de debate sobre a política nacional.

3.3 “Para que tudo permaneça é preciso que tudo mude?”: sobre a “distensão lenta, gradual e segura”

O jornal *Movimento* na sua primeira edição traz uma matéria sobre a “esfinge chamada distensão”¹⁴² uma incoerente abertura que foi propagandeada pelo presidente Geisel e seus áulicos. De que consta a incoerência da abertura política, senão da utilização do seu principal instrumento de coerção, o AI-5? Os casos de aplicação são tantos quantos correspondem às necessidades de manter a linha de aceitação do regime ou para enquadrar rigorosamente àqueles que discordam. E as desculpas para o uso são inventadas na mesma ordem de tom.

Segundo o jornal, diante da “esfinge”, o MDB tentou decifrar o enigma, e as disputas internas se dirigiam por essa linha. Os *moderados* pediam cautela, enquanto os *Autênticos* permaneciam disputando internamente para confrontar mais contundentemente o regime.

Geisel, em 26 de agosto de 1974, fez um discurso para os dirigentes arenistas, e deste então circulou pelos jornais que estaria em curso uma “lenta, gradual e segura distensão”, para resolver problemas institucionais brasileiros¹⁴³. As interpretações foram vastas. José Bonifácio, líder da Arena na Câmara, afirmou posteriormente que o presidente não pronunciou tal palavra, Marcos Freire (*Autêntico*) retomou a leitura do discurso no plenário para rememorar o líder arenista. Por conta desse episódio o *Movimento* fez uma reportagem com a chamada “Bonifácio tinha razão”, pois, a falta de memória deste na verdade se configurou como previsão.

Segundo o jornal *Movimento*, em 1 de agosto de 1975, o presidente Geisel voltou a discursar para corrigir as interpretações erradas:

(...) segundo interpretações que ele acha erradas “o restabelecimento do chamado estado de direito, mediante a pura e simples suspensão do AI-5 e, completamente, a

¹⁴⁰Coluna que se referia aos principais fatos políticos da semana.

¹⁴¹Duarte Pereira, baiano, ex-militante da AP – Ação Popular, era responsável por essa coluna, onde se faziam os debates sobre a política. Segundo Azevedo, “Os textos de Ensaio Populares tinham o objetivo de promover a ‘elevação da consciência dos trabalhadores’. Partiam dos fatos, da conjuntura, discutiam a política do governo e as táticas da oposição, para lançar idéias e apontar caminhos” (AZEVEDO, 2011, p. 126) em resposta à superação da proposta da luta armada para a derrubada da ditadura.

¹⁴²Jornal *Movimento*, 7/7/1975. Ed. 1. p.5. A esfinge chamada distensão.

¹⁴³Jornal *Movimento*, 4/8/75, Ed. 5, p. 5. Bonifácio tinha razão.

revogação do 477, a revisão da Lei de Segurança e a concessão ampla da anistia”[...]. Em resumo, a distensão para ele está mais ligada ao progresso que seu governo – e os anteriores governos de Médici, Castelo Branco e Costa e Silva tenham dado ao país – do que a caminhada para o que ele chama de “estado de direito”¹⁴⁴.

Skidmore relata que Geisel, em agosto, reiterou suas atitudes com o projeto de liberalização e cita o discurso do presidente: “Com o desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão* – isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo”¹⁴⁵.

Bonifácio, por sua vez, apareceu na Câmara Nacional, segundo Chico Pinto, e “exclamava para quem quisesse ouvi-lo: ‘Não falei que não tinha nada de distensão. Não acreditaram em mim porque não quiseram. Convençam-se que o líder do governo sou eu; quem fala por ele sou eu’”¹⁴⁶.

Pinto concluiu em tom de deboche: “José Bonifácio (...) declarou em discurso da tribuna do Congresso, que o Presidente da República nunca falou em distensão. (...) Se falhou a memória de José Bonifácio, não falhou sua capacidade de prever o futuro próximo. Ótima profissão para o futuro, deputado”¹⁴⁷.

Geisel, no seu discurso citado no jornal, afirmava que: “nada pretendo mudar pelo simples prazer de mudança.”¹⁴⁸. A *modificação atingia o rótulo e não o conteúdo*. Ou ainda recorrendo à lembrança que o jornal fez à passagem de Lampedusa, em *O Gattopardo*, “para que tudo permaneça é preciso que tudo mude”.

O que significou então a distensão política? Os elementos trabalhados apontam no sentido de ser ela o resultado de disputas na sociedade, em que os ditadores precisaram recuar um pouco para manter a coesão dos grupos militar e civil, além de amenizar o dissenso na sociedade civil e política.

O governo Geisel, segundo Moreira Alves, foi a terceira etapa da institucionalização do Estado na ditadura. A primeira, de Castelo Branco e Costa e Silva, se dirigia para montar as bases do governo com a elaboração da Constituição. Na segunda fase, de 1969-73, lançou-se na organização do modelo econômico e na prática da coerção. Já no período de Geisel, a institucionalização corresponderia a estabilizar o regime a longo prazo, por isso, investir no consenso, com isso desenvolveu-se a teoria da “distensão”. O regime queria legitimidade com

¹⁴⁴Idem.

¹⁴⁵GEISEL *apud* SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988., p. 344. Este trecho do discurso está também no livro MATHIAS, Sueley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas, SP, Papirus, 1995. p. 78.

¹⁴⁶Jornal Movimento, 18/8/75, Ed.7, p. 8. O manto da corrupção.

¹⁴⁷Idem.

¹⁴⁸Jornal Movimento, 11/08/1975, Ed. 6, p.5. O que mudou no dia primeiro de agosto.

uma controlada ampliação da participação política. “A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica (...) que pudesse cooptar setores da oposição”¹⁴⁹.

A proposta era controlar o AI-5, símbolo maior da coerção, e ampliar o consenso, por isso as eleições nesse período foram mantidas com apreço pelo governo, demonstrando o processo de escolha livre pela população, logo, de ampliação da participação política, como numa democracia, no entanto, modificando as regras do jogo para garantir a força eleitoral da Arena, seu partido. Pois, segundo Skidmore, o processo de abertura arquitetado pelo governo contava “com uma Arena forte para controlar o cenário político civil”¹⁵⁰.

No entanto, o projeto do governo sofreu imprevisibilidades, e foi se modificando conforme o confronto com as oposições, seja na sociedade civil, seja até nas próprias Forças Armadas. Para Skidmore, a ascensão de Geisel foi orquestrada pelos Castelistas, afastados do poder desde 1967, daí sua tarefa era de conter os linha-duras e a “subversão”.

Vemos as contradições de um governo que implementou um discurso de democracia para encobrir a ditadura, e por isso teve que manter as bases legitimadoras, como o Congresso Nacional e ao mesmo tempo tinha na repressão a necessidade básica de sustentação. Daí se dava o que pode ser visto como um tipo de conflito existencial.

O discurso da distensão surgiu para aquietar as oposições, como no esquema de recuar, ou seja, fazer concessões para os subalternizados e opositores, para evitar uma disputa, com uma possível crise de hegemonia.

3.4 “Liberalização de gestos limitados”: a ação dos *Autênticos, Moderados e Adesistas* nas páginas do *Movimento*

Chico Pinto foi cético quanto à distensão. Na sua coluna, *A Semana em Brasília*, ele falou sobre as “estrelas da distensão”: “queixava-me, à distância, a um velho sertanejo, sobre a incapacidade para ouvir estrelas, é preciso nos apaixonar urgentemente. Todos, sem exceção. Só assim, poderemos ouvir, entender e acreditar na conversa das estrelas”¹⁵¹. O artigo foi escrito em tom irônico e metafórico, mecanismo de burlar a censura, já que sua coluna era constantemente alvo dos censores.

¹⁴⁹ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1984, p. 185.

¹⁵⁰SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 339.

¹⁵¹Jornal Movimento, 14/7/1975, Ed 2 p. 4 As estrelas da distensão.

Em uma clara alusão ao poema de Olavo Bilac, Chico Pinto se referiu ao romantismo de alguns emedebistas para ouvir ecos do além, para ouvir estrelas. A “estrela” é a distensão de Geisel e só quem escutava – entendia - eram os séquitos apaixonados que nela acreditavam, como Ulysses Guimarães e o setor *Moderado* da oposição. Para Chico Pinto a distensão era uma balela governamental que até então estava atrapalhando a oposição em se assumir mais enfaticamente.

Falar sobre a distensão é necessário para entender em contexto amplo a movimentação dos políticos no *campo*, pois a distensão serviu para conter as inflamações que ocorriam dentro no Legislativo, já que havia um discurso velado de que qualquer pressão pela liberalização poderia gerar retrocesso.¹⁵² Sendo assim, o discurso da abertura política fez o MDB recuar de qualquer atuação mais incisiva ou pelo menos com essa desculpa os *Moderados*, cúpula do partido, cercearam os *Autênticos*.

A crença de que o presidente democratizaria o país, o crédito de confiança aberto a suas intenções, fez a oposição desistir, por exemplo de uma CPI dos direitos humanos, que a liderança do MDB considerou uma atitude passível de ser encarada como provocações e portanto capaz de atrasar a distensão gradual e segura¹⁵³.

Laerte Vieira, líder do MDB na Câmara, e Ulysses Guimarães, presidente do partido, achavam que qualquer atitude mais radical poderia causar o retrocesso do presidente para a abertura política. Dentro desse espaço cauteloso no MDB, criou-se até mesmo um movimento liderado por Epitácio Cafeteira, chamado de “pragmatistas”, os protetores da “distensão”, com o propósito de impedir a oposição mais rigorosa, ou seja, a *Autêntica* – a propósito, o objetivo inicial deste foi combater a iniciativa de Lysâneas Maciel¹⁵⁴ de propor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Direitos Humanos¹⁵⁵.

Nas eleições de 1974 o MDB elegeu mais de um terço da Câmara de Deputados, alcançando a quantidade necessária de deputados para propor CPIs, até então privilégio da

¹⁵²GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 186.

¹⁵³Jornal Movimento, 11/08/1975, Ed. 6, p. 5. O que mudou no dia primeiro de agosto.

¹⁵⁴Segundo Costa e Gagliardi, havia uma espécie de divisão dos assuntos à serem tratados na tribuna parlamentar pelos autênticos, e Lysâneas era o representante dos direitos humanos. Ver COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. **Lysâneas, um autêntico do MDB**. Artigo disponível on line.

¹⁵⁵O Jornal Movimento de 5/1/76, Ed. 27, p. 12 escreve sobre isso. Em outro número do jornal a notícia: “Cerca de 35 deputados formaram o grupo no começo do semestre passado, com o objetivo específico de combater Lysâneas Maciel. ‘Por causa da CPI dos Direitos Humanos’, segundo Epitácio Cafeteira, ‘nós achamos que era começar a legislatura com provocação, cutucar a onça com vara curta. Iam ser convidados até militares para falar nessa CPI. Se eles se recusassem, o partido ficaria desmoralizado’ Cafeteira explicou ainda que o grupo pragmata (‘e não pragmático, como alguns nos chamam’) só apareceu ‘para retificar a rota do partido’. ‘Foi uma espécie de bússola. Todos nós do MDB estamos no mesmo barco, se ele desvia a rota, nós reunimos e vamos ao comandante’, diz ainda o deputado.” (MOVIMENTO, 15/9/75, p.5).

Arena, por ser maioria no Congresso. Em 31 de janeiro de 1975 a bancada do MDB se reuniu para definir os temas, que circundavam entre: “reforma agrária, multinacionais, salários, política habitacional e direitos humanos”¹⁵⁶. Lysâneas Maciel propôs a CPI dos Direitos Humanos, no entanto, Laerte Vieira nem quis discutir a proposta – sobretudo, pela delicadeza do tema no dado momento histórico, pois se constituiria como uma afronta ao regime. Quando Lysâneas Maciel, querendo manter a indicação, reuniu as 122 assinaturas necessárias para a formação da CPI, a direção partidária foi mais enfática, dizendo que se ele insistisse nessa Comissão, poderia perder a Comissão de Minas e Energia, conseguida depois de acordo entre *Autênticos* e *Moderados*¹⁵⁷. Comissão estratégica que inclusive iria discutir o acordo atômico com a Alemanha mais as Minas de Urânio de Carajás. Se Lysâneas Maciel tivesse permanecido na Comissão o presidente desta seria Marcos Tito (deputado ligado aos *Autênticos*), mas não aconteceu. Bonifácio foi quem escolheu o presidente, João Pedro ligado a Associgás – “entidade que reúne as poderosas empresas distribuidoras de gás”.

Em 1975, Bonifácio, líder da Arena, havia prometido tirar Lysâneas Maciel da Comissão de Minas e Energia, pois já se sabia que o governo não deixaria a comissão nas mãos do MDB. Mas em 1976, antes que Bonifácio efetivasse a promessa, o MDB entregou a comissão. Laerte Vieira, então, procurou Maciel para se explicar dizendo que cedeu a Comissão para não perder outras. A velha história da troca de perdas entre anéis e dedos.¹⁵⁸

Pelo noticiado em *Movimento*, os *Moderados* na liderança do partido conduziam-no para a cautela. Nos importantes espaços de atuação, como nas CPIs evitavam a presença dos *Autênticos*, que inclusive propunham temas mais polêmicos de enfrentamento do governo, como é o caso dos Direitos Humanos - isso contando pela importância do momento histórico, em que vários presos políticos desapareciam e havia muitas denúncias de torturas. Enquanto isso, os ditadores negavam qualquer prática de tortura, ou ainda, na opinião pública, Petrônio Portela (Arena), propalava que a “revolução” “não pode se colocada no banco dos réus, julgada pelas medidas que anteriormente teve que tomar na defesa de sua própria sobrevivência”¹⁵⁹.

Os *Autênticos* disputavam os rumos de conduta do MDB, no entanto, pela correlação de forças, o setor *Moderado* tinha mais poder no partido. E a atuação do MDB conduzida pelos *Moderados*, ao que parece, se vestia do figurino da distensão do governo, com a típica cautela, como por exemplo, impedir os *Autênticos* de assumir as CPIs, evitando a

¹⁵⁶Jornal Movimento, 5/1/76, Ed. 27, P. 11. As investigações da Arena. Manobras e manobras.

¹⁵⁷Idem.

¹⁵⁸Jornal Movimento, 22/3/76, Ed. 38, P. 5. Para onde vai o MDB?

¹⁵⁹Jornal Movimento, 5/1/76, Ed. 27, p. 12. Distensão em nome dela o MDB recuo e a Arena não avançou nada.

possibilidade destas se tornarem um instrumento de denúncia. Pois, as CPIs poderiam questionar política econômica, relações internacionais, enfim, qualquer área do governo; evitando o enfrentamento com o governo. Decerto, também os *Autênticos* tinham uma linha de cautela mas, comparada, aos *Moderados* eram mais progressistas.

Para demonstrar as estreitezas de se fazer política no dado momento, tem-se as CPIs. Havia uma limitação de temas, impondo cautela por parte da própria oposição que sabia disso: era melhor atuar na estreiteza do que partir ao ataque, pois a relação de força com os ditadores era muito desigual. Assim sendo, as CPIs se tornaram um instrumento de apoio da Arena ao governo, um mecanismo de demonstração de legitimidade. Podemos perceber isso porque das cinco que ocorreram em 1975, a Arena conduziu as três principais. A do Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo da Agricultura do Norte e Nordeste, que constituiu-se como mera leitura da legislação, apesar de o relator, Gurgel Valente, dizer que era um grande projeto. Isso porque, evidentemente, esse deputado era contra a reforma agrária. Pois, segundo o *Movimento* nos “quatro anos de existência [do Proterra] só concedeu título de terra para 75 lavradores”. Houve ainda a acusação do presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária de que este programa passou a ser fonte de financiamento para grandes pecuaristas.

Depois da conclusão de Valente, ao final da CPI, falou ainda o ministro da agricultura, Alysso Paulinelli: “a simples distribuição de terras é uma política demagógica”¹⁶⁰. Paulinelli foi participante do Conselho Superior da Sociedade Nacional Agricultura – SNA, de 1959 a 1983. Seu discurso revela, por sua vez, o projeto da SNA, defensor da modernização sem qualquer alteração da estrutura fundiária¹⁶¹, projeto hegemônico da modernização excludente promovida no campo no período da ditadura.

Houve também a CPI sobre o sistema penitenciário, com o propósito de saber sobre as condições de funcionamento do sistema penitenciário dos estados do RS, SP e RJ. José Bonifácio Neto (MDB-RJ) após inspecionar as cadeias disse: “Um ou outro preso reclama, mas brigas entre os condenados, promiscuidade e maltrato dos guardas sempre existiu nas cadeias”¹⁶². Mais a CPI do “menor abandonado”, que também não passou de um estudo sobre a legislação sem maiores problematizações sociais.

A liderança moderada do MDB seguia o projeto de distensão do governo, fazendo o jogo da precaução, pois sabiam dos riscos e da necessidade da movimentação mais *Moderada* para permanecer em cena. Geisel anunciou, desde o início, que a distensão dependeria muito

¹⁶⁰Jornal Movimento, 5/1/76, ed. 27, p. 11. A investigação da Arena. Manobras e manobras.

¹⁶¹Ver Sônia Regina de Mendonça que discute sobre a SNA.

¹⁶²Jornal Movimento, 5/1/76, ed. 27, p. 11. A investigação da Arena. Manobras e manobras.

mais da colaboração do Legislativo que dele mesmo. Pois, interpretando a partir da leitura de Skidmore¹⁶³ e Grinberg¹⁶⁴, os militares da linha dura estavam só esperando um escape do presidente para retomar o governo e fechar mais o cerco.

O problema posto é questionar quais as possibilidades de fazer política dos *Autênticos*, dentro de um partido direcionado pelos *Moderados* - que evitavam um confronto contra a ditadura por princípio, talvez, ou porque sabia que contra-atacar era correr riscos. Os *Autênticos*, por estarem nesse partido, também podem ser considerados como moderados, pois havia outras possibilidades de luta contra a ditadura. No entanto o fato é que os *Autênticos*, em relação às ações dos *Moderados*, assumiram uma posição mais progressista. Inclusive, eram reconhecidos pelo jornal e pelos próprios *Moderados* como os radicais.



Essa charge feita por Chico Caruso, um dos cartunistas do *Movimento*¹⁶⁵ explicita bem o debate que se fazia no jornal sobre a ação levada pelos *Moderados* na época da distensão. Na charge, Ulysses Guimarães no mar agitado, cheio de tubarões em volta, para garantir sua permanência no mar, que seria sua permanência na política, berra que segurará os radicais (os *Autênticos*).

O *Movimento* era órgão de imprensa *Autêntica*, alguns dos mais conhecidos políticos do grupo estavam vinculados diretamente ao jornal, como é o caso de Chico Pinto. E por essa

¹⁶³SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹⁶⁴GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

¹⁶⁵Jornal Movimento, 19/1/76, Ed. 29, p. 4. Sob o signo do impasse.

charge verificamos que lado o jornal assume, define o MDB como o partido dos *Moderados* e que havia uma luta dos *Autênticos* para assumir o comando desse barco. Essa ideia está presente em outras charges. E concordamos com o posicionamento do jornal sobre a existência dessa disputa. No entanto, questionamos até que ponto essa moderação estava presente em apenas um dos lados. Os *Autênticos* em alguns momentos, inclusive, fizeram alianças com os *Moderados*. O que podemos perceber é que não havia uma fronteira definida do rigor radical dos *Autênticos*. Por ser um grupo heterogêneo, havia alguns membros com tendências bem moderadas, outros, como o Chico Pinto estavam em um posicionamento muito mais radical. A radicalização dos *Autênticos* é definida pela relação entre *Moderados* e *Adesistas*.

O curso da distensão, por sua vez, caminhou com o AI-5. Segundo Grinberg:

Para cada incidente político em que o aplicou, o general-presidente argumentou que agira para responder às suscetibilidades de setores militares mais radicais. Na visão dos militares, era recorrente a ideia de que a pressão da oposição atrapalhava a abertura, levando o governo a retrocessos como o AI-5¹⁶⁶.

Nesse sentido, em 1974 tem-se a cassação de Chico Pinto logo na posse de Geisel. Em 1976 foi à vez dos *neo-autênticos* e *Autênticos*: Marcelo Gatto (SP), Nadyr Rosseti (RS), Amaury Muller (RS) e Lysâneas Maciel (Guanabara), dentre outros. Skidmore diz que a existência das cassações pela aplicação do AI-5 foi resultado da pressão que a linha dura ainda exercia.¹⁶⁷

A pretensa legitimidade que o regime impunha com o jogo da participação política caminhava com a repressão, sempre expelindo os que atravancavam o processo de sua institucionalização. Chico Pinto crítica Geisel e seu projeto de abertura:

De 1971 até o ano de 1974, o Ato Institucional nº 5 foi moderadamente acionado, atingindo pouquíssimos detentores de mandatos populares e nenhum parlamentar. Daí a razão porque, o MDB, se diz surpreendido quando o AI-5 entra em ebulição, provocando vítimas e fulminando alguns dos seus integrantes (...)¹⁶⁸.

Segundo o *Movimento*, o jornal gaúcho *Correio do Povo* estampou a notícia: *o MDB denuncia pressão política e presta homenagem a Leonel Brizola*¹⁶⁹, referindo-se aos discursos pronunciados por Amaury Müller e Nadyr Rosseti, na noite de 17 de março de 1976, na praça

¹⁶⁶GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 193.

¹⁶⁷SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

¹⁶⁸Jornal Movimento, 5/4/76, Ed. 40, P. 2. Comemorações.

¹⁶⁹Jornal Movimento, 5/4/76, Ed.40. P. 5.Zezinho Bonifácio: “pouco importa a história”.

pública de Palmeira das Missões (RS). Ainda na nota do jornal aparece o trecho dos discursos que se anunciou no jornal gaúcho: “Muller: ‘Estamos num regime de golpe, não de revolução, dominados pela aristocracia fardada’. De Rosseti: ‘A queda do regime é coisa certa, se não por podre, pela corrupção’”¹⁷⁰. Por conta disso, o governo usou o AI-5 para cassar os mandatos dos dois deputados.

Mas antes que isso acontecesse, os líderes partidários se reuniram para amenizar a repercussão dos ditos discursos. O MDB queria sufocar o ocorrido para não haver grandes repercussões, mas José Bonifácio incumbiu o deputado Fernando Gonçalves (da Arena/RS) para fazer um bom discurso contra-atacando, ou melhor, respondendo aos “insultos” e “injúrias” feito pelos *Autênticos*, com o propósito de manter a boa imagem do regime na opinião pública - tarefa da Arena. No entanto, os *Autênticos* voltaram a discursar no pequeno expediente (apelidado de pinga-fogo) defendendo o mandato parlamentar em resposta à Arena. Laerte Vieira, por sua vez, se irritou com os *Autênticos*, dizendo que tinha combinado silenciar a esse respeito.

A Folha de São Paulo, de 31 de março de 1976, informa que Laerte Vieira discursou no plenário para apaziguar os pronunciamentos, tentando minimizar o discurso dos *Autênticos*, dizendo que não era ameaça alguma para o governo um discurso pronunciado numa cidadezinha do interior gaúcho. Desse modo, para evitar qualquer atitude mais drástica do governo¹⁷¹.

Os *Autênticos* estavam mais ou menos tranquilos porque Ulysses Guimarães lhes garantiu que não haveria cassações. No entanto, logo se deu a notícia, Armando Falcão, o ministro da Justiça anunciou na TV: “o presidente da República, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando os mandatos eletivos dos deputados federais...”¹⁷².

Os deputados se queixavam do líder do MDB:

Amaury Muller condenou duramente a direção do MDB: “Ouviram as acusações que o líder do governo, José Bonifácio, fez contra os parlamentares oposicionistas, da tribuna da Câmara, atacando até mesmo nossa honra, e nada fizeram para nos defender. Foi assim com Francisco Pinto, com Marcelo Gatto e agora conosco” (...)¹⁷³.

Os *Autênticos* se reuniram para tirar uma deliberação do grupo sobre o acontecimento. Uma das propostas era que Ulysses Guimarães discursasse a respeito das cassações e se

¹⁷⁰Idem.

¹⁷¹Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/31/2/#> acesso em 28 de março de 2013.

¹⁷²Jornal Movimento, 5/4/76, Ed.40. p. 6 Zezinho Bonifácio: “pouco importa a história”.

¹⁷³Idem. p. 5.

posicionasse nacionalmente contrário ao AI-5, se não, Lysâneas Maciel discursaria em nome do grupo. Os *Autênticos* se reuniram no gabinete de Alencar Furtado, que se tornou o ponto de encontro destes desde a expulsão de Lysâneas Maciel da Comissão de Minas e Energia, que funcionava como espécie de comitê. Ulysses Guimarães se atrasou para a reunião, restando a Lysâneas Maciel discursar. Fez então um discurso contundente sobre a atitude do governo com as cassações. Como diz Skidmore, que também relata o fato das cassações, “A notícia do seu discurso violento chegou ao palácio presidencial a tempo de seu nome ser incluso na lista dos cassados”¹⁷⁴.

Na mesma sessão os deputados e senadores da Arena, tais como Petrônio Portela (líder do senado), Herbet Levy, Fernando Gonçalves, discursavam dizendo ser o AI-5 “um instrumento de aperfeiçoamento democrático”, e mais Ibrahim Abi-Ackel repetindo a advertência de Geisel: “Se queremos continuar atuando na política, este é o regime, queiramos ou não”¹⁷⁵. Segundo o *Movimento*, Bonifácio e Petrônio Portela estavam preocupados, pois parecia que os *Autênticos* estavam mandando no MDB. Por isso, também a cassação de Lysâneas Maciel.

Antes de sair do Congresso como político cassado, Lysâneas Maciel foi ao plenário e pronunciou um discurso. O presidente da sessão, Célia Borja cedeu à fala, e o jornal noticiou o tumulto do pronunciamento:

Quando disse que estava num “Congresso castrado”, foi interrompido, aos gritos, pelo deputado paulista da Arena, Cantídio Sampaio: “não apoiado, comunista safado”. “Não concederei apertes a torturadores, a defensores do Esquadrão da Morte, a assassinos de estudantes e de trabalhadores”, respondeu-lhe Lysâneas, seguindo-se um tumulto¹⁷⁶.

Distribuía-se a nota no Palácio do Planalto:

O presidente da República, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando o mandato eletivo do deputado federal Lysâneas Maciel e suspendendo-lhe os direitos políticos por dez anos. Na sessão da Câmara dos Deputados, realizada no dia 30 de março recém-findo, o citado ex-parlamentar – cuja atuação sempre se caracterizou pela contestação à Revolução – proferiu violento discurso, repetindo graves ofensas ao governo e ao regime vigente. Brasília, em 1º de abril de 1976¹⁷⁷.

Armando Falcão, por sua vez, ligava para os principais jornais para evitar que se divulgasse haver um surto de cassações e que eram apenas casos isolados. O MDB se limitou

¹⁷⁴SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 370.

¹⁷⁵Jornal Movimento, 5/4/76, Ed.40, p. 6. Zezinho Bonifácio: “pouco importa a história”.

¹⁷⁶Idem. p. 6.

¹⁷⁷Idem.

a lançar uma nota à respeito das cassações dos mandatos dos três deputados, em 7 de abril, criticando o governo, dizendo que não se deve resolver problemas pelas vias autoritárias, com a aplicação do AI-5, mas pela via consensual¹⁷⁸.

No dia 8 de abril, a Arena também lançou uma nota em resposta à nota do MDB, publicada no mesmo jornal, dizendo que este não se comportava como um partido e nunca aderiu à revolução. Dizia: “todo ato praticado dentro da lei não é violência nem arbitrário. O governo age segundo a legislação em vigor, expressa no Ato Institucional e na Constituição que o aprova”¹⁷⁹.

Essa era a oposição que o governo queria garantir, por isso, determinar a tarefa da Arena em disputar a opinião pública e moderar o MDB – usando o AI-5 quando necessário. Lucia Grinberg, que pesquisou sobre Arena, diz que “No Congresso Nacional, as lideranças arenistas desempenharam o seu papel de defender o governo face ao MDB, mas, na bancada da Arena, havia também vozes dissonantes da direção partidária”¹⁸⁰. Mas deve ser dito que, pelo princípio da fidelidade partidária, os arenistas eram obrigados seguir à liderança.

Nesse período, pelo limite incoerente da abertura política que se fazia, e no intento de ser legítimo, o regime propagandeava uma suposta democracia, tentando garantir um consenso em torno do AI-5, aparando-o no discurso da constitucionalidade. Os arenistas eram sua garantia civil de convencer a opinião pública dessa democracia, pregando a necessidade do regime expurgar os que discordavam:

anunciou-se que a Arena desencadearia uma campanha de esclarecimento em todo o país sobre os motivos da utilização do AI-5, inclusive na cassação de mandatos de deputados, e a necessidade de sua manutenção, essa nova campanha prometida seria coordenada pelo senador Jarbas Passarinho. (...)

Logo após a cassação dos deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano, reagindo ao protesto do MDB, a executiva da Arena havia divulgado nota onde se lê que a vigência do Ato Institucional nº 5 é indispensável à tranquilidade do povo brasileiro¹⁸¹.

Em uma reportagem do *Movimento* em que se entrevista o líder arenista José Bonifácio, este dizia:

[MOVIMENTO] 2. A oposição considera o AI-5 o oposto da democracia. O senhor acha que a taxa de democracia pode ser alta com o AI-5?

¹⁷⁸Jornal Movimento, 12/4/76, Ed. 41, P.4. A crise.

¹⁷⁹Idem.

¹⁸⁰GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 185.

¹⁸¹Jornal Movimento, 19/1/76, Ed.29. p. 4. Sob o signo do impasse.

José Bonifácio: O Ato 5 não colide com a distensão nem com o espírito democrático do presidente Geisel. Quando à tese do MDB, não há nada de novo no que eles dizem. O MDB apenas age como todas as oposições do mundo¹⁸².

Pensar a tarefa da Arena é fundamental para entender a importância da prática política dos *Autênticos*. Pois, a Arena estava no Congresso para disputar a opinião pública, no sentido de fazer da ditadura um projeto político aceito pela sociedade. Era o partido forte, e ainda havia as manipulações das regras do jogo político no Congresso, a manipulação na disputa pela opinião pública, a censura, o boicote e a repressão. Mesmo assim o grupo disputava essa opinião pública através do Congresso. Os *Autênticos* se tornavam uma voz projetada que alertava, denunciava a ordem ditatorial como autoritária e arbitrária.

Os *Autênticos* faziam suas críticas ao regime, lutavam pelo Congresso e o espaço ainda existente de se fazer política institucional, mesmo numa correlação de forças desfavorável, disputavam a construção da opinião pública. Todavia, a história dos *Autênticos* é acidentada. A ação parlamentar esbarrava nos limites institucionais. Ao sair do plenário depois de uma denúncia, a cassação podia está pronta.

O regime se valia do consenso e da coerção. O consenso, ou seja, um discurso ideológico que justificava as medidas do executivo e que fizesse a população aceitar que o que se fazia enquanto projeto político fosse legítimo. Por isso, a liderança e alguns dos deputados da Arena faziam o jogo, colaboravam com o regime, promovendo seus discursos para serem mencionados na *Voz do Brasil*, onde atingiam boa parte da população brasileira, na época em que o rádio era o grande meio de comunicação.

Por outro lado, em momento algum a ditadura se consolidou sem confronto. E por isso também, houve a necessidade constante de redefinições, como diz Kinzo: “as regras do jogo permaneciam indefinidas, e o processo político seguiria um movimento pendular de compressão e descompressão”¹⁸³. Mesmo a Arena cumprindo a tarefa que lhe foi dada nesse jogo político, de legitimadora do regime, de promotora do consenso, disputando com o MDB a opinião pública, além da cúpula do MDB colaborar com isso, mediada pela postura moderada, isso não bastava. Para manter o regime não bastava intimidar com a palavra, era preciso uma atuação mais incisiva, aí entrou o AI-5, porque o governo queria a oposição “responsavelmente” ajudando no processo de estabelecimento “democrático”, como se dizia no discurso governamental.

¹⁸²Jornal Movimento, 18/8/75, Ed. 7, p. 6. Qual é a nossa taxa de democracia.

¹⁸³KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 -1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988. p.164.

A importância de narrar tais fatos é pela demonstração do Congresso como um *campo* de disputa. Como entre os *Autênticos* e *Moderados*, principalmente, havia um *produto simbólico* sendo negociado. E nessa relação dos *produtos negociados*, verificamos as *tomadas de posição* e a relação de força para se efetivarem os discursos políticos.

3.5 A Convenção Nacional do MDB em 1975

Para os *Autênticos* havia uma dupla tarefa, como disse Alencar Furtado em depoimento no livro de Nader: era a luta no “sisteminha” emedebista e o *front* contra a “sistemão” militar.¹⁸⁴ A Convenção Nacional foi um dos episódios que mais se acirraram as disputas internas. Os *Autênticos* queriam tornar o MDB um partido mais unificado e oposicionista, de enfrentamento com o regime, e por isso, achavam necessário disputar os cargos do partido. Os *Moderados*, por sua vez, sabiam do risco de uma represália pelo regime se isso acontecesse, daí manter a linha da moderação.

Já tive oportunidade de abordar brevemente sobre esse episódio¹⁸⁵, mas é prudente rever esse evento numa perspectiva, agora, mais ampla da ação dos *Autênticos*. A Convenção Nacional do MDB, marcada para 21 de setembro de 1975, gerou uma briga interna no MDB, entre *Autênticos* históricos, *Novos Autênticos*, *Moderados* e *Adesistas*. O que possibilitou verificar a tomada de posição de cada um dos grupos.

A cúpula emedebista era formada pelos moderados Ulysses Guimarães, no cargo de presidente do partido, Thales Ramalho secretário geral e Laerte Vieira, líder da Câmara. Ulysses Guimarães era vice-presidente, assumiu a presidência do MDB em 1971, com a renúncia do general e senador Oscar Passos. E junto assumiu Thales Ramalho como secretário geral. Em 1972 se reelegeram na Convenção quando, disputando com os *Autênticos*, os *Moderados* conseguiram eleger 33 dos seus, enquanto os *Autênticos* conseguiram emplacar apenas 16 nomes para o diretório nacional.¹⁸⁶ E durante três anos o diretório nacional só se reuniu 3 vezes, sendo que as decisões sempre foram tomadas pela Executiva composta por 15 membros, dentre eles os líderes moderados Thales Ramalho e Ulysses Guimarães. Havia um espaço garantido na liderança pelos *moderados*, que falavam em democracia, muito embora no próprio partido não houvesse. Daí enxergar a difícil tarefa de se fazer política no partido de

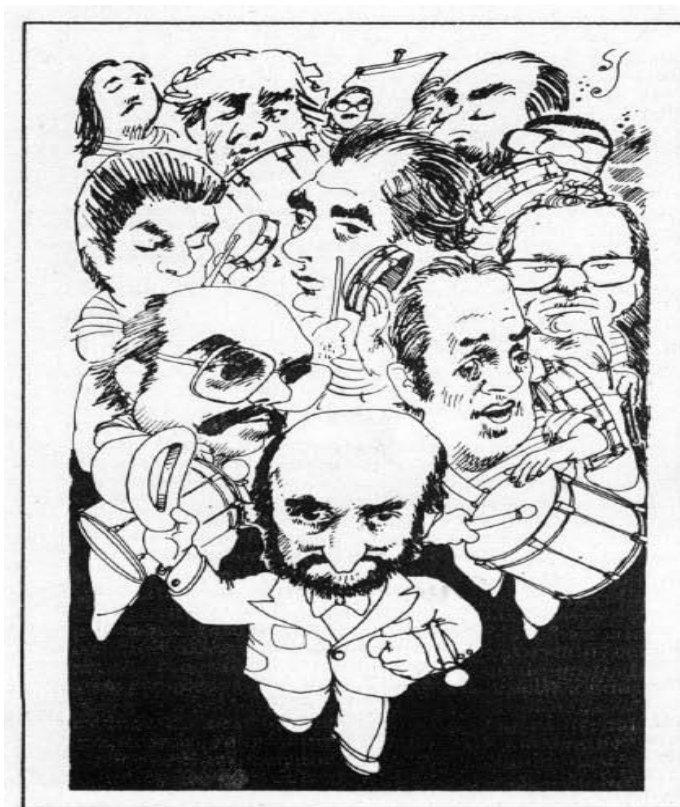
¹⁸⁴NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹⁸⁵Esse fato é relatado no Trabalho de Conclusão de Curso, uma monografia.

¹⁸⁶Jornal Movimento, 8/9/75, Ed. 10, P. 4. A grande crise.

Oposição dirigido pela maioria *Moderada* que, muito embora discursasse em prol da democracia, tinha uma prática na vida interna partidária que dizia o contrario.

No episódio da Convenção Nacional, em 1975, que é o fato que nos interessa analisar para perceber as *tomadas de posições* e disputas internas dos grupos do MDB, Francisco Pinto foi um dos principais articuladores para unir os grupos dos *Neoautênticos*, *Autênticos* e *Moderados*, propondo um “chapão” para o diretório nacional e a executiva, para impedir o avanço *Adesista*.



Na charge da matéria “A grande Crise”¹⁸⁷, a imagem é sugestiva. Chico Pinto conduzindo o samba, que seria a aliança dos grupos, ao lado esquerdo Airton Soares, na ponta João Gilberto, representantes do *neoautênticos*, lado direito Lysâneas Maciel e Alencar Furtado dos *Autênticos*. Interpretando-se a charge junto à matéria jornalística, o samba pode ser lido como alusão à grande crise que se deu no MDB com a Convenção Nacional, em que os *Autênticos* e *Neo-autênticos* acabaram “sambando” – na boa linguagem popular. Chico Pinto era reconhecido como principal líder do grupo e estava à frente da articulação de alianças dos grupos.

As charges eram bastante usadas na imprensa no período, o humor era uma forma de suavizar a crítica a determinado assunto. O *Movimento* também usava muito desse artifício,

¹⁸⁷Jornal Movimento, 8/9/75, Ed. 10, P. 4. A grande crise.

inclusive com o próprio Francisco Pinto. Mas é possível problematizar a tomada de posição do jornal com respeito ao assunto. Francisco Pinto era membro do jornal e está muito presente nessas charges, que tentam passar uma visão de sua imagem como um homem de grandes articulações e em uma posição progressistas com relação aos *Moderados*. Havia uma tentativa do jornal de desvencilhar a imagem dos *Autênticos*, principalmente de Francisco Pinto, com as posições moderadas do partido da Oposição. Isso se constitui também como a negociação do *produto simbólico*, o político vive da imagem e da crença dos seus eleitores, e o jornal era lugar privilegiado de construção de imagem.

Na Convenção para decidir os cargos do partido os *Moderados* não queriam abrir mão dos cargos principais, presidência e secretária-geral, daí pretenderem distribuir os lugares para os *Autênticos* no seguinte esquema: 31 lugares de 71 no diretório e 5 de 15 lugares na Executiva, sendo esses: “1ª vice-presidência, a 1ª ou 2ª secretaria, a tesouraria e dois lugares de vogais”¹⁸⁸. Quando os *Autênticos* foram dizer que aceitavam essa proposta os *Moderados* já haviam recuado quanto à proporção.

Depois de intensos confrontos quanto à participação dos *Autênticos* na chapa os *Moderados* propuseram:

31 lugares no diretório nacional, cinco lugares na executiva, entre eles a tesouraria, e mais a presidência do conselho de ética do partido e da Fundação de Estudos Políticos e Sócio-econômicos que deverá ser criada, por sugestão do deputado Alceu Collares. O nome para esses lugares seriam de livre escolha dos renovadores¹⁸⁹.

Em seguida, os *Moderados* puseram outro condicionante - vetaram o nome de Chico Pinto, indicado à vice-presidência na executiva. Os cargos da executiva eram os mais importantes, inclusive, o grande reclame dos partidários era que as decisões do MDB sempre partiam da executiva, sendo portanto, o lugar onde de fato era possível ter alguma atuação deliberativa no MDB.

Os *neo-autênticos*, que foram deputados que entraram influenciados pela perspectiva de ação dos *Autênticos* históricos, já estavam decepcionados pela morosidade do MDB, até pela própria atuação dos *Autênticos* históricos – e foi justamente por isso que eles se aglomeraram em outro grupo, com a intenção de pressionar o MDB para o confronto com à ditadura. Mas, sabendo da necessidade de disputa contra os *Adesistas*, se uniram com os *Autênticos* na proposta do chapão com os *Moderados*. E ficaram ainda mais indignados com o veto a Chico Pinto, conscientes da necessidade de combater a cúpula *Moderada*. Os

¹⁸⁸Jornal Movimento, 18/8/75, Ed. 7, p. 6. O MDB briga ou não?

¹⁸⁹Renovadores, o nome que a imprensa deu à união entre autênticos e neo-autênticos. (MOVIMENTO, 8/9/75, Ed. 10 p. 4).

depoimentos revelavam isso: “o deputado Rosa Flores, depois de denunciar o ‘jogo sórdido’ e o ‘maquiavelismo do presidente do partido’: ‘Chico Pinto personifica tudo que desejamos para o nosso partido’”¹⁹⁰.

Mais ainda:

A justificativa de que teria havido pressão externa para vetar o nome de Chico Pinto só serviu para irritar ainda mais os deputados contra o comando do partido (...) Enquanto Walter Silva defendia Chico Pinto como ‘o símbolo, para nós, do que é oposição no Brasil. Continuará sendo fonte de inspiração de todos nós’¹⁹¹.

Os adesistas, chaguistas e outros que se denominavam sem grupo movimentaram o MDB contra a chapa da unidade, pois para eles essa chapa foi feita à revelia - exclusivamente pela conspiração entre *Moderados* e *Autênticos*. Os descontentes então assinaram um documento de protesto contra o “chapão”. Segundo informação do jornal *Movimento*, o deputado *adesista*, do MDB/GUANABARA, Leo de Mello Simões:

Em setembro do ano passado foi ele quem também articulou – numa atitude que ele propaga em autolouvação – o manifesto com 80 assinaturas, que pressionou com sucesso a direção do partido para afastar a candidatura do deputado Francisco Pinto à vice-presidência do MDB¹⁹².

O que favoreceu a pressão dos *Adesistas* foi sua estreita relação com um dos líderes do MDB, Laerte Vieira - que pareceu agir em comum acordo e em negociações com esses grupos. Os *Adesistas* reclamaram do seu isolamento, mas na verdade sabiam de tudo que ocorria via Vieira: “Se uma grande parte do grupo descontente não foi consultada nas decisões sobre o novo diretório e no acordo com os Autênticos, quase todos os seus líderes têm, contudo, mantido reuniões seguidas com Laerte Vieira”¹⁹³.

¹⁹⁰Jornal Movimento, 8/9/75, Ed. 10 P. 4. A grande crise.

¹⁹¹Idem.

¹⁹²Jornal Movimento, 26/4/76, Ed. 43 p. 5. Os “oferecidos” do MDB.

¹⁹³Jornal Movimento, 15/9/75, Ed. 11 P. 5. MDB. Os adesistas puxam a oposição para o desvio.



Essa outra charge assinada por Chico Caruso, está na matéria *MDB os adesistas puxam a oposição para o desvio*¹⁹⁴, aludindo ao episódio da Convenção. O trem chamado MDB, está sendo disputado entre o *Autêntico* Chico Pinto, do lado esquerdo, Ulysses Guimarães, *Moderado*, lado direito, e Laerte Vieira, embora *Moderado* desviando os trilhos para os *Adesistas*.

A charge é uma ilustração da situação em que Laerte Viera estava negociando com os *Adesistas* e daí a inconformidade dos *Autênticos* com tal situação. Novamente destaca-se a centralidade da figura de Chico Pinto, que estava afastado do Congresso, mas permanecia na articulação com os *Autênticos*. Talvez a exploração da sua imagem se dê pela proximidade com o jornal, mas também pela pessoa polêmica que era.

Depois da tamanha crise no MDB o acordo entre *Autênticos* e *Moderados* foi mantido, com alguma perda para os *Autênticos*. Fechou-se assim a chapa:

A executiva ficou assim: presidente, Ulysses Guimarães; 1º vice, Paulo Brossard; 2º vice, Saturnino Braga; 3º vice, Tancredo Neves; secretário-geral, Thales Ramalho; 1º secretário Lázaro Barbosa; 2º secretário Aldo Fagundes; 1º tesoureiro, Mario Benevides; 2º tesoureiro, um moderado do Paraná; vogais: Danton Jobim, Leite Chaves, Gilvan Rocha e Fernando Coelho¹⁹⁵.

¹⁹⁴Idem.

¹⁹⁵Jornal Movimento, 15/9/75, Ed. 11, P. 5. . MDB. Os adesistas puxam a oposição para o desvio.

Esse foi um dos episódios que melhor delineou a relação de disputa dentro do MDB. Depois de intensos confrontos, entre *Autênticos*, *Adesistas* e *Moderados* os cinco lugares na executiva foram retirados da proposta dos *Autênticos*. Pois ter os *Autênticos* na executiva correspondia a um risco para o partido, com a possibilidade de transformá-lo numa oposição mais aguda, não só pelo histórico combativo, mas inclusive pela proposição de atuação deste, que incluía a pauta de mobilização popular:

Os 'autênticos' se fixaram três condições. Primeira: centralizar a luta na clara defesa de posições políticas, métodos de atuação e representatividade popular, e não em rivalidades ou retaliações pessoais. Segunda: adotar métodos democráticos de competição, baseados no debate sério de alternativas políticas e na disputa leal e respeitosa de influência. Ainda desse ponto de vista, sem renunciar às exigências justas, manter as portas abertas a um entendimento com os 'moderados'. Terceira: não perder de vista que o obstáculo principal para o desenvolvimento do MDB é representado, não pelos 'moderados', mas pelos adesistas', principalmente pelos 'adesistas' de Chagas Freitas no Rio de Janeiro e de Ney Ferreira na Bahia. Por não concordarem com o programa oposicionista, os 'adesistas', abertos ou encapuzados, se encontram no partido errado e deveriam ser ajudados a se transferirem para a Arena: eventuais perdas imediatas seriam amplamente compensadas por uma purificação da imagem do MDB e por seu maior enraizamento no eleitorado oposicionista¹⁹⁶.

Conseguir os cargos de direção partidária era uma tarefa que os *Autênticos* se propunham para direcionar o partido à oposição mais efetiva de enfrentamento da ditadura. No entanto, as relações de forças dentro do partido eram desfavoráveis, e aí o limite de ação destes. Daí também um dos objetivos fosse manter diálogo com os *Moderados*, força majoritária, para evitar o fortalecimento das práticas *Adesistas*, que correspondiam aos interesses militares. No mais, a perspectiva de Chico Pinto, que coadunava com a dos *Autênticos*, para solucionar esse impasse só mesmo a popularização do MDB, ou seja, incluir as demandas do povo como diretriz do partido.

Vemos então o posicionamento de Chico Pinto, através das suas colunas, nelas combateu duramente a direção emedebista. Seus artigos trataram deste assunto por um longo período de tempo. De tal modo em "A distância do Programa", Chico Pinto faz sua análise sobre os partidos:

No Brasil, no entanto, os partidos especificamente políticos apresentam-se aos olhos da Nação, na qualidade de conglomerados fisiológicos, sob o comando de caciques emperdernidos, viciados na capoeiragem rasteira, nos golpes baixos, na insinceridade do que apregoam e sem nunca transpor a barreira que separa a palavra da ação, buscando, apenas, fixar uma imagem irreal e enganadora de si mesmo. Há, no comportamento desses chefes partidários, uma defasagem enorme entre o que dizem e o que fazem, entre o que pregam e o que executam. A palavra por si só

¹⁹⁶Jornal Movimento, 1/9/75, Ed 9, p. 8. A briga interna do MDB.

constitui um ato político incompleto. O pensamento, em si mesmo, nada traduz. Mas o verdadeiro político é aquele que alia à palavra a ação, o que diz e pratica¹⁹⁷.

Para Pinto em tais circunstâncias “um partido de oposição no Brasil, para firmar-se e pretender o poder, não pode dar seguidos exemplos de incorreção por parte dos seus líderes e dirigentes vocacionados para o exercício ditatorial”¹⁹⁸. Com essa postura incoerente, sem sequer uma mínima organização, para Chico Pinto, o partido não iria adiante na conquista do poder: “agrupamento desorganizados e sem crédito na opinião pública não conduzem a nada. Segui-los ou acompanhá-los é uma perda de tempo”¹⁹⁹.

Chico Pinto ficou indignado, pelo que parece, não só pelo veto ao seu nome, ele que não era mais um parlamentar, mas fundamentalmente pela deturpação do significado do partido que ele acreditava. Deste modo, ele também abordou sobre em que se transformou a convenção nacional: “ela deveria chamar-se de convenção parlamentar, porque, embora alguns deputados sem mandato participem dela, os verdadeiros donos da convenção são só congressistas”²⁰⁰.

Em *Os desvios dos partidos*, Chico Pinto disse qual sua proposta para a conduta do partido e, entre as brigas internas, ele fica com a possibilidade de abrir o partido para o povo conduzi-lo. Pois o Congresso, na ditadura, parecia ter uma vida separada da sociedade, e um partido que trilha os mesmo rumos e fica no isolamento, não serve para nada e nem a ninguém.

Brigam autênticos e brigam moderados. E por que não brigam para colocar no diretório lideranças de trabalhadores, líderes estudantis e religiosos, representantes das profissões liberais, artistas, intelectuais, camponeses, proprietários urbanos e rurais, professores universitários, enfim, quem possa refletir melhor e melhor traduzir, sem o isolamento de todas as correntes de opinião?²⁰¹

A aliança com o povo significava a solução para os *Autênticos* direcionar o partido, levando em consideração a desigualdade nas correlações de forças entre os grupos dentro do MDB. Ademais, só com o apoio da população os *Autênticos* teriam a força necessária para engrandecer a luta contra o regime militar. Como um político, Chico Pinto sabia que nenhuma corrente de ideia se sustentaria sem a direta ligação com os que estavam fora do *campo político* – com quem de fato dá a sustentação para o político profissional; quem valida o *produto simbólico*.

¹⁹⁷Jornal Movimento, 8/9/75, Ed. 10, P.8 A distância do programa.(Sic).

¹⁹⁸Idem, p. 8.

¹⁹⁹Idem, p. 8.

²⁰⁰Jornal Movimento, 25/8/75, Ed. 8 p. 6. Os desvios dos partidos.

²⁰¹Idem.

Na coluna, “ensaaios populares”, aparece uma leitura sobre a conjuntura política e da luta do MDB, que nos chamou a atenção:

E em política não se pode lutar por idéias sem lutar pelo poder que permita levá-las à prática. Assim sendo, ao apontar novas alternativas ao MDB, os autênticos têm todo o direito e dever de lutar pelos postos de direção que possibilitem traduzi-las em realidade prática, e para tanto, desde que não sacrifiquem nenhuma posição básica, podem e devem estabelecer as alianças necessárias²⁰².

O discurso dos *Autênticos* diferencia-os dos outros grupos, pois alegava outra perspectiva de condução para o MDB, que nos conduz a pensá-los como uma instância que lutava contra a ditadura e, por isso, analisar as disputas internas do partido significa entender a tentativa de transformar o discurso contra a ditadura em prática. Os *Autênticos* disputavam os cargos deliberativos do partido para validar suas proposições – projetar uma imagem coerente de partido que fosse capaz de aglomerar interessados em lutar contra a ditadura. O objetivo era transformar o MDB em um partido condutor da luta contra a ditadura.

Chico Pinto acreditava que mesmo com as limitações, os *Autênticos* ainda eram o instrumento necessário para movimentar o MDB: “o grupo ‘autênticos’, apesar de isolado e cerceado pela cúpula do MDB, conseguiu conduzir a verdadeira bandeira da oposição”²⁰³.

Novamente vale ressaltar que não nos interessa fazer um julgamento a respeito da ação dos *Autênticos*, mas entender de que forma esses traçaram uma estratégia de luta para combater a ditadura. E como suas ações progressistas abriram um campo de disputa dentro do partido de oposição, que havia sido criado para ser uma oposição obediente, sem muitos confrontos. O jornal *Movimento* tem uma posição declarada sobre os *Autênticos*, no entanto, é possível problematizar através dela e visualizar uma disputa. O interesse é perceber a dinâmica construída no MDB, mais uma frente de luta de Chico Pinto. Além de verificar seus discursos e o conteúdo produzido, é importante captar as *tomadas de posições* dentro do partido. O jornal era um lugar privilegiado de demarcar posições para o público, para os *Autênticos* divulgarem que pauta eles estavam defendendo, demarcar quem era quem na oposição, declarando o lugar de *Moderados* e *Adesistas*.

3.6 Eleições de 76: Chico Pinto em Feira de Santana

Enquanto as brigas internas aconteciam no MDB, as eleições de 1976 se aproximavam, e esse momento para Chico Pinto era o de fazer contato com o povo, com

²⁰²Jornal Movimento, 1/9/75, Ed 9, p. 8. A briga interna do MDB.

²⁰³Jornal Movimento, 15/9/75, Ed. 11, p. 6. A criatura de volta ao criador.

quem de fato interessava para o objetivo de transformar o MDB em um partido opositorista forte, sem pressão da cúpula ou dos militares.

As forças são as mais diversificadas que o compõem. E por isso mesmo, quando alguma dessas forças tende a avançar um pouco mais ela é contida pela própria direção partidária. De forma que, o que eu acredito, é que o povo consciente da necessidade de se organizar é que pode no futuro criar condições para que o partido venha a tomar posições mais progressistas, mais avançadas, mais conseqüentes²⁰⁴.

Chico Pinto falava da importância do comício nesse momento, enquanto alguns diziam que o rádio já o substituíra. O comício era o grande momento do contato com o povo.

Naqueles lugares onde não chegou a “civilização eletrônica”, dizia Chico Pinto:

o comício volta a ser, portanto, a grande solução. É certo que ele representa uma limitação técnica de comunicação com o público. Dirão alguns, que os senhores do palanque falam e o povo escuta. Esquecem-se de que o povo não somente escuta, mas aplaude, silencia e vaia, o que significa que participa pelo estímulo, pela indiferença e pela contestação.

Dirão, ainda, que os doutores do palanque selecionaram as mentiras que querem contar. Se assim fora, eles é que teriam o que perder. O povo aceita o que coincide e explica o seu dia a dia. O resto é inútil martírio da garganta do orador²⁰⁵.

Embora Chico Pinto apregoasse uma relação com o povo, dizendo ser quem de fato o interessava, não temos elementos para demonstrar sua vinculação com qualquer setor social. E nesse sentido, a leitura que temos é da sua atuação no espaço da política *strictu sensu*, no espaço do Parlamento, nos momentos eleitorais e no próprio jornal.

Para fazer uma análise sobre as eleições de 1976, percebemos a importância das eleições no regime militar. Uma vez que o regime seria uma ditadura era de se esperar que descartasse esse mecanismo da democracia, no entanto, na ditadura não só se manteve as eleições como também se tinha grande apreço por elas. Pois, era o principal instrumento de demonstração pública da sua legitimidade. Por isso mesmo, foi incorporada ao projeto de distensão - a ampliação da participação política, demonstrativo de que o regime era constitucional.

a reativação ou revalorização do mecanismo eleitoral era plenamente compatível, na ótica do grupo dirigente, com o extremo gradualismo que desejavam imprimir ao processo de liberalização. Exatamente por ser altamente formal, abstrato e, nesse sentido, incerto, ele permitiria o início cauteloso de um realinhamento sem precipitar definições substantivas muito amplas sobre as futuras intenções do governo (...) As eleições funcionariam como uma legitimação processual, vale dizer, como uma revitalização da noção de legitimidade na ação governamental, esta por sua vez indispensável à coesão militar²⁰⁶.

²⁰⁴Pinto Vem Aí, 1976. Filme de Olney São Paulo.

²⁰⁵Jornal Movimento, 11/10/76. Ed. 67, p. 2. Os comícios.

²⁰⁶STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 100-101.

Para essa etapa de institucionalização do Estado, as eleições tinham o poder de disfarçar a explícita coerção. No entanto, teve suas peculiaridades e pôs em ação uma cautelosa e bem disfarçada exclusão da decisão popular. Através de um mecanismo aparentemente legítimo, o Estado queria controlar a maioria suficiente no Congresso para garantir a aprovação da legislação e aparente constitucionalidade do regime.

Mas no caminho, as pedras. O governo achou que poderia ganhar as eleições, e em 1974, concedeu certa liberdade nas campanhas eleitorais, o que possibilitou um debate entre os candidatos que se valeram desse espaço de campanha e comícios para discutir temas caros aos militares, como o modelo econômico, política. “o eleitorado começou a se perguntar se seu voto poderia fazer diferença”²⁰⁷. Dentre outros aspectos as eleições assumiram um caráter de manifestação da insatisfação com a política, e até partidários do voto nulo votaram no MDB para contestar. O resultado desse momento foi à vitória do MDB no senado e aumento da sua porcentagem na Câmara de deputados. (Ver primeiro capítulo)

O risco de a Arena perder as eleições em 1976 e se repetir o episódio de 1974, fez com que o regime manobrasse a legislação eleitoral.²⁰⁸ A derrota da Arena poderia causar vários perigos para o governo, como fragilizar o projeto das eleições como mecanismo de consenso, além de ser uma ameaça para as eleições indiretas nos cargos executivos.

Sendo assim, em 1976 as eleições foram manejadas pela Lei Falcão, com a intenção de restringir a propaganda eleitoral:

- I - na propaganda, os partidos limitar-se-ão a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro dos candidatos na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário local dos comícios;
- II - o horário da propaganda será dividido em períodos de cinco minutos e previamente anunciado;
- III - a propaganda dos candidatos às eleições em um município só poderá ser feita pelas emissoras de rádio e televisão, cuja outorga tenha sido concedida para esse mesmo município, vedada a retransmissão em rede;
- IV - o horário de propaganda destinado a cada partido será distribuído em partes iguais, entre as suas sublegendas;
- V - o Diretório Regional de cada partido designará comissão de três membros para dirigir e supervisionar no município a propaganda eleitoral através do rádio e da televisão²⁰⁹.

O jornal *Movimento* interpretou esse fato levando em consideração a restrição da propaganda, pois só teria “direito a propaganda gratuita os candidatos em cujos municípios existirem estações transmissoras de rádio ou televisão”, e no Brasil da época, calculava-se

²⁰⁷STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 34.

²⁰⁸ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1984.

²⁰⁹O texto original da lei está no site da Câmara Federal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6339-1-julho-1976-357658-publicacaooriginal-1-pl.html>.

que somente 800 municípios tinham estação de rádio e 40 de televisão, e existiam “no Brasil 4.000 municípios”²¹⁰ Ou seja, a restrição à propaganda eleitoral era colossal.

Com essas medidas, teve-se a intenção de garantir a vitória da Arena. Skidmore diz que a lei:

Foi uma violenta reação às eleições de 1974, quando os candidatos do MDB usaram a televisão para atrair votos decisivos nas últimas semanas que precederam o pleito. Todas essas medidas reforçaram o cerco do governo ao MDB, ao qual Geisel se referia como o “inimigo”²¹¹.

Vemos no *Movimento* as táticas do governo, os primeiros anúncios da reforma eleitoral:

Como diz Temístocles Cavalcante, não há e nunca houve soluções políticas definitivas. São estas as razões que nos levaram a instituir, no âmbito partidário, comissões especiais com a incumbência de atualizar e consolidar a legislação política do País e formular sugestões com vistas ao aperfeiçoamento imediato das normas pertinentes às eleições deste ano (deputado Francelino Pereira)²¹².

Estas foram às palavras do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, falando sobre as modificações que a cúpula da Arena, junto ao governo, estavam programando para a legislação eleitoral, e confirmando as eleições para novembro do mesmo ano,

(...) com o objetivo de manter o calendário eleitoral através da modificação das condições da concorrência entre MDB e arena. Historicamente, o respeito ao calendário eleitoral vem sendo um dos principais triunfos políticos do movimento militar de março de 1964. O governo sempre fez o que pôde para manter inalteradas as datas dos pleitos políticos, mesmo porque eles sempre foram apresentados como uma evidência da normalidade do funcionamento das instituições políticas brasileiras²¹³.

A coerção é um recurso muito simplista e insuficiente para um regime que permaneceu durante muito tempo no país. Através dessas estratégias verificamos como o governo militar, através da Arena, tentou construir uma opinião pública, edificar um falso consenso manipulando as regras do jogo, para parecerem legítimos na aprovação popular pelo voto.

Além de mudar as regras do jogo, a Arena precisava convencer a população da sua legitimidade, e estratégias foram traçadas. Por exemplo, a Arena “encomendou uma pesquisa de campo em vários Estados para saber as tendências do eleitorado. Sabe que novembro de 76

²¹⁰Jornal Movimento, 24/5/1976, p. 2. A propaganda eleitoral. O projeto do governo.

²¹¹SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 370-371.

²¹²Jornal Movimento, 2/2/1976, p. 5. Ed. 31. Eleições. As datas e as regras.

²¹³Idem.

não pode repetir novembro de 74 e quer saber o que é preciso fazer para evitar aquele desastre”²¹⁴.

A teoria da distensão muito bem controlada dizia que a Arena deveria ganhar, para que tudo seguisse nas ordens e nada afetasse tal projeto, assim analisavam várias matérias do *Movimento*. Mesmo sendo eleições municipais o governo queria medir a temperatura para saber como prosseguir no dito projeto político. Nesse campo a Arena foi incumbida de mostrar e captar o apoio popular para o regime, “legal e constitucional”.

Com a lei Falcão, os candidatos não podiam falar pelo rádio, mas isso não impedia que o governo falasse por eles até o Tribunal Superior Eleitoral proibir qualquer tipo de propaganda, mesmo pelo presidente.²¹⁵ Além do mais, o governo disponibilizou o aparelho estatal para a campanha de seus candidatos, carros, gasolina, papel, etc.²¹⁶. Já o MDB, segundo o *Movimento*, ia de mal a pior. A direção deixou os candidatos à sua própria sorte. A campanha foi decidida em algum gabinete pela cúpula *moderada* e era limitada:

até agora a direção do MDB se limitou a distribuição de dois livretos. Um contendo o estatuto e o programa do partido. O outro é um livreto intitulado ‘MDB em ação nos municípios’, que os deputados Ulysses Guimarães – presidente – e Thales Ramalho – secretário - chamam na sua introdução de ‘manual para as eleições’²¹⁷.

Com a lei Falcão desmobilizou-se completamente a estratégia da oposição nas campanhas. Somava-se ainda a morosidade da direção partidária que não deu uma linha de ação aos diretórios, deixando-os agir por si mesmo.

Na opinião do jornal:

Na verdade, uma das razões do pouco empenho da direção do MDB em dar um impulso mais agressivo à campanha é a atual desarticulação do grupo *autênticos*, que nas eleições de 1974, empurrando as facções mais moderadas e indecisas do partido, contribuiu decisivamente para a grande vitória do MDB. Sem a antiga pressão do grupo autênticos, a ala moderada, pelo menos nesta arrancada inicial, está ditando o tom da campanha sem maiores dificuldades²¹⁸.

Como sabemos o MDB era seccionado entre os grupos. E pela política da cúpula com a morosidade, cumpria as deliberações do governo, fundamentalmente, temerosos em tomar alguma medida radical que prejudicasse a distensão.

²¹⁴Jornal Movimento, 2/2/76. p. 5. As eleições. As datas e as regras.

²¹⁵Jornal Movimento, 1/11/76, Ed. 70, p. 4.

²¹⁶ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1984, p. 191.

²¹⁷Jornal Movimento, 16/8/76, p. 3. Ed. 59. Afinal, o MDB quer ou não quer ganhar as eleições?

²¹⁸Idem.

Nessa secção verificamos também como estava a campanha eleitoral na cidade de Feira de Santana, pela devida importância de Francisco Pinto fazer parte dela. São poucos os números com sua coluna no jornal *Movimento* no ano de 1976. Embora, Pinto relate no filme *Pinto Vem Aí* que a causa disso fosse a censura insistente à sua coluna.

Em 1966, na cidade de Feira de Santana o MDB perdeu para a Arena por quase 3.000 votos, em 1970 já foi diminuindo a diferença para 300 votos. Em 1972 o MDB venceu as eleições para prefeito. A família Falcão – proprietários do jornal da Bahia – que faziam oposição a Antônio Carlos Magalhães, não apoiou o candidato da Arena. José Falcão,²¹⁹ candidato a prefeito, teve 20.800 votos, elegendo 8 vereadores, enquanto a Arena obteve 20.491, com sete vereadores²²⁰.

Feira de Santana em 1976 era a 37ª cidade mais populosa do Brasil, com cerca de “220 mil habitantes e 75 mil eleitores”²²¹ e deu vitória ao MDB. Segundo o jornal *Movimento*, que fez uma reportagem sobre as eleições em Feira de Santana, os motivos podem ser atribuídos pela escolha do candidato e pelo forte apoio de Francisco Pinto - Colbert Martins, o eleito, tinha sido secretário da gestão de Chico Pinto, e na campanha se aproximou das propostas dos *Autênticos*. Uma campanha mais popular, baseada no funcionamento dos comitês e associações de bairro, da época de Chico Pinto. Segundo o jornal a campanha podia ser “medida pela existência de 155 comitês de bairros e distritos vinculados ao MDB, onde quase que semanalmente de 200 a 400 pessoas se reuniam para discutir os problemas da comunidade e ouvir os candidatos da oposição”²²².

Enquanto a Arena, segundo o *Movimento*, usava a campanha de compra de votos. O jornal, diz que “Vários eleitores chegavam para os candidatos emedebistas e diziam: ‘nós pegamos o dinheiro da Arena, mas vamos votar no MDB’”²²³.

Segundo o *Movimento* a Arena também cometia um grande erro, de atacar verbalmente a personalidade de Chico Pinto. Isso pode ser uma possibilidade, pois em política tentar decompor o carisma é uma das grandes práticas. O político profissional vive da credibilidade, ou seja, da confiança que os eleitores depositam nele. E corromper a imagem é tentar acabar com a confiança dos eleitores para com o político. No entanto, essa é uma ação medida pelo *capital simbólico*, quem tem menor credibilidade ao atacar o carisma de outro

²¹⁹Esse José Falcão não é parente da família Falcão do Jornal da Bahia (João Marinho Falcão, João Falcão, Wilson Falcão).

²²⁰Jornal Movimento, 22/11/76. Ed. 73, p.6. “O governo com as bases em Feira de Santana”. Os três principais partidos da cidade, UDN, PTB e PSD, se dividiram entre a Arena e MDB com o bipartidarismo. A UDN e PTB se aliaram à Arena e o PSD ao MDB.

²²¹Jornal Movimento, 22/11/76. Ed. 73, p.6. Governo com as bases em Feira de Santana.

²²²Idem.

²²³Idem. p.7

pode conduzir o repúdio dos possíveis eleitores para si. Chico Pinto, como *político profissional* construiu um grande arsenal de *capital* simbólico perante os setores mais populares de Feira de Santana. E o candidato da Arena ao atacar sua personalidade tem o feitiço virado contra o feiticeiro²²⁴.

3.7 “A vitória da oposição dentro da oposição”: A disputa pela liderança na Câmara de deputados entre Laerte Vieira *versus* Alencar Furtado

Em 1977 novamente as brigas internas do partido começam a se aguçar, agora pela liderança do MDB na Câmara, entre Laerte Vieira (moderado) e Alencar Furtado (autêntico). As eleições estavam marcadas para 28 de fevereiro de 1977. Com essa candidatura a tentativa de Alencar Furtado junto aos *Autênticos* era destruir o tripé que dominava o MDB desde 1972, com Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e Laerte Vieira.

Alencar Furtado relatou esse episódio em entrevista, no livro de Nader:

Uma eleição quase impossível, pois éramos minoria. Corri esse país inteiro...onde havia deputado do partido, eu fui visitar. Os Autênticos eram vetados pela cúpula do MDB para compor a Comissão Executiva do partido, jamais qualquer um de nós poderia ser cogitado para a liderança da bancada²²⁵.

A candidatura foi propícia, pois havia um descontentamento geral no partido com a liderança que tomava as decisões à revelia da base partidária. Além do mais os chaguistas apoiariam Alencar Furtado, porque queriam se vingar de Laerte Vieira, pelo episódio da Convenção – quando este havia prometido cargos aos chaguistas, mas com a aliança com os *Autênticos*, isso não foi possível. Estes deputados, por sua vez, prometeram tirá-lo da liderança. E pelo visto com essa disputa entre ele e Furtado, os chaguistas encontraram o momento oportuno e ficaram com Furtado.

Os deputados se queixavam dos privilégios cedidos pela liderança de Laerte na Câmara: “o mínimo que se ouve nos bastidores é a acusação de que ele privilegia um pequeno

²²⁴Em “Pinto Vem Aí”, filme de Olney São Paulo, começa com um fusca anunciando: “para receber o grande líder nacional hoje às 20hs na Avenida Getúlio Vargas”. O filme fala do grande comício de Chico Pinto em Feira de Santana. Uma multidão de 20 mil pessoas que o carregaram nos ombros e foram numa passeata que durou a madrugada. Olney São Paulo foi cineasta (1936-1978), natural de Riachão do Jacuípe, que escolheu Feira de Santana para morar. Fez o curta metragem “Pinto Vem Aí”, em 1976, mostrando cenas do comício do retorno de Chico Pinto à Feira de Santana depois da sua cassação. No filme há entrevista Pinto, em que ele fala da situação no MDB e da sua participação no Jornal Movimento.

²²⁵NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 50.

grupo de deputados, concedendo o disputado horário da liderança nas sessões da Câmara sempre às mesmas pessoas”²²⁶.

A insatisfação com a cúpula emedebista parecia generalizada, e Alencar Furtado conseguiu a adesão de Cafeteira:

O MDB, por sua liderança, declara Cafeteira, foi um partido calado nestes dois anos. Só abria a boca para reclamar, quando era atingido quando algum deputado era cassado. Nestas ocasiões a liderança do MDB reagia. No resto era a apatia. O MDB tem de ser um partido vivendo o dia-a-dia dos brasileiros e seu líder tem de ser o porta-voz permanente do partido²²⁷.

Em entrevista ao jornal *Movimento* Alencar Furtado tenta explicar porque a aliança com os adesistas, corrente que até então era vista pelos *Autênticos* como governistas, que estavam no MDB por conveniência eleitoral. Furtado, dizia que como liderança teria que respeitar todos os deputados, mas que combateria ainda o adesismo, caso ele se cumprisse.

Uma estranheza na atitude de Alencar Furtado com a sua candidatura - ele quis se desvencilhar de qualquer ligação com o grupo *Autêntico*, dizendo que o tempo dos grupos havia passado; que estes contribuíram da forma necessária, mas a hora era de união dentro do partido:

Para aumentar as suas chances, ele tentou retirar de sua candidatura qualquer conotação que pudesse identificá-lo com o antigo grupo *autêntico*, do qual era um dos principais líderes. O seu raciocínio é simples, será favorável a Laerte Vieira, já que a provada correlação de forças mostra que *autênticos* (isto é, os deputados mais progressistas do partido), são minoria dentro da bancada, onde de 153 deputados apenas uns 50 identificam-se com a bandeira dos antigos *autênticos* (dos quais, cerca de 20, todos deputados eleitos em 1974, estão reunidos no chamado grupo *neo-autênticos*)²²⁸.

Furtado queria assumir a posição de representante da bancada: “não estamos representando nenhum grupo, até porque queremos representar a bancada (...) se nós estamos procurando integrar a bancada para metas mais importantes nós temos que uni-la.”²²⁹

Chico Pinto não era contrário a aliança, dizia que problemático seria se Furtado, com o apoio chaguista, modificasse as bandeiras levantadas. Chico Pinto fez uma avaliação sobre o MDB, e seu comportamento diante a situação real pós-eleições de 1974, quando obteve maioria eleitoral, momento que poderia tornar-se um partido eficiente, sabia da responsabilidade de ser o partido único da oposição, mas a direção preferiu se manter como

²²⁶Jornal Movimento, 17/1/77, Ed. 81, p.2. MDB. Nova direção em 77?

²²⁷Jornal Movimento, 7/2/77, Ed. 84, p. 4. A difícil disputa.

²²⁸Jornal Movimento, 17/1/77 Ed. 81, P.2 MDB. Nova direção em 77?

²²⁹Idem.

“lagarto rastejando” para não ser aniquilado: “o que acabou prevalecendo, mesmo, foi a pragmática filosofia do pessedismo: ‘mais vale um réptil vivo que um herói morto’. Fortaleceu-se, assim, a convicção, oriunda da cúpula emedebista, de que a preservação é o mais valioso atributo de um político”²³⁰.

Chico Pinto reclamava do MDB que não aceitava a rotatividade dos cargos partidários. Com efeito, Ulysses Guimarães permaneceu na presidência bastante tempo e mesmo o líder da Câmara que deveria mudar anualmente, permanecia. Ou seja, parecia ser necessária a manutenção desses líderes para conduzir o partido à moderação, e assim, evitar qualquer confronto mais aberto com a ditadura.

Chico Pinto concluiu: “o resultado prático da manutenção de uma liderança mais preocupada com o regimento interno do que com grandes questões nacionais tem levado o partido à convalescença parlamentar”²³¹.

O Congresso, no período da campanha para a liderança da Câmara, estava de férias. Chico Pinto criticava que a vida do MDB era tão parlamentar que nesse período de recesso o MDB entrou de férias, e não se decidiu mais nada, não se pronunciou sobre os temas da pauta, tais como o acordo nuclear com a Alemanha. Para Pinto parecia ser o parlamento o único espaço de ação dos emedebistas, sem apoio com as bases, uma atividade que se encerra na estreiteza de Brasília, e debocha dos emedebistas de férias citando Garcia Lorca: “Verde que te quiero verde. Verde viento. Verde ramas. El barco sobre el mar. Y el caballo en la montaña”²³².

Dáí entra em debate a candidatura de Alencar Furtado que, para Pinto, surgiu como uma solução:

a iniciativa partiu dos deputados moderados e contou com o apoio, como não podia deixar de ser, dos autênticos. Se a desmedida vólua dos dirigentes em evitar soluções de base não se manifestar, a indicação é pacífica e poderia ser unânime. Mas isso é muito difícil que ocorra²³³.

Mudar a liderança da Câmara seria um passo para dinamizar o MDB e assim os *Autênticos* iriam conquistando espaço dentro do partido, fundamentalmente, nos cargos mais proeminentes. Além do mais, a candidatura de Furtado era estratégica nesse momento, pois iria se discutir a reforma do judiciário.

A eleição de Alencar Furtado também é um passo importante na história do MDB, principalmente para as correntes autênticas do partido, que finalmente parecem ter

²³⁰Jornal Movimento, 17/1/77, Ed. 81, p. 3. A rotatividade teórica.

²³¹Idem.

²³²Jornal Movimento, 31/1/77, Ed. 83, p. 3. Alianças e reformas.

²³³Idem.

conseguido sair do isolamento em que se encontravam nos últimos anos. O primeiro impacto da eleição de Alencar Furtado foi despertar o MDB, dando-lhe um entusiasmo que desde 1974 não se via²³⁴.

Alencar ganhou a disputa e a vitória animou os *Autênticos* e *neo-autênticos*. Uma vez que a perspectiva era tirar o MDB do imobilismo, situação em que a cúpula só tinha se reservado a emitir notas oficiais, como no caso das cassações dos *Autênticos* no ano de 1976. Essa vitória representava uma possibilidade de firmar a oposição. Pois mesmo que Alencar Furtado tenha negado na sua campanha a ideia dos grupos no MDB, não se poderia esquecer o seu envolvimento com os *Autênticos*, fundamentalmente porque as bandeiras empenhadas eram reconhecidamente “autênticas”. E, em política, as estratégias são vastas, já que não basta ter projetos, mas a força necessária para fazê-los prática.

A vitória proporcionou alguns cargos para os *Autênticos* e *neo-autênticos*:

os doze cargos de vice-líderes já foram preenchidos, cabendo dois aos adesistas Ario Theodoro e Francisco Studart; segundo alguns parlamentares, esta foi a única cobrança dos *adesistas* ao apoio da candidatura de Alencar. Uma vice-liderança coube ao *pragmático* Epitácio Cafeteira, outra ao *moderado* Fernando Correia, e as outras sete distribuídas entre *autênticos* e *neoaautênticos*(...)

O impulso da vitória, acrescido do preenchimento de dois dos três cargos da mesa que cabem ao MDB, pelos candidatos do ex-grupo autêntico. Ademar Santillo, na 2ª vice-presidência e Jader Barbalho na 2ª secretária²³⁵.

Com a vitória de Alencar Furtado sinais de mudanças apareceram no MDB. Houve inicialmente transformações na conduta do partido, isso pode ser notado na reforma do judiciário. Episódio que veremos na próxima seção.

A própria vitória de Alencar Furtado já significou tempos de mudanças. Começava em 1977 o momento de crescimento das lutas populares, início de crise do regime ditatorial. O partido de oposição sentiu isso, foi um movimento dialético, as mudanças possibilitaram Alencar Furtado se tornar líder e com sua liderança houve novas mudanças no partido.

Aqui entedemos também o limite dos *Autênticos*, no sentido de não haver um projeto político definido e unificado. A ponto de Furtado se negar partícipe do grupo para disputar a liderança e mais, fazer aliança com o grupo que mais combatia na oposição, os *Adesistas*.

²³⁴Jornal Movimento, 7/3/77, Ed 88, p. 4. Entrevista com o novo líder do MDB, Alencar Furtado.

²³⁵Jornal Movimento, 7/3/77, Ed. 88, P. 3. A vitória de Alencar.

3.8 “Encerrada a sessão”: a votação da reforma do judiciário

O projeto de emenda da reforma do judiciário chegou ao Congresso no dia 15 de novembro de 1976 para ser aprovado até dia 1º de abril de 1977, precisando do “quorum de dois terços”²³⁶. Logo, formou-se uma comissão para avaliar as emendas, o senador Accioly Filho (Arena PE) foi o responsável pela comissão, saiu viajando o país para ouvir os advogados. No entanto, sua proposta não foi aprovada pelo procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo. Accioly então entregou o cargo de relator²³⁷. Esse foi só o início do conturbado processo da votação da emenda prevendo a reforma do judiciário. Dele percebemos a trama de disputa entre a Arena, Executivo e o MDB.

Para garantir a aprovação da emenda constitucional, a Arena criou a “missão Portela”. Petrônio Portela foi incumbido de negociar com a antiga cúpula do MDB, e se acertaram pela aprovação da reforma nos seguintes termos:

O MDB apresentaria sua emenda restabelecendo as garantias da magistratura e o Habeas Corpus pleno mas apenas para salvar as aparências; depois que estes pontos fossem derrotados pela maioria arenista, o partido continuaria em plenário para dar o quorum de dois terços necessários à aprovação da emenda à Constituição, permitindo assim a aprovação do resto da reforma²³⁸.

No entanto, com Alencar Furtado na liderança da Câmara, pela primeira vez houve uma reunião do diretório nacional do MDB. Com o objetivo de tirar uma posição quanto à reforma do judiciário, a reunião possibilitou a emissão de opiniões dos setores mais progressistas do partido, decidindo-se a não aceitar à reforma, contrapondo-se ao que a antiga liderança já havia acertado, mais ou menos, com a Arena. Tancredo Neves, por sua vez, defendeu que o tempo era de moderação, de recuo e não de ataque, tentava convencer que “o partido não deveria ‘abusar de sua força’ negando quorum à votação do projeto”²³⁹. Mas da reunião do diretório o “MDB decidia ‘fechar questão’ contra o projeto de medida que implicaria na perda do mandato do parlamentar que contrariasse a decisão”²⁴⁰.

²³⁶KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 -1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988, p. 181.

²³⁷GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 205.

²³⁸Jornal Movimento, 4/4/77, Ed. 92. P. 5. O Congresso e o Ato.

²³⁹Idem.

²⁴⁰Idem. Kinzo no seu livro sobre a trajetória do MDB também aborda sobre esse episódio.

A recusa do MDB em votar na emenda da reforma do judiciário se dava por conta de uma reforma que caminhava somente pelos aspectos técnicos, sem tocar nas questões políticas que seriam o estabelecimento do “*Habeas Corpus e das garantias da Magistratura*”²⁴¹.

Os jornais faziam ameaças quanto à posição do MDB, anunciando o possível fechamento do Congresso²⁴². A Arena, através do senador Magalhães Pinto procurou o MDB para negociar essa decisão, pois, sabia-se que o tempo era perigoso. *Autênticos*, *neo-autênticos* e *Moderados* mantinham-se a favor da decisão do diretório, mas diante das pressões externas os *Adesistas* se movimentavam contra tal decisão.

Os *Autênticos* já estavam pessimistas quanto à situação, nunca se tinha visto tantas ameaças por parte dos jornais. O líder da Arena na Câmara, José Bonifácio dizia que queria salvar o Congresso, que por isso, era necessário o MDB rever sua posição.

Segundo o *Movimento*, enquanto o partido ficava no impasse, José Bonifácio anunciava aos jornalistas que o projeto seria aprovado pelo Congresso ou pelo Ato. Nisso os deputados mais progressistas do MDB pressionavam o presidente do partido, Ulysses Guimarães, para manter a decisão do diretório nacional – inclusive por uma questão de honra.

Prestes a começar a sessão que decidiria sobre a aprovação, o MDB ainda estava diante do dilema sobre manter ou não a posição do diretório em votar contra, mesmo sabendo dos riscos anunciados pelos jornais e pelo líder da Arena. Os *Autênticos* pressionando pelo sim e os *Adesistas* já em vias de desistir. Mas ao fim da reunião para decidir a posição, Freitas Nobre “saía apressado da reunião, anunciando emocionado: o ‘MDB fechou questão. As duas bancadas, por unanimidade, decidiram votar contra o projeto em sua totalidade’²⁴³.

No plenário o deputado Freitas Nobre discursou:

‘Sr. presidente, srs. Congressistas, vivemos uma noite histórica. O colégio de vice-líderes da Câmara, autorizado pela maioria dos deputados que ocorreram as nossas salas, a bancada do Senado, sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do nosso partido, acaba de tornar uma decisão por unanimidade que obriga o acompanhamento de todos os correligionários parlamentares do MDB. Sr. presidente. Srs. senadores e deputados, a nossa posição face ao projeto chamado de reforma do Judiciário não é uma posição egoísta e pessoal, não é uma posição

²⁴¹Matéria sobre todo o processo pode ser lido na Folha de São Paulo, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/03/30/2/#>

²⁴²Nas páginas do *Movimento* tem um recorte do correio Braziliense: “‘O MDB tem até amanhã para recuar, senão vem aí o NOVO ATO INSTITUCIONAL’. A manchete de primeira página era completada, também em letras garrafais, pela contundente advertência: ‘SE O MDB NÃO TRANSIGIR, ABRINDO MÃO DE SUA POSIÇÃO CONTRÁRIA À EMENDA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO, O GOVERNO PODE BAIXAR AMANHÃ MESMO UM NOVO ATO INSTITUCIONAL, QUE SERIA O AI-18, PELO QUAL NÃO APENAS PROMOVERÁ A REFORMA, MAS, TAMBÉM, ESTABELERÁ ELEIÇÕES INDIRETAS’” (MOVIMENTO, 4/4/77, Ed. 92, p. 4).

²⁴³Jornal Movimento, 4/4/77, Ed. 92, p. 8. O Congresso e o Ato.

partidária, não é uma posição de mesquinhos interesses; é uma posição firmada pelo interesse comum do país e do povo²⁴⁴.

Por sua vez, Bonifácio anunciava “a Arena é o grande partido da hora’ disse. E advertiu: ‘O que vem amanhã é responsabilidade exclusiva do Movimento Democrático Brasileiro’”²⁴⁵, disse mais, que “o MDB é dominado por um grupo de comunistas”²⁴⁶. Na última sessão do Congresso, “Petrônio Portela anunciava com voz embargada que o projeto estava rejeitado por falta do quorum qualificado de dois terços”²⁴⁷.

Como resposta a essa negativa do MDB, em 1º de abril de 1977 - parece o dia oportuno para o militares, foi decretado o ato complementar nº 102, fechou-se o Congresso e decretou-se o chamado “pacote de abril”. Com isso não só se fez as emendas no judiciário, como foram impostas mudanças nas regras eleitorais.

O regime que queria tecer um tom de legitimidade, mantendo as atividades legislativas esbarrava com a oposição, e então tinha que recuar nas suas medidas de abertura, conforme o ataque da oposição, recuou, fechando o Congresso.

Todavia, o jogo do consenso não se perdeu, a propaganda democrática contava com outros meios discursivos na opinião pública, mesmo sendo manipulada. Geisel divulgou a justificativa para o fechamento do Congresso como sendo culpa do ato “antidemocrático” do MDB de não liberar os parlamentares para votar a favor da reforma. Assim lê-se no discurso de Geisel publicado no *Movimento*:

Infelizmente, não se conseguiu resultado algum, porque a Oposição resolveu fechar a questão, impedindo que os seus representantes no Senado e na Câmara votassem a favor da reforma. Adotaram um procedimento que não se coadunam com o espírito democrático que vivem invocando. Falam em democracia plena, e não permitiram que os legisladores de seu partido votassem ou opinassem com relação á reforma. Todos foram obrigados, sob pena de perda de mandato, a votarem contra. O partido do Governo, a Arena, teve uma atuação diferente e de franco apoio à reforma. A questão não foi fechada; ficou aberta e todos votaram a favor, exceto apenas um deputado, o que comprova a liberdade com que a Arena agiu em relação a seus representantes no Congresso²⁴⁸.

É como o machado que fere o sândalo e ainda quer sair perfumado, lembrando da frase de música que bem ilustra essa realidade. O governo justificava sua medida autoritária por falta de colaboração da Oposição, acusando esta de antidemocrática. Os mecanismos de criação de consenso funcionavam nesse sentido, além da acusação das medidas

²⁴⁴Jornal Movimento, 4/4/77, Ed. 92, P. 8. O Congresso e o Ato.

²⁴⁵Idem.

²⁴⁶No jornal Folha de São Paulo publicou-se mais frases ditas por Bonifácio no plenário. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/03/30/2/#>

²⁴⁷Jornal Movimento, 4/4/77, Ed. 92, p. 8. O Congresso e o Ato.

²⁴⁸Jornal Movimento, 4/4/77, Ed.92, p. 6. O discurso de Geisel.

antidemocráticas do partido de oposição, as divergências no partido do governo eram tratadas como a demonstração da democracia existente.

O governo partia em defesa do seu projeto de institucionalização política legitimada, mesmo manipulando as regras do jogo. E esse episódio é interessante para se verificar que, mesmo restrito em suas funções, o Congresso também se construiu enquanto espaço de disputa.

Ainda no discurso de Geisel publicado no *Movimento*, lemos:

Tendo em vista o problema da reforma da justiça e o de outras reformas que se impõem, de natureza apolítica, indispensável para que o país continue a ter tranqüilidade e não tenha crises, cada ano, ou de dois em dois anos, resolvi, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, usar dos meios legais de que disponho. A Constituição Federal no seu artigo 182 reconhece a validade do Ato Institucional nº5, Ato que desde o início do governo declarei que não aboliria sumariamente, mas que, pelo contrário, eu o manteria, para usá-lo com critério, com moderação, sem paixão e sempre voltando para o interesse do Brasil. Agora é a oportunidade de se usar este Ato. De acordo com suas disposições, o Poder Executivo pode colocar o Congresso Nacional em recesso e dessa forma adquirir poderes legislativos. E foi o que eu fiz²⁴⁹.

O discurso de Geisel impõe-se na defesa do AI-5 como instrumento legítimo da ordem. Mecanismo constitucional, portanto, dito aceitável. De acordo com a legislação vigente então, fechou-se o Congresso por 14 dias. Reaberto depois, com o anúncio do que ficou conhecido como “pacote de Abril”, uma reforma política, outorgando emendas à Constituição. Os principais pontos foram: as eleições indiretas para governadores de estado, eleições indiretas para um terço das cadeiras do senado (alcançados de senadores biônicos); Lei Falcão para eleições nacionais, ou seja, as campanhas restritas ao rádio e a televisão; extensão do mandato presidencial de 5 para 6 anos²⁵⁰. Skidmore interpreta este fato como a “resposta do governo” à vitória eleitoral do MDB em 1974. Era preciso mudar as regras do jogo para garantir maioria da Arena em 1978. Seria um meio legal de neutralizar o MDB²⁵¹.

Por conta desse fato foi a primeira vez que o MDB recebeu apoio dos estudantes e mais a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se pronunciou em solidariedade ao partido²⁵².

O episódio mostra como as forças dos *Autênticos* no MDB ganharam espaço, os *Adesistas* não conseguiram apoio no partido, a não ser de meia dúzia de *Moderados*, mas o

²⁴⁹GEISEL *apud* MOVIMENTO, 4/4/77, Ed. 92, p. 6.

²⁵⁰KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 -1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988. p.182.

²⁵¹SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁵²Jornal Movimento, 18/04/77, Ed. 94, P. 5. E o MDB como fica?

fundamental foi que os *Autênticos* conseguiram levar a oposição a não aceitar a reforma do judiciário. As consequências foram dadas, como anunciava José Bonifácio.

Esse foi um dos momentos que o MDB pensou na autodissolução, por se sentir impotente diante da ação parlamentar. Chico Pinto, por sua vez, fez uma análise das circunstâncias do MDB e de quem escolheu ele para lutar: “Um político não pode se deixar surpreender. Não deve fantasiar a realidade, nem é lícito iludir-se para revelar profundas decepções, depois. (...) A decepção é fruto de erros de cálculo, de vícios de observação e de desvios de análise”²⁵³.

Como em todos os momentos, até nos mais difíceis, Chico Pinto defendeu o MDB, sabendo exatamente qual é o contexto de construção de luta, os limites dados e a tarefa duramente restrita do MDB:

A maioria do MDB compreende que se lhe deram a vida raquítica que não pediu, ao menos lhe resta a oportunidade de ser mercadejador de idéias. E se as idéias nascem da própria realidade objetiva onde se vive, elas gerarão novas vidas e novos contingentes engrossarão suas fileiras²⁵⁴.

O MDB fechou questão contra a reforma do judiciário sabendo que o fechamento do Congresso era certo, pois já se anunciava com os jornais e os arenistas avisavam. Disso verificamos mudanças nos tempos, redefinições no *campo político*.

Vemos também uma incoerência constante, como exemplo, a aliança dos *Autênticos* com os *Adesistas*. Por não haver uma formação ideológica do grupo era possível esse equilíbrio de acordos. Não havia uma luta futura, um projeto de organização social e político de longo prazo, eles estavam reunidos para combater o que estava no presente, a ditadura, por isso, qualquer aliança era feita. O imediatismo era um traço característico do grupo.

3.9 A candidatura de Euler Bentes

Em 1978 vemos os *Autênticos*, principalmente Chico Pinto e Freitas Nobre, se empenhando em outra luta, na candidatura de Euler Bentes na Frente Nacional de Redemocratização. A Frente foi inicialmente proposta por dissidentes da ditadura, civis e militares, como Magalhães Pinto, o general Hugo Abreu e o general Euler Bentes Monteiro.

²⁵³Jornal Movimento, 18/04/1977,Ed. 94. P.2. Desesperar não pode.

²⁵⁴Idem.

A dissidência de Magalhães Pinto²⁵⁵ um dos articuladores do golpe de 1964, pode ser lida como sintoma de crise do regime, que já perdia o apoio de setores significativos da burguesia nacional²⁵⁶. Segundo Kinzo, a dissidência de Magalhães foi fruto das suas aspirações em ser candidato à presidente, decepcionando-se com a indicação de Figueiredo para 1978. Com a Frente, Magalhães tinha a expectativa de se candidatar presidente como alternativa civil²⁵⁷.

Os articuladores convocaram o MDB, que fez uma convenção extraordinária (isto é noticiado no *Movimento* em 5/6/1978) para decidir se lançaria uma candidatura para presidência do país. E foi aprovada por maioria expressiva a proposta de integrar a Frente, mas depois houve muitas divergências internas sobre essa adesão. Inclusive dentro dos *Autênticos* havia os que não apoiavam candidaturas indiretas - a não ser no episódio da “anticandidatura” de Ulysses Guimarães, como uma forma de protesto.

A Convenção aprovou também dez pontos para apoiar a candidatura, dentre eles: a revogação dos atos institucionais, respeito à separação dos três poderes da República, eleições diretas, liberdade de expressão, extinção da pena de morte, instituição do pluripartidarismo, liberdade sindical e convocação da Assembleia Nacional Constituinte²⁵⁸.

Chico Pinto acreditava que para derrubar a ditadura seria necessário unir força com os militares:

nem todos eles têm um pensamento autocrático, como se pensa na sociedade civil.(...)sempre defendi a necessidade de uma aliança de civis e militares com o propósito de reconduzir o país ao seu verdadeiro destino, que não é o de se tornar vassalo do imperialismo²⁵⁹.

A Frente sofreu críticas, pois era composta por um militar e um liberal – que foi um dos articuladores do golpe militar. Chico Pinto, por sua vez, fez uma análise sobre a conjuntura política da dita abertura, da necessidade de se aproveitar o momento, mais que isso, analisar com esperteza, para se usar o movimento certo no momento oportuno, entender os acontecimentos políticos: “é preciso que a oposição não perca de vista que há o que fazer

²⁵⁵Na coluna de Chico Pinto este diz que Magalhães Pinto era um banqueiro, integrado ao regime capitalista, “foi ministro das relações Exteriores do segundo governo, chamado revolucionário; foi um dos subscritos do AI-5; cassou mandatos parlamentares e garroteou direitos políticos de centenas de cidadãos estava no movimento de 1964” (MOVIMENTO, 6/3/78, ED. 140, p.4).

²⁵⁶SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁵⁷KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 -1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988.

²⁵⁸Jornal Movimento, 5/6/78, Ed. 153, P. 3. O MDB entra na Frente.

²⁵⁹Jornal Movimento, 5/6/78, Ed. 153. P. 4. “Euler Bentes, por Chico Pinto”.

hoje, dando um passo à frente e continuando a luta, ao invés de aguardar o grande salto do amanhã²⁶⁰.

O jornal *Movimento* serviu de tribuna aos debates sobre a Frente. Em uma matéria escrita por Adelmo Genro Filho²⁶¹, chamada “os autênticos e a ilusão do poder”, ele analisa as impossibilidades com a Frente, dizendo ser um erro de cálculo dos *Autênticos* de querer lutar contra a *distensão lenta e gradual* com um objetivo “nada menos do que a tomada do poder ‘rápida e segura’ através da eleição indireta para presidente”²⁶². Adelmo Filho dizia que o regime não naufragaria nos seus próprios mares, e que não se combate o regime com seus próprios meios - como concorrer com um militar em eleições contra os militares. Ademais critica Chico Pinto, dizendo que o erro dele é acreditar numa democracia estável burguesa, para depois agir na luta para implementação socialista. Isso se comporia como um pacto entre as classes dominantes, e não uma luta popular como propunham os *Autênticos* em tempos atrás.

Na página seguinte Chico Pinto, em sua coluna, defende que *rejeitar a frente é prova de incompetência*, dizia que quem deveria decidir sobre os rumos da democracia são os trabalhadores, a democracia burguesa é ainda restrita, mas são os operários que devem decidir sobre ter direitos no regime capitalista, todavia era aquela a bandeira que aglomerava pessoas no momento. Dizia ainda:

e não é só a opinião de um antigo advogado sindical, mas de quem confundia seu escritório com a própria sede dos sindicatos, discutindo, conversando, sentido, sofrendo e sobretudo apredendo com os operários. A grande universidade de minha vida²⁶³.

A Frente deveria ser ampla com a aliança com OAB, ABI, Igreja e a maioria dos diretórios estudantis, que segundo Chico Pinto ainda teria a oportunidade de aglomerar um militar e uma “defecção da Arena”²⁶⁴.

Chico Pinto disse: “não se muda a realidade social quando e como se quer, mas como e quando é possível concretamente”²⁶⁵, isso para responder aos contrários à Frente. Seu argumento era que para cada momento histórico deveria se ter uma análise e traçar as estratégias possíveis. Dizer que a Frente era feita pelos “cristãos-novos da democracia”, que

²⁶⁰Jornal Movimento, 1/5/78, Ed. 148, p. 4. “Uma passo ou um salto”

²⁶¹Jornalista, ex-presidente do setor Jovem do MDB gaúcho, líder da bancada do MDB na Câmara de Santa Maria (RS), foi militante estudantil; (irmão de Tarso Genro).

²⁶²Jornal Movimento, 19/6/78, ed. 155, p. 6. Os Autênticos e a ilusão de poder.

²⁶³Jornal Movimento, 19/6/78, Ed. 155, P. 7. Rejeitar a frente é prova de incompetência.

²⁶⁴Idem.

²⁶⁵Jornal Movimento, 26/06/78, Ed. 156, P. 4. Como se iludir e iludir o povo.

todos, naquele momento de crise da ditadura se dizem defensores da democracia não exclui sua funcionalidade: “diz-se-a, por outro lado, que a hegemonia da Frente ficará com a burguesia. Isso é repetir o óbvio. Ela é quem detém a hegemonia do MDB e da Arena. Quem definirá a hegemonia será a correlação de forças existencias na sociedade e não nossos desejos”²⁶⁶.

Chico Pinto acreditava que a revolução com a aliança com a burguesia era mais vantajosa para o proletariado, do que para a própria burguesia, parafraseou Marx, defendendo a democracia:

O proletariado, como classe, pela sua própria situação, é obrigado a ser conseqüentemente democrático. A burguesia olha para trás, temendo o progresso democrático, que ameaça aumentar a força do proletariado; o proletariado nada tem a perder a não ser suas cadeias, mas tem um mundo inteiro a ganhar com a democracia²⁶⁷.

O artigo de Chico Pinto “rejeitar a Frente é prova de incompetência”, teve resposta na edição de número 157 com uma carta aberta intitulada *Chico Pinto, entre o fundamental e o secundário. Os equívocos de um opositor baiano sem régua nem compasso*. Assinado por Carlos Alberto Dória que dizia: “por isso desejaria registrar, com espanto, a guinada de 180 graus que o outrora combativo Chico Pinto realizou. Pelo jeito, nestes anos de perseguição política na Bahia não lhe deu régua nem compasso”²⁶⁸.

Carlos Alberto Dória criticou a perspectiva de Chico Pinto de trocar o fundamental pelo secundário. O fundamental era que a democracia deveria ser para os trabalhadores, e que numa frente levada pelos liberais Euler Bentes e Magalhães Pinto seria em defesa da democracia burguesa.

A disputa ideológica dos dois era em torno da democracia. Todavia, os meios e as finalidades desta eram diferentes. Para Dória a frente liderada pelos liberais era um equívoco, pois o que deveria acontecer era promover a autonomia dos trabalhadores.

Dória se perguntou para que serviu a luta dos *Autênticos*, pois Magalhães Pinto era um liberal, coisa que os *Autênticos* sempre combateram, e mais, para ele “sempre foi um equívoco dos autênticos que confundiram a perspectiva de derrotar Ulysses Guimarães dentro do MDB com a possibilidade de dissolver a hegemonia liberal a nível da sociedade como um todo”²⁶⁹. Dória concluiu que perdeu-se um “grande soldado”, Chico Pinto.

Ao final das confusões sobre a frente, Magalhães Pinto se afastou e a candidatura a presidente ficou com Euler Bentes e Paulo Brassard como vice, com o apoio do MDB. Muito

²⁶⁶Jornal Movimento, 19/6/78, Ed. 155, P. 7. Rejeitar a frente é prova de incompetência.

²⁶⁷Jornal Movimento, 26/06/78, ed. 156, p. 4. Como se iludir e iludir o povo.

²⁶⁸Jornal Movimento, 3/7/78, Ed. 157, P. 21. “Chico Pinto, entre o fundamental e o secundário”

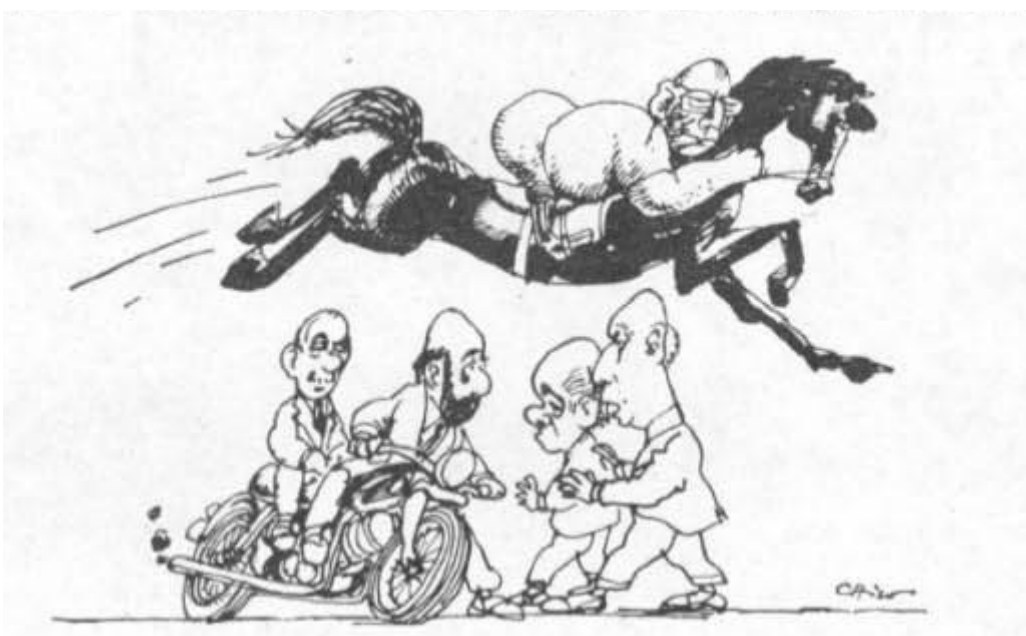
²⁶⁹Idem, p. 22.

embora a cúpula moderada fosse a favor de Magalhães Pinto, venceu a maioria que defendeu Euler Bentes.

Bentes saiu pelos estados fazendo campanha. O *Movimento* fala da campanha dele em Recife, com a presença do deputado cassado Lysâneas Maciel. E lá alguns DCEs estavam para apoiar a Frente, enquanto outros estudantes falavam que a frente era burguesa e por isso nunca representaria o povo, além de evitar o amadurecimento da luta popular. O governo de Euler Bentes, por outro lado, pelo seu programa, seria de transição para a democracia, excluindo os atos institucionais, instaurando uma constituinte, a anistia, o restauração da UNE, a nacionalização da economia, etc.

Enquanto isso a candidatura da Figueiredo seguiu sem ameaça pela candidatura de Bentes. Como o previsto a chapa de “Figueiredo e Aureliano ganhou as eleições em 14 de outubro de 1978 por 355 a 266”²⁷⁰. Logo em seguida vieram as eleições para deputados. Mas sobre essa, abordaremos no próximo capítulo.

A sucessão de Geisel foi conturbada, havia o acirramento nas disputas para a sucessão dentro das Forças Armadas. Primeiro o general Silvío Frota e depois o general Hugo Abreu foram para a reserva, pois estavam interessados na sucessão. Isso também fazia parte da liberalização controlada. A própria oposição sabia que não passaria uma candidatura de um civil, daí a proposta do Euler Bentes que perdeu na disputa com Figueiredo²⁷¹.



²⁷⁰SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 395.

²⁷¹LOBO, Claudia dos Santos Lagame. **A Sucessão de Geisel e a Imprensa**. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0227.pdf> último acesso em 30/05/2013.

Nessa Charge²⁷² identificamos o processo da disputa eleitoral, a movimentação da entrada do MDB na Frente, com a preferência dos *Moderados* pela candidatura à presidência de Magalhães Pinto - como se evidencia Ulysses Guimarães (lado direito) com Magalhães Pinto. E na moto, Francisco Pinto apoiando Euler Bentes na sua garupa - a defesa da sua candidatura. No alto, dando um salto cavalariço no MDB e na Frente, Figueiredo, que ganhou as eleições de 1978.

Para esse capítulo escolhemos fazer uma narração sobre os principais fatos políticos nas páginas do *Movimento*, envolvendo a luta dos *Autênticos* no período da “distensão lenta, gradual e segura”, mais a análise das perspectivas de construção da luta contra a ditadura por Chico Pinto, na tribuna de discussão que se constituiu o jornal *Movimento*.

O *campo político* brasileiro no período abordado, entre 1975-78, se tecia com o projeto de “abertura lenta, gradual e segura”, que tinha propósito de atenuar dissensos quanto à ditadura. Nesse acorde, se tramavam as disputas na política institucional. No legislativo, a distensão serviu para definir os limites de atuação.

A distensão se projetou também com o principal elemento legalizado da coerção, o AI-5. Este se abateu sobre a ação dos *Autênticos*, como foi o caso da cassação de algum deles, também no fechamento do Congresso Nacional na imposição da reforma do judiciário. Já anunciamos que compartilhamos a leitura de Maria Helena Moreira Alves, de que a relação era dialética entre o Estado e as oposições, no nosso caso, a análise é da oposição parlamentar. Sendo assim, a ação dos dois, oposição legislativa e do Executivo, foi composta de embates, confrontos, onde um ou outro em determinados momentos tiveram que ceder ou perder. Percebemos a trama de disputa dentro do *campo político*, a tomada de posição dos grupos dentro do MDB e com relação a Arena e ao governo.

²⁷²Jornal Movimento, 7/8/78, ed.162, p. 3. Evitando o combate direto.

CAPÍTULO IV

O discurso de Chico Pinto e a abertura política (1979-82)

Neste capítulo retomamos a trajetória política de Francisco Pinto no Congresso Nacional, entre 1979 e 1982, o segundo mandato como deputado federal. A conjuntura política era outra, definida pela abertura no governo de João Figueiredo, continuação da fase da “distensão” de Geisel. Nesse momento político, verificamos o conteúdo dos discursos de Francisco Pinto, as *tomadas de posição*, as denúncias e a possibilidade de leitura da realidade brasileira construída pelo modelo econômico/político/social implantado pelos ditadores já no processo de redemocratização.

A transição para a democracia, para alguns autores, começa em 1974, com a “distensão lenta, gradual e segura”, movimentada por Geisel e continuada pelo general Figueiredo. Abertura que se (re)definiu com a dinâmica dos confrontos no bloco do poder e na sociedade civil. A partir de 1978, a conjuntura política contava com extinção do AI-5 (o instrumento mais repressivo do governo), o fim da censura, o movimento pró Anistia, o fim do bipartidarismo, a legalização da UNE, o *habeas corpus*. Analisamos, através dos discursos de Chico Pinto e da bibliografia consultada, como se teceu esse movimento histórico de transição ditadura-democracia.

Na década de 1970 o Brasil se tornara um grande canteiro de obras. As cidades cresciam com grandes construções que subiam graças às péssimas condições de trabalho, com os acidentes constantes nos esqueletos de prédios na construção civil²⁷³. A cidade crescia também populacionalmente, com os tantos “Severinos” que migraram para os grandes centros urbanos expulsos do campo pela modernização e concentração latifundiária. As favelas se desenhavam enquanto espaço urbano e se enchiam de gente, os problemas de saneamento básico reinavam, o contingente de excedente de mão de obra aumentava e o “milagre econômico” não dizia nada para boa parte da população brasileira.

O “Milagre”, que se concentrou nas mãos de uns, durou até 1973 e depois, o governo só tentou reparar os estragos.

²⁷³Sintomaticamente artistas brasileiros engajados nas manifestações culturais contra a ditadura denunciaram a condição dos trabalhadores. Em 1971, Chico Buarque lança o disco “Construção”, com letras como “subiu a construção como se fosse máquina (...) morreu na contramão atrapalhando o tráfego”, em que esboça um pouco da condição objetiva do trabalhador da construção civil. A produção cultural da época diz muito sobre as condições objetivas que o artista vivenciou, e nesse sentido, esse era uma realidade gritante a ponto de inquietar um artista engajado como é o caso do Chico Buarque. Virginia Fontes e Sônia Regina falam dessa música no livro História do Brasil recente (1988).

O Brasil entrava na década de 1980 sem soluções palpáveis para a recomposição de um certo pacto de dominação e para uma recessão sem precedentes. Exatamente aí certos ecos conservadores postularam o recurso do FMI como saída. O retorno dos civis ao poder veio a complementar a transição (ou transação?)²⁷⁴.

O “milagre econômico” foi o grande investimento da propaganda na ditadura para se legitimar, e para construir consenso – isso foi tão marcante que a memória instaurada até hoje é que a maior benesse do regime militar foi o crescimento econômico e o desenvolvimento do país – no entanto, em meados da década de 1970 esse “milagre” fracassou. Esse, que era o grande mecanismo de legitimidade, para inclusive, ter caminho livre para manter a tortura como prática política, foi desbotando, dando o tom da perda de força do regime.

As manifestações populares começam a invadir a cena. As eleições se tornaram um plebiscito de discordância da política autoritária - o MDB ganhou as eleições parlamentares em 1974; em 1978 as greves começam a invadir o cenário urbano, a ilegalidade não podia mais conter as greves, como disse Kucinski: “A lei 4.300, que proibia greves, instituída pelo regime militar em junho de 1964, havia sido derrubada na prática”²⁷⁵ e estas se faziam em vários cantos do país. *Novos personagens entraram em cena*²⁷⁶, os trabalhadores, as associações de bairro constituíram organizações civis que reivindicavam a participação nas decisões políticas. Com o fracasso econômico, o governo fazia os reajustes políticos, a abertura era iminente, sob forte pressão da ampliação das manifestações populares.

O crescimento econômico acelerado da época do “milagre brasileiro” aprofundou de tal modo a contradição entre capital e trabalho, que ela permeou todas as relações sociais, de alto a baixo, de um lado a outro, tanto na periferia das grandes cidades quanto no campo, ou ainda no gabinete dos tecnocratas²⁷⁷.

Na segunda metade da década de 1970, as manifestações começaram a crescer com as greves no ABC paulista (maior expoente). O fim se insinuava pelas irresistíveis pressões das movimentações na sociedade civil. Por outro lado, alguns setores apoiadores da ditadura lutaram até as últimas consequências. Como exemplo, tem-se os militares em tentativas desesperadas para fazer retroceder a abertura política, fazendo os atentados a bomba contra

²⁷⁴MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988. p. 65.

²⁷⁵KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 40.

²⁷⁶SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores e da grande São Paulo 1970-1980. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

²⁷⁷MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**. Da ditadura militar a nova república. (1974-1985). São Paulo, Xamã, 2004. p. 101.

bancas de revistas que vendiam exemplares dos jornais alternativos ou ainda o atentado explosivo ao Rio Centro²⁷⁸.

Nesse movimento pendular, a transição era uma necessidade histórica, a abertura se fazia necessária devido à falta de apoio ao regime. A classe dirigente, então, tratou de conceder reformas para manter o essencial, possibilitar uma entrada controlada dos subalternos e seus interesses no *campo político*. Esta transição se configurou como uma “revolução passiva”, uma “transição pelo alto”. A ponto de Sônia Regina e Virgínia Fontes classificarem como uma “transação”.

Maciel compartilha a leitura de Antonio Gramsci sobre uma “revolução passiva” ou “transição pelo alto”, como uma forma de transição em que mudanças são negociadas pelo alto, entre as classes dirigentes, para evitar a intervenção dos subalternizados. Para Maciel a transição começou com o pacote de abril, nasceu na classe dominante e se configurou como uma “revolução passiva”. Ainda usando os conceitos de Gramsci, ele lê a configuração política da época como uma crise “conjuntural” ao invés de um “movimento orgânico”²⁷⁹. Em outras palavras, as modificações na política na década de 1970 foram feitas pela classe dominante mantendo seu projeto matriz, o capitalismo, no entanto, para isso modificações conjunturais no fazer político eram necessárias. A rigor, para não pôr em xeque a organização política que reservava ao capitalismo o projeto central, era necessário fazer concessões, aberturas na participação políticas para os atores que, por meio de reivindicações na sociedade civil exigiam esses canais de participação. Levando isso em consideração, verificamos como o fim da proibição das greves se fez por imperativo das reivindicações dos trabalhadores, tal como o fim do bipartidarismo.

No momento em que os trabalhadores tomaram a rua de assalto, a abertura era necessária. Tornou-se imperativo fazer um conjunto de reformas para manter os princípios mais gerais do capitalismo, mas modificando as regras no *campo político*:

o projeto distensionista não passava apenas pela reativação da representação política, mas também pela diminuição e até pela eliminação da representação e da vigilância sobre aparelhos hegemônicos da sociedade civil. Estes tiveram um papel importante na consolidação de um campo de interlocução entre o governo, os mecanismos de representação política e as classes burguesas, que viabilizou a condução da transição nos marcos da distensão e cuja vitalidade determinou seu ritmo nas etapas seguintes. Além disso, a emergência das classes subalternas à arena da disputa política foi

²⁷⁸O Atentado do Riocentro, como ficou conhecido, foi uma tentativa da linha dura militar em deixar uma bomba no local, no entanto, a tentativa foi frustrada, pois a bomba explodiu no carro dos militares. Os militares envolvidos queriam culpar a esquerda por tal atentado, no intuito de ter uma desculpa para retroceder com a abertura política.

²⁷⁹MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**. Da ditadura militar a nova república. (1974-1985). São Paulo, Xamã, 2004. p. 88.

limitada e fundamentalmente mediada pelos próprios mecanismos da representação política reativada²⁸⁰.

Maciel se refere ao processo de “distensão”, em 1974, o início da abertura controlada, com o domínio dos órgãos de repressão. No entanto, em 1978 com a entrada dos trabalhadores na cena, e com as tantas greves, isso se intensificou.

No epílogo de seu livro Kucinski diz que:

Ao todo a ‘transição lenta, gradual e segura’ levou 15 anos para ser complementada, desde sua primeira formulação em fins de 1973. Durou mais tempo do que a própria ditadura. Foi a mais lenta de todas as transições das ditaduras latino-americanas dos anos 1960. Foi também a mais gradual, a mais segura. Apesar de alguns momentos de risco, como o das greves do ABC e da campanha das Diretas Já, as elites dominantes e seus aliados militares nunca perderam o controle do processo de abertura. A abertura reafirmou a tradição da política brasileira da conciliação entre as elites²⁸¹.

A transição por cima, evitava que a crise conjuntural desembocasse numa crise de hegemonia.²⁸² Por isso a transição de uma ditadura para a democracia burguesa controlou a ascensão da classe subalternizada ao plano institucional e a democracia passava a ser o projeto mais viável para manter os privilégios maiores do capitalismo e de seus representantes.

Os discursos de Chico Pinto são intervenções nesse processo histórico, nessas novas demandas temporais e políticas. As personagens da sua fala são justamente esses sujeitos que entram na disputa política com as reivindicações grevistas pelo Brasil. Seus interlocutores são aqueles a quem o governo queria abafar com a “transição passiva”. Por isso, o discurso se volta para estes, em defesa, em diálogo com estes. Os discursos só podem ser interpretados a partir desse cenário. Através desses discursos também observamos um momento histórico e uma posição política dentro do *campo* – que não é a da manutenção da ditadura, muito pelo contrário, é o da defesa dos trabalhadores, dos direitos políticos dos cassados, pela Anistia ampla e irrestrita. Ou seja, defesa das bandeiras levantadas pela sociedade civil que queria se livrar do jugo da ditadura.

Encontramos no discurso de Chico Pinto uma fundamentação de todo o período e o reflexo das disputas na sociedade civil. Em outras palavras, o dizer do pronunciante só faz sentido se se leva em consideração as pressões dadas pelos “leigos” fora do *campo político*.

²⁸⁰ MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**. Da ditadura militar a nova república. (1974-1985). São Paulo, Xamã, 2004. p. 88.

²⁸¹ KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 139.

²⁸² MACIEL, David. Op. cit.

4.1 A posse de Figueiredo no discurso de Chico Pinto

No seu primeiro discurso na Câmara, intitulado, *A posse do general Figueiredo não é honrada pela União popular (ao seu lado o mais antigo e estúpido ditador do mundo: general Strössner)*, sessão de 14 de março de 1979, ele abordou sobre as iniciativas do governo Figueiredo e a abertura política. Chico Pinto desconsiderava a proposta de abertura do então empossado presidente, isso também para alertar o partido de oposição contra a inutilidade da expectativa de tal abertura, como aconteceu com a dita “distensão”. E para ele, o presidente não ser eleito pelo voto popular dizia muito sobre seu rigor político. No mais avaliou que: “sua verdadeira face se revela com a simples indicação dos nomes que comporão, no seu conjunto, o futuro Ministério”²⁸³.

A transição não veio de graça. Figueiredo assumiu a presidência em 1979, e a escolha dos seus ministros diz muito sobre o governo e a continuidade da ditadura, que, para o jornal *Movimento* era indício de manter a política entreguista e corrupta, com um ministério composto por figurinhas carimbadas pelo tempo e pelo desprestígio²⁸⁴.

O ministério de Figueiredo, segundo o *Movimento* foi composto por: Mário Andrezza (ministro do Interior), ex-ministro dos transportes de Médici, acusado de uma coleção de irregularidades na prestação de contas no TCU, foi mentor das grandes obras como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói; Elizeu Rezende (Transportes) era diretor do DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens) na gestão de Andrezza, eram parceiros nas transações, por conta das irregularidades foi multado pelo TCU (Tribunal de Contas da União); Mario Henrique Simonsen (Planejamento), foi acusado na CPI das multinacionais de favorecimento às multinacionais; Golbery do Couto e Silva (Casa Civil), fundador da Doutrina de Segurança Nacional, um dos grandes articuladores do golpe, ex-presidente da Empresa multinacional Dow Chemical; General Otávio Medeiros (Gabinete Militar), era do SNI, responsável por vários IPMs e torturas, presidiu os IPMs sobre as atividades da COLINA²⁸⁵; Antonio Delfim Netto (Agricultura) ex-ministro da Fazenda de Costa e Silva e do Médici, ex-embaixador da França, foi o programador do Milagre Econômico, “em 1973 Delfim Netto manipulou os índices inflacionários, trazendo pesados prejuízos aos reajustes

²⁸³PINTO, Francisco. **A posse do general Figueiredo não é honrada pela União popular** (14 de março de 1979). In PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 5.

²⁸⁴Jornal Movimento, 15 a 21/1/79, Ed.185, p.3. O incrível ministério de Figueiredo.

²⁸⁵Comandos de Libertação Nacional, grupo de resistência armada à ditadura.

salariais daquele ano”; o Ministro do Trabalho por sua vez, era um banqueiro, Murilo Macedo²⁸⁶.

Segundo o jornal *Movimento* Delfim Netto seria o super ministro, como Ministro da Agricultura, pois a proposição de governo de Figueiredo era investir na agricultura, para que o Brasil se tornasse *o celeiro do mundo*²⁸⁷. Netto seria uma figura central na manutenção do projeto de “modernização” do campo sob o domínio do capital internacional e para a exportação. Ainda em 1979, Simonsen, no planejamento, foi substituído por Delfim Netto, que dizia que ia operar um novo “milagre econômico”.

As figuras do ministério Figueiredo eram já conhecidas dos outros governos da ditadura pelas corrupções e descompromisso popular. Por exemplo, com um Ministro do Trabalho banqueiro, não era mesmo para criar expectativas renovadoras quanto aos interesses que seriam defendidos pelo governo. Houve um governo de conciliação juntando peças (quadros) dos antigos governos. Isso pode ser lido como fruto da disputa entre frações das Forças Armadas e civis no bloco de poder.

Nesse cenário, Chico Pinto reafirma sua concepção da ação e diretriz política:

Meus compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais espero não me apartar nunca, dizem respeito à liberdade e à justiça social. Porque a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo voto pelo consentimento expresso do sufrágio popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado²⁸⁸.

Isso em resposta à posse de Figueiredo, que não foi garantida pela votação popular. Outra coisa devemos pontuar nesse discurso de Chico Pinto que diz muito sobre as mudanças históricas: ele foi à tribuna da Câmara denunciar também a presença de um ditador no solo brasileiro, Alfredo Strössner, do Paraguai, na posse de Figueiredo. Todavia em 1974, justamente por denunciar a presença no Brasil do ditador Augusto Pinochet, do Chile, ele foi cassado e saiu da Câmara. No seu regresso fez o mesmo, esse é seu primeiro discurso. Isso soa como um deboche e desafio na relação de poder. Mais além das motivações subjetivas ao enunciar tal discurso, verificamos que as condições objetivas, as mudanças da ditadura permitiram que ele fizesse a mesma denúncia sem sofrer as mesmas penalidades. Ele voltou a reafirmar seus preceitos, a dizer qual sua direção, que não é a de confraternizar com os

²⁸⁶Jornal Movimento, 15 a 21/1/79, Ed. 185, P.4. O incrível ministério de Figueiredo.

²⁸⁷Idem, p.3.

²⁸⁸PINTO, Francisco. **A posse do general Figueiredo não é honrada pela Unção popular** (14 de março de 1979) In: PINTO, Francisco. Caminhando com o Povo. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p.6.

ditadores da América ou de qualquer outro continente, e de manter sua postura de denúncia e intolerância para com estas. Disse:

Sei que é ilusório falar em liberdade e justiça em nosso continente, enquanto grupos privilegiados enfeixam em suas mãos a riqueza e o poder e milhões de homens vivem na miséria. Liberdade e justiça continuaram sendo simples palavras, embora grandes palavras, desprovidas de conteúdo real e verdadeiro, para milhões que formam a essência da pátria latino-americana²⁸⁹.

Sinais de mudanças nos tempos: o Congresso havia sido fortalecido, os posicionamentos se modificavam, a bandeira de defesa da democracia se expandia e popularizava; até a posição da Arena já se modificava, havia migrações de arenistas para o MDB. E o número de *Autênticos* também cresceu²⁹⁰. (Ver anexo 3)

Enfim, um conjunto de modificações possibilitava uma posição mais contundente de ofensiva à ditadura, e de maior possibilidade de atuação dos políticos. E aqui falaremos do temas do discurso de Chico Pinto que são as bandeiras levantadas pela sociedade, tais como a Anistia, Legalização da UNE, direito dos trabalhadores e greves.

4.2 Posse de Chico Pinto

Chico Pinto voltou ao Congresso em 1979 com expressiva votação. Em 1970, a quantidade de votos foi de 34.298²⁹¹, em 1978, 117.807. Verificamos um desencontro entre os dígitos do *Jornal Movimento* e o do Tribunal Superior Eleitoral, consideramos, portanto, os dados oficiais do TSE. E vemos um crescimento elevado da sua aceitação enquanto político no *campo*.

²⁸⁹Idem. p.6.

²⁹⁰Jornal Movimento, 27/11 a 03/12/1978. Ed. 178, p. 5. O crescimento dos Autênticos.

²⁹¹Dados do TSE. Disponível em: http://estatistica.tse.jus.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:3234555607079500::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S acesso em 10 de dezembro de 2012; não tem os dados do ano de 1978, mas os de 1982, que foi de 82247, e de 1986, 55086.



Chico Pinto (com o boné que usa nas campanhas eleitorais desde a eleição de 1962): votação consagradora.

Chico Pinto em foto nas páginas do *Movimento*

Francisco Pinto na campanha, em 1978, e início do mandato de 1979 começou gerando polêmica nas páginas do jornal *Movimento* e na tribuna da Câmara. Em discurso na campanha eleitoral, no dia 3 de outubro, na Bahia, Francisco Pinto denunciou que “o ex-embaixador do Brasil na França, Antonio Delfim Netto, recebia percentual em dólares de todas as transações que o governo brasileiro realizava com o governo francês. As comissões eram depositadas numa conta particular num banco francês” (o dado está incorreto, depois ele corrigiu, na verdade era um Banco Suíço)²⁹².

Delfim Netto, o mentor do “milagre econômico”, foi embaixador do Brasil na França entre 1975 e início de 78, e declarou, segundo o *Movimento*:

em entrevista ao *Jornal do Brasil* publicada em 22 de janeiro de 1978: ‘enquanto fiquei em Paris procurei honrar a confiança do presidente da República, acho que cumpri o meu mandato de embaixador honestamente e que tive grande alegria nessa convivência com a França’²⁹³.

Francisco Pinto, em discurso de campanha falou de denúncias presentes em um documento até aquele momento desconhecido ao público, um dossiê feito pelo adido militar na França, cel. Raimundo Saraiva, informando falcatruas de Delfim Netto e seu *boys*²⁹⁴ na embaixada do Brasil na França, o que ficou conhecido como Relatório Saraiva. As acusações eram de que Netto estava transformando a embaixada brasileira num comércio particular, e

²⁹²Jornal Movimento, 5 a 11/2/79, Ed. 188, p. 11. O Nosso relatório Saraiva.

²⁹³Idem.

²⁹⁴Nome que o jornal deu ao grupo de Delfim Netto envolvido nas jogadas na Embaixada.

tirava vantagem pessoal de dez por cento de toda negociação, o que inclusive, gerou um apelido da Embaixada brasileira na França, “Ambassade dix pour Cent”.

Sabendo da existência desse relatório, denunciou-o e pediu apuração dos fatos pelas autoridades. Na ocasião do discurso ele teve notícias sobre o afastamento do general Hugo Abreu, que supostamente havia denunciado corrupções. E ao trazer à tona esse fato, Delfim Netto pediu licença para cassar Chico Pinto. Segundo o *Movimento* a Câmara negou o pedido “por 250 contra 85 e 11 abstenções”²⁹⁵. O diário do Congresso trouxe essa resolução, no dia 5 de abril de 1979: “Art. 1º.1 É negada a licença solicitada pelo Supremo Tribunal Federal, através do Ofício n 9 074/P, de 23 de fevereiro de 1979, para o processamento criminal do Senhor Deputado Francisco José Pinto dos Santos”²⁹⁶.

Depois que a Câmara negou a Delfim Netto a possibilidade de processar Francisco Pinto, aquele começou os ataques em outro formato. Para fugir das acusações, Delfim Netto tentou desviar as atenções para Chico Pinto, lançando em jornais acusações sobre o deputado para desmoralizá-lo frente à opinião pública. Delfim Netto e seus aliados, que o *Movimento* chamou de “Delfim’s Boys”, montaram um dossiê sobre Pinto e lançaram no jornal Correio Braziliense. Segundo *Movimento*, foi o próprio editor do Correio quem disse ao *Movimento* que foram os “amigos” do Delfim quem entregaram esse dossiê²⁹⁷.

O dossiê forjado pelos “Delfim’s Boys” era uma carta ao suposto cel. Sebastião Castro com parte do IPM de Pinto, de 1964. Nele constava que Pinto denunciou a ligação de alguns adversários políticos seus com o comunismo, eram esses: Arnold Silva, Carlos Rubino Bahia, José Marin Falcão, Joselito Falcão de Amorim (no jornal a grafia esta equivocada “Joselino”), Helder Alencar, Wilson Falcão, Alberto Oliveira e Odilon Diogo de Santana²⁹⁸.

O que parece um equívoco, pois estes foram personagem que apoiaram e prepararam o golpe na cidade de Feira de Santana. Isto pareceria um equívoco de Delfim Netto, no entanto as denúncias existiram, Francisco Pinto o fez, mas confessa em outro momento, que foi para confundir os ditadores²⁹⁹.

Chico Pinto lançou uma nota contra as acusações depois da publicação no Correio Braziliense. Também preparou um discurso para o dia da votação de sua possível cassação, discurso que o presidente do MDB, depois de decisão do partido, orientou-o a não fazer, pois, com tal discurso, não restaria à Arena senão a opção de votar a favor da cassação. Depois que

²⁹⁵ Jornal Movimento, 9 a 15/4/79, Ed.197, p. 6. A jogada dos Delfim’s Boys.

²⁹⁶ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05ABR1979.pdf#page=1> acesso em 11 de dezembro de 2012.

²⁹⁷ Jornal Movimento, 9 a 15/4/79, Ed.197, p. 6. A jogada dos Delfim’s Boys.

²⁹⁸ Idem, p. 7.

²⁹⁹ REVISTA PANORAMA. **Chico Pinto, a voz do contra**. 20 de agosto a 4 de setembro de 1985.p.12.

aprovaram a negação da licença para o processo, Chico Pinto voltou à tribuna da Câmara, com um discurso afiado de 14 páginas, intitulado, *O preço de uma denúncia*, para falar sobre o acontecimento.

“Afinal desta vez, e somente agora, posso ocupar a tribuna para falar sobre o processo que se pretendeu mover contra mim”³⁰⁰, diz Pinto, sobre seu silêncio até o momento, devido à decisão do partido em fazê-lo calar. E Pinto o fez, pois estava em jogo a imunidade parlamentar, tratava-se de um “imperativo disciplinar do meu partido”³⁰¹ disse ele. “Calei-me assim, nesta Casa, a contragosto, embora ouvindo ao meu redor toda sorte de injúrias, difamações e o levantamento de suspeitas sobre meu pretensão temor em enfrentar, nos tribunais a realidade de minhas afirmações”³⁰².

Pinto disse que nunca temeu os processos, mesmo sem imunidade parlamentar. E no seu discurso fez uma exposição da sua trajetória, mostrando exemplos desse fato.

Vivi esses quinze anos – hora a hora, dia a dia – não como espectador passivo dos acontecimentos, nunca esperando que se fizesse o giro natural da história, mas ao contrário, exposto aos riscos e imbuído do senso de viagem, abandonando o abrigo para arriscar-me ao relento. Deixando de ser para ser mais ainda, perdendo, como já perdi, por vezes, a liberdade para tentar salvá-la para todos³⁰³.

Ele mostra uma imagem de quem enfrentou e nunca se negou a enfrentar o inimigo, que foi o golpe vitorioso em 1964. Nesse discurso o seu objetivo era retrucar as acusações feitas pelos “Delfim’s Boys”, ou seja, uma tentativa de defesa da sua imagem de coerência e de homem de luta. E que Delfim Netto chamava de delator.

O discurso é armado com uma lembrança da sua trajetória a partir do golpe, quando era prefeito de Feira de Santana, e a tentativa de resistência. Relembra os métodos de construção dos IPMs, sob tortura nas prensas de fumos, feito por oficiais do Exército com brutal violência. Remonta às iniciativas de construção dos IPMs, porque são a eles que Delfim Netto se refere para acusá-lo, “os amigos do Sr. Delfim Netto, agora ressuscitam, numa evidente concordância com esses métodos”³⁰⁴.

Ele fala então que o ataque veio nos jornais numa “campanha sistemática de descrédito”, afirma:

Muda-se a forma, mas permanece a mesma agressividade violenta e estúpida. Variam os métodos. Já não podem os donos do Poder cassar mandatos ou levar ao

³⁰⁰PINTO, Francisco. **O preço de uma denúncia**(23/maio/79) In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982.p. 7

³⁰¹Idem.

³⁰²Idem.

³⁰³Idem. p. 8

³⁰⁴Idem, p. 10.

cárcere cidadãos e parlamentares, com a mesma desenvoltura irresponsável da vigência do AI-5. Os processos, agora, revestem-se de roupagens diversas e intentam na estafada técnica fascista mais cínica, atingir a respeitabilidade dos que lutam em favor das causas populares³⁰⁵.

E sobre as acusações de delator, levantadas pela imprensa, Chico Pinto diz para estes percorrerem a cidade de Feira de Santana e perguntar ao povo, “daqueles que sofreram na carne os efeitos do golpe, e não da voz dos opressores, daqueles que fizeram e ajudaram o movimento vitorioso ou a ele aderiram”³⁰⁶.

Depois de evidenciar seu posicionamento e defender-se das acusações, como para disputar sua imagem na opinião pública, ele contra-atacou, revelou que as denúncias do relatório é que deveriam ser de sumária importância. O relatório Saraiva, que o governo tentou dissimular afirmando a irrealdade do fato. Francisco Pinto falava da sua existência e das pessoas que já tiveram contato com este relatório, tais como o cel. Fritz Azevedo Manso, o ex-ministro do exército Silvio Frota - este inclusive disse que em caso de constituição de uma CPI deporiam e falaria a verdade.

Ao fim do discurso Francisco Pinto propôs a constituição de uma CPI sobre corrupção, para apurar as denúncias do Relatório Saraiva, pois para ele “Colaborar no trabalho para reconstrução democrática, Srs. Deputados é também atacar a corrupção e a impunidade, meeiros indissolúveis e parceiros inseparáveis do arbítrio, do autoritarismo e das ditaduras”³⁰⁷.

No Congresso Francisco Pinto ousou denunciar corrupções de umas das principais figuras do governo: Delfim Netto. Quase foi cassado. Há uma disputa constante entre os políticos sobre o tipo de imagem que querem ver vinculada a si. Francisco Pinto, nesse discurso, faz questão de reafirmar seu lugar de opositor ao regime. E mais, ele quer dizer sobre sua condição de lutador. O ataque ao caráter do político, como fez Delfim Netto, é uma estratégia política, assim como a construção de um discurso sobre si, sobre sua trajetória para demarcar um posicionamento, pois o político se sustenta da credibilidade, *capital simbólico*. A imagem, a referência, é essencial na trajetória do político, pois está diretamente ligada ao apoio dos eleitores. Percebemos no discurso de Chico Pinto um apego a sua própria figura, uma valoração de uma trajetória de luta, parte de uma estratégia de luta também.

³⁰⁵Idem, p. 13.

³⁰⁶PINTO, Francisco. **O preço de uma denúncia**(23/maio/79) In PINTO, Francisco. Caminhando com o Povo. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 14.

³⁰⁷Idem, p. 20.

4.3 Discursos e uma leitura da abertura

Como dissemos antes, os temas que guiam a feitura dos discursos de Chico Pinto são transversais ao grito de alerta da sociedade civil. Ele, enquanto *político profissional*, só tem um discurso e força de competição dentro do *campo* se acha apoio dos leigos. Ao mesmo tempo a formulação do seu discurso disputa o apoio desses leigos. Por isso então lemos seu discurso como um movimento amplo na sociedade que lhe dá sentido. Faz-se uma análise dos seus textos e conjuntura política nas linhas a seguir.

Francisco Pinto verificou as mudanças dos tempos denotadas pelas palavras que antes não se podia pronunciar e que naquele momento ecoavam nas bocas dos “cristãos novos” da democracia. O deputado dizia que antes havia um dicionário de vocábulos proibidos que denunciavam para o Serviço Nacional de Informação (SNI) quem era subversivo, as palavras eram: “reforma agrária, UNE, CGT, voto de analfabeto, anistia”³⁰⁸. No entanto, mudaram os tempos e esses vocábulos andavam até nas bocas dos rigorosos defensores do golpe, palavras como Anistia, inclusive, transbordava até na boca presidencial, sinais de mudança de tempos. Isso só foi possível, segundo Chico Pinto, pela ação popular e não pela bondade presidencial: “Mas alguns desses vocábulos ou siglas foram pouco a pouco, saindo do índice, não por iniciativa generosa do Governo, mas por força de amplo e profundo movimento de mobilização popular”³⁰⁹.

Chico Pinto descreveu o novo tempo e as movimentações da sociedade civil. O governo teve que aceitar a reorganização dos trabalhadores e estudantes, na UNE e da CGT.

Da edição do AI-5 pra cá, sobretudo neste período, o Governo só tinha ouvidos para escutar os reclames das classes dominantes. Aos patrões é conferido o direito de organizar e fortalecer confederações da indústria e do Comércio, e nega-se esse mesmo direito aos trabalhadores e estudantes. Esta é uma concepção atrasada do Estado capitalista. Seus doutrinadores e teóricos colocam o Estado como entidade acima dos interesses de classe, como ente conciliador e descompromissado. Sabemos que isso não é verdade. O Estado capitalista serve à classe dominante. Procura, apenas, camuflar sua postura aparentando isenção. Aqui no Brasil, porém, as coisas ficam às claras. A função precípua do Estado transparece nitidamente no esmagamento da classe dominada e na de todos os setores da sociedade que com ela se solidariza. A UNE não teria desaparecido ou já teria ressuscitado se o Governo soubesse que ela atuaria como força de apoio dos exploradores do povo. Sobrevivendo, porém, a sua própria extinção, apesar do aparato bélico da opressão, a

³⁰⁸PINTO, Francisco. **A UNE ressurgiu mesmo sem Anistia** (sessão de 28 de maio de 1979) In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 21.

³⁰⁹Idem.

UNE reestruturada é mais um organismo vivo a serviço da reconquista das liberdades perdidas e de outras tantas liberdades que nunca conquistamos³¹⁰.

O movimento estudantil foi muito presente no processo de luta contra a ditadura mesmo com a repressão aumentada na década de 1970. A UNE foi posta na ilegalidade, e durante a década de 1970, a movimentação dos estudantes universitários foi feita na clandestinidade. Em 1977 a UNE começou a se reorganizar, num processo de soerguimento de tantos outros movimentos populares, tais como o Movimento pelo Custo de Vida, as associações de bairro e o novo sindicalismo.

Francisco Pinto lançou seu discurso em direção a esses estudantes para falar das mudanças em curso, que nem o presidente nem os militares poderiam conter os rumos da história em que os trabalhadores e estudantes, dentre outros setores, adiantavam o fim da ditadura. Sobretudo, Francisco Pinto creditou essas mudanças históricas não à bondade presidencial, mas à conquista popular. Seu discurso se inscreve no apoio da refundação da UNE, e de todos os setores que lutaram contra a ditadura. Nesse sentido, Chico Pinto dizia:

Uma vez mais, a vontade organizada de um setor da sociedade sobrepôs-se à determinação recalcitrante do sistema, que a ela teve de curvar-se.

Saudemos, pois, nos estudantes e, na futura UNE, mais uma vitória da consciência democrática do povo brasileiro³¹¹.

Percorremos outros discursos de Chico Pinto analisando a quais setores da sociedade ele se dirige. Ele faz referência, em dois discursos, a outro personagem desse período, Theodomiro Romeiro dos Santos. Um discurso em 20 de agosto de 1979, titulado *Theodomiro Busca a Liberdade e professores baianos fazem greve por salário* e o outro de 3 de dezembro de 1979, *Theodomiro continua mofando na Nunciatura*³¹².

No primeiro discurso Francisco Pinto falou da fuga de Romeiro da cadeia. “sem perspectiva de ser anistiado pelo projeto do Governo, Theodomiro não fez greve de fome. Seu protesto foi de outra natureza, preferiu sair da prisão”³¹³. No segundo, voltou a falar de

³¹⁰PINTO, Francisco. **A UNE ressurgiu mesmo sem Anistia** (sessão de 28 de maio de 1979) In PINTO, Francisco. Caminhando com o Povo. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 22.

³¹¹ Idem.

³¹²O discurso de Chico Pinto, titulado, *Theodomiro busca a liberdade*, se refere a carta que Haroldo Lima fez para anunciar a fuga de Theodomiro da Lemos de Brito. O segundo, *Theodomiro Romeiro continua mofando na Nunciatura*, diz respeito a fuga de Theodomiro da Lemos de Brito, ele que foi se refugiar na Nunciatura Apostólica em Brasília (MOVIMENTO, Ed. 251, 22/4/80 P.21).

³¹³PINTO, Francisco. **Theodomiro Busca a Liberdade e professores baianos fazem greve por salário** (sessão de 20 de agosto de 1979), In: PINTO, Francisco. Caminhando com o Povo. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 23.

Theodomiro, para destruir o silêncio que os jornais e Câmara de Deputados emitiam a respeito dele e pediu esclarecimentos ao governo:

A imprensa não noticia mais nada, possivelmente, porque não tem notícia. A Nunciatura não informa nada, certamente porque a diplomacia tem a mística das operações sigilosas. O Parlamento não fala nada, naturalmente porque este fato não lhe rende votos³¹⁴.

Esse grito de alerta sobre o silêncio do governo e das pessoas é também um sintomático movimento no momento histórico, pois o risco de silenciar sobre um caso era o risco de permitir o desaparecimento de sujeitos, prática comum do regime para acabar com as oposições. Theodomiro Romeiro é um dos tantos sujeitos desconhecidos da História, pois faz parte daqueles que não estão no centro do Poder, mas na margem e se movimentando contra tal, como foi o caso de sua história de resistência contra o golpe de 1964.

Theodomiro Romeiro dos Santos foi o primeiro preso político condenado à pena de Morte no Brasil. Reagiu a uma tentativa de sequestro dos militares e acabou matando o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, no dia 27 de outubro de 1970, em Salvador. Todavia não escapou e foi preso na Penitenciária Lemos de Brito, junto com Paulo Pontes. Os dois faziam parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR.

No Jornal *Movimento* havia uma sessão direcionada às cartas dos leitores, e na edição de 2 de julho de 1979, traz uma carta de Theodomiro Romeiro, intitulada *Juiz nega liberdade a Theodomiro*, falando da negativa de lhes concederem o benefício da condicional. Eis um trecho:

Meu nome é Theodomiro Romeiro dos Santos e, atualmente, me encontro preso na Penitenciária Lemos de Brito, cumprindo uma pena de 16 anos, seis meses e 25 dias a que fui condenado por lutar contra a ditadura militar que se apossou do poder em abril de 1964.

Estamos presos desde outubro de 1970, já tenho direito ao benefício da liberdade condicional. E foi baseado neste direito que os meus advogados entraram com pedido de livramento justo à auditoria da 6ª CJM.

(...) Denuncio a todas as pessoas que lerem esta carta, o processo de perseguições políticas e ameaças a que estou submetido e convoco a todos para lutar contra as perseguições da ditadura, por uma anistia ampla, geral e irrestrita³¹⁵.

O caso de Theodomiro Romeiro demonstra o caráter restrito da Anistia que o governo preparou. Por sua vez, Francisco Pinto, defendeu a Anistia ampla, geral e irrestrita como era o grito da sociedade civil. O que queremos dizer com isso é que, como os demais casos que Francisco Pinto defendeu, este era um discurso fundado na realidade do momento histórico.

³¹⁴PINTO, Francisco. **Theodomiro continua mofando na Nunciatura** (sessão de 3 de dezembro de 1979) In: PINTO, Francisco. op. cit. p. 26.

³¹⁵Jornal Movimento, 2 a 7 de julho de 1979, Ed.209, p. 22. Juiz nega liberdade a Theodomiro.

Seu discurso se filiava aos setores organizados contra o regime, a exemplo da UNE, de Theodomiro dos Santos, que era militante comunista e representante da luta pela Anistia.

Outros personagens aparecem nos discursos de Francisco Pinto na época. Em especial um personagem que tomou de assalto a história da transição: a classe trabalhadora. É possível rastrear no discurso de Pinto a centralidade das lutas organizadas dessa classe, a organização das greves espalhadas por todo o país e seu apoio para essa classe, bem como entender sua concepção sobre a relação entre o Estado e classe trabalhadora no Brasil.

Dos trezes discursos selecionados que estão numa brochura chamada *Caminhando com o povo*, publicado pela Câmara de Deputados, cinco são sobre greves de trabalhadores e os demais se somam entre temas referentes à movimentação popular na Bahia e Brasil. O próprio título da encadernação é sintomático, “caminhando com o povo”: assim Chico Pinto se coloca na posição de um parlamentar que enuncia um discurso para determinado grupo social, que ele chama de povo.

Assim como diz Bourdieu³¹⁶, o político dentro do campo tem sempre um discurso direcionado para um dado grupo, e mais, ele só capta força suficiente para permanecer no *campo* se seu discurso for bem aceito pelos “leigos”, por isso, esse é também um discurso que se modifica no devir histórico, conforme as demandas da sociedade civil. Percebemos essa variação no discurso de Chico Pinto. Os trabalhadores e seus instrumentos de lutas, como as greves, são centrais no seu discurso, bem como o seu entendimento sobre a realidade entre trabalho e Estado. A exemplo, no discurso já citado, Francisco Pinto fala das greves na Bahia: “Cerca de quarenta mil professores do 1º e 2º graus pararam na Bahia. As gestões anteriormente desenvolvidas pelos mestres, reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho, esbarraram na intransigência governamental”³¹⁷.

Os professores na Bahia fizeram greve e a reação do governo, que na época era Antonio Carlos Magalhães (empossado desde março de 1979), era a da repressão e a de acusar os líderes de responsáveis pela eclosão de tais greves. Para Francisco Pinto, acusar os líderes pelas greves era desconhecer as origens dessas. Nem os líderes baianos, nem de outros lugares (uma clara referencia a Lula que foi preso pelas greves em São Paulo) teriam capacidade de organizar uma multidão, se esta não sentisse a real necessidade, se não “estivesse enraizada nas próprias aspirações coletivas”.

³¹⁶BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

³¹⁷PINTO, Francisco. **Theodomiro Busca a Liberdade e Professores baianos fazem greve por salários** (sessão de 20 de agosto de 1979). In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 23.

Os motivos objetivos da greve estavam nas condições de exploração, na expressão de Chico Pinto: “é impossível alguém viver com salário de cerca de 2.000 cruzeiros, como vive um professor primário contratado pelo Estado”³¹⁸.

E a argumentação do governo para explicar tais salários é a falta de verbas públicas, o que Pinto contestou:

O Estado brasileiro, hoje, não é somente um Estado brutalmente armado para a repressão. Ele é fortemente armado no campo financeiro, com o extraordinário aumento da sua capacidade tributária. O que ocorre é a existência de um equivocado processo de prioridades onde o homem aparece apenas como objeto secundário da história³¹⁹.

Conclui seu discurso com o seguinte texto:

Já os grevistas são os inimigos. Inimigos de uma ordem que interessa às elites embrutecidas, às minorias insensíveis, mas não serve aos interesses das grandes massas da população. [...] ao povo interessa a destruição da ordem injusta, para que se estruture uma nova ordem não verticalizada e não opressiva para que os explorados de hoje tenham a sua vez amanhã³²⁰.

Francisco Pinto elencou os motivos da greve, falou dos resultados das negociações com o governo e concordou que a única via de modificação das prioridades do Estado é a organização dos trabalhadores e a destruição dessa ordem de coisas.

No segundo mandato, Francisco Pinto tem um discurso mais incisivo de ataque ao governo e de propor uma organização dos trabalhadores. A abertura política possibilitou também construir um discurso mais rigoroso, sem maiores riscos de cassação ou retaliações mais violentas.

Em outro discurso no dia 22 de abril 1980 voltou a afirmar suas convicções sobre a técnica de negociação do governo com a classe trabalhadora:

A classe operária no Brasil – diziam – foi sempre tratada ‘a pata de cavalo’ e não será ainda agora que isso vai alterar-se. Hoje, na verdade, Sr. Presidente, os métodos de debate com a classe operária se aprimoram. O argumento mais forte e convincente na discussão de melhores condições de trabalho é a eficiência dos cassetetes, das bombas de gás lacrimogêneo e dos fuzis-metralhadoras. [...] E a necessidade se mede pelo interesse dos patrões³²¹.

³¹⁸Idem. p. 24.

³¹⁹Idem. p. 25.

³²⁰PINTO, Francisco. **Theodomiro Busca a Liberdade e Professores baianos fazem greve por salários** (sessão de 20 de agosto de 1979). In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 25.

³²¹PINTO, Francisco. **Governo capacho, trata operário a pata de cavalo** (sessão de 22 de abril de 1980). In: PINTO, Francisco. op. cit. p. 28.

Pinto fez uma abordagem sobre os países de capitalismo avançado, em que o governo sofisticou as técnicas espoliativas da classe operária. Mas no Brasil, para ele, “tudo é feito diante da aliança desavergonhadamente simplista do sabre e da baioneta com o capital espoliador para esmagar o povo”³²². É uma constatação sobre a realidade, no ponto de vista do deputado, sobre a condição de negociação entre trabalhadores e Estado.

porque o governo é mais dócil e menos inteligente. Porque o Governo é mais capacho, mais submisso e menos competente, e não é capaz de impor à FIESP que volte a negociar com os trabalhadores. É que a dominação, neste lado escuro do mundo se faz às escâncaras. Ora instituem regimes democráticos formais, ora o derrubam como fizeram no Brasil em 1964, ou no Chile em 1973, utilizando-se dos próprios nacionais para escamotear, com truques de trapaceiros, a consciência nacional humilhada³²³.

Na sessão de 12 de maio de 1980, Pinto abordou sobre as mudanças nas regras do jogo político. Disse que o governo, pressionado pelas manifestações dos trabalhadores que se avolumaram pelo país, mais as pressões externas, teve que ceder, fazer “algumas tímidas concessões no campo institucional”, como a revogação do AI-5.

Mas, por outro lado, o Ato Institucional mantém-se revigorado, com outra marca e com outro rótulo, atingindo e vitimando os operários. Hoje, uma simples Portaria de um Ministro do Trabalho – alcunhado de Ministro dos Patrões – sem qualquer formalismo de reunir, ao menos, o Conselho de Segurança Nacional, é suficiente para cassar mandato de dirigentes sindicais, detentores de uma representatividade tão expressiva ou maior que a nossa e eleitos, também pelo voto direto e secreto de seus companheiros³²⁴.

Francisco Pinto fez outro balanço da conjuntura política de constante omissão do presidente, que tinha pronunciamentos do tipo: “não há mais preso político no país”, reconhecendo assim que antes havia. Em um período que se negava qualquer prática desse tipo, afirmou Pinto “e, a cada movimento social, as cadeias se enchem de presos, como ocorre, com os professores de Minas Gerais e metalúrgicos de São Paulo”³²⁵. Francisco Pinto reconhece também a falácia do governo sobre a Anistia, “Mas anistiados na área militar não voltaram aos quartéis”³²⁶.

Negam-se a negociar com os operários paulistas sob a alegação de que transgrediram a lei imposta. Prendem Luís Inácio e seus companheiros porque

³²²Idem. p. 29.

³²³PINTO, Francisco. **Governo capacho, trata operário a pata de cavalo** (sessão de 22 de abril de 1980). In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 29.

³²⁴PINTO, Francisco. **Quem intervém e prende operários no ABC, mantém reitor fascista na UnB**. (sessão de 12 de maio de 1980). In PINTO, Francisco. op. cit. p. 31.

³²⁵Idem. p. 31.

³²⁶Idem. p. 32.

desrespeitam, segundo eles, a monstruosa lei que os condena a ser escravos. No entanto, Sr. presidente, um capitão-de-mar-e-guerra, transvertido de reitor desrespeita a lei, desconhece o princípio da autoridade que jurou respeitar e nega-se a cumprir a determinação do Ministro da Educação quando impede que estudantes punidos, e posteriormente anistiados por participarem de atos legítimos em passado recente, matriculem-se na Universidade Federal de Brasília, que pertence a Nação e não é propriedade de um emperdenido fascista³²⁷.

Esses discursos permitem observar os limites da Anistia, que já se propalava na boca presidencial, que já se estabelecia. Da abertura política, que excluía setores populares das decisões centrais da política. Estudantes contrários à política ditatorial eram proibidos de se matricular na UnB, uma estratégia de delimitar os espaços atuantes das oposições. Bem como é o caso da prisão do líder sindical Luis Inácio da Silva, chamado Lula. Concluiu Chico Pinto: “Se o Presidente da república pretende, num passe de mágica, fazer da ditadura uma democracia, deve, ao menos, respeitar a vontade das maiorias”³²⁸.

No discurso de 2 de junho de 1980, Pinto, criticou a visão geral que se criou na sociedade da naturalização da pobreza, da fome, dos baixos salários, “vistos como fatalismos”, que parecia que só há uma solução: “esperar que as elites transbordem seu enriquecimento, para que as grandes massas se beneficiem com as migalhas e com suas sobras”³²⁹. Para Francisco Pinto, isso é maior:

Não há operário ou camponês, medianamente esclarecido, que possa enxergar no Estado um instrumento conciliador de classes, pairando acima delas, como querem fazer crer os teóricos do capitalismo. O Estado brasileiro, colocando-se sempre a serviço da classe dominante, deixa claro a quem serve. Se no episódio da greve do ABC o Governo ajudou a esmagá-lo pelo cansaço e pela violência, não foi diferente o seu comportamento em relação a greve dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e Barra do Choça³³⁰.

Novamente sua concepção do Estado como entidade de classe sobressai no seu discurso. Chico Pinto estava falando também da greve que mobilizou mais de 10 mil trabalhadores no centro-sul da Bahia e que foi fortemente reprimida, a polícia jogou bombas no sindicato dos trabalhadores rurais destruindo parte da sede. Ele falava que a greve acabou por causa da grande repressão e porque os patrões e governo se uniram e trouxeram para essas localidades pessoas de lugares mais secos, onde havia mão de obra abundante para substituir os grevistas.

³²⁷PINTO, Francisco. **Quem intervém e prende operários no ABC, mantém reitor fascista na UnB.** (sessão de 12 de maio de 1980). In: PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p. 32(sic).

³²⁸Idem.

³²⁹PINTO, Francisco. **Greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça** (sessão de 2 de junho de 1980). In: PINTO, Francisco. op. cit. p 33.

³³⁰ Idem.

Chico Pinto enfatizou o que para ele era o cerne da questão da desigualdade social: a pobreza que não é natural, mas sim, fundada no modelo econômico capitalista. A pobreza é então perpetuada como um mecanismo de desenvolvimento econômico, e administrado pelo Estado, lugar onde se concentram os dirigentes políticos a serviço de uma elite, que necessitam desse exército de reserva, da mão de obra empobrecida. Modificam as regras do fazer política institucional segundo seu interesse, quando necessário, fundando ditaduras ou democracias.

E nesse momento histórico que os trabalhadores que se organizavam e disputavam contra essa ordem das coisas, enfrentaram a repressão do Estado capitalista. No Brasil, greves de peões, professores e funcionários públicos, bancários, vigilantes, metalúrgicos, motoristas invadiram as ruas exigindo aumento salarial em alguns casos de 100%, fundamentalmente porque na época a inflação também subia nessa escala, e por estarem calejados dos anos de “milagre econômico”, que só lhes rendeu arrocho salarial. O ano de 1979 foi o período em que mais explodiram greves, e também muita repressão policial, pois o governo não queria permitir que os trabalhadores tomassem a cena na transição, pois colocaria em questão uma crise de hegemonia.

Assim, em 1980, Francisco Pinto fez seu discurso falando na greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça, reprimida com grande violência policial,

Mas a greve dos trabalhadores rurais da Bahia constitui-se em uma vitória: serviu para desmascarar ainda mais a abertura do general Figueiredo, porque, sendo um movimento legal, reconhecido pela própria Justiça do trabalho, recebeu o mesmo tratamento violento e ‘brucutizante’ dispensado aos movimentos que o regime julga ilegal³³¹.

Ainda em 1980, quando a greve já estava legalizada, os trabalhadores sofreram repressão, um pouco parecida com os dias atuais. Sentem o preço da liberdade democrática quando vão à rua fazer qualquer tipo de protesto.

Chico Pinto fez o discurso *Greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça* para se solidarizar com o Deputado João Cunha (*Autêntico*, MDB) que foi processado pelo Procurador geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal por fazer denúncias a respeito das greves do ABC. Chico Pinto foi reforçar as ideias de João Cunha. No discurso publicado pela Câmara foi cortado um trecho, em que ele dizia “que meia dúzia de pessoas, militares ou não, condecoram-se mutuamente, com medalhas de bom comportamento ou de

³³¹PINTO, Francisco. **Greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça** (sessão de 2 de junho de 1980). In PINTO, Francisco. *Caminhando com o Povo*. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. P. 34.

primeira comunhão, mas que na verdade não passam de coveiros da liberdade, assassinos da causa popular e aproveitadores dos recursos públicos”³³². E novamente Francisco Pinto ficou na mira do Exército. O problema era o governo abrir mais precedentes ao cassar Chico Pinto, afinal o momento era delicado, o governo fazia uma abertura controlada.

Chico Pinto escreveu uma matéria no Jornal *Movimento* opinando sobre a situação da abertura política no Brasil, aqui em suas palavras:

Os ideólogos do sistema sabem que o governo está isolado e que precisa reconquistar parte da classe média para impor-se melhor. A aliança, porém, governo-empresários esta de pé, com pequenas divergências, relativamente superáveis porque suas contradições são epiteliais.

O episódio da greve do ABC paulista serviu de campo experimental para um teste. O operariado do ABC é o mais numeroso, organizado e com o maior nível de consciência política do país. Contra a greve deflagrada se posicionaram o governo e o empresariado – estes, com algumas distonias, que não chegaram a comprometer a unidade das decisões. Os governos não fizeram concessão alguma. Declararam - por seus prepostos - que a greve era ilegal. Intervieram nos sindicatos. Destituíram e prenderam os dirigentes da classe operária, inclusive o seu líder maior – Lula. Desencadearam a violência e por fim impuseram uma derrota militar incondicional a um problema social como se estivessem enfrentando uma batalha militar. Com esse procedimento testaram o grau de resistência do operariado, em área específica, e observaram o tipo de solidariedade efetiva que foi dada pelos mais diversos setores sociais, inclusive, e sobretudo, pelos operários do resto do país³³³.

Chico Pinto então perguntou qual a diferença entre a greve ilegal ou legal, se a legal é reprimida com a mesma força bruta? Ele então chama Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, de “**alter ego**” dos militares. Porque na Bahia esse era a “razão” dos militares, era ACM quem dizia o que os militares deviam fazer, como fez com a repressão dos camponeses de Barra do Choça.

Uma das características mais marcantes do discurso de Chico Pinto é a ironia, com uma inteligência muito sagaz. Em 20 de novembro de 1980, voltou à tribuna parlamentar para falar sobre “Um primor de cinismo do presidente da República”. A mensagem do presidente para o povo nordestino, segundo Pinto: “Vá à Igreja – disse impávido o nosso General Presidente – e pergunte a Jesus Cristo, quando vamos poder melhorar a vida do nordestino; talvez ele possa responder. Não temos recursos. Daqui a dez, quinze anos, quem pode saber?”³³⁴.

Francisco Pinto, todavia, contestava esse cinismo:

³³²Jornal Movimento, 9 A 15/06/1980, Ed. 258, P.3 Carapuça sob medida.

³³³Idem, p.4. A trilateral, a política brasileira e o imperialismo.

³³⁴PINTO, Francisco. **Nordeste**: um primor de cinismo do presidente da república, sessão de 20 de novembro de 1980. In: PINTO, Francisco. Caminhando com o Povo. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982. p 38.

(...)não é verdade que faltem recursos para socorrer o Nordeste os famintos, nem para atender os lúpens nem acudir os desempregados, nem assistir os subempregados, nem ajudar os que perderam o que plantaram (“planteem que o governo garante”), nem enfim, executar um projeto definitivo para a economia nordestina, ainda que sob o regime capitalista³³⁵.

Francisco Pinto então falou dos números: não havia 8 bilhões de dólares para investir contra a seca, todavia havia 30 bilhões de dólares para construção da Usina Atômica de Angra dos Reis, outros bilhões para a construção da Transamazônica e para ponte Rio-Niterói. Para Pinto era tudo uma questão de prioridade no investimento, e como já afirmara em outros discursos, o humano não é prioridade no capitalismo.

Francisco Pinto nesse período tem um discurso cheio de referências ao marxismo. Ele confessa que, durante a prisão, com o processo do caso Pinochet, se dedicou à leitura dos clássicos marxistas. Na sua biblioteca pessoal³³⁶ também encontramos alguns exemplares de Marx, Lenin, dentre outros. Por exemplo, palavras novas surgem nos seus discursos, como “lúpens”, esta falando do lumpem proletariado, conceito de Marx. Identificamos as mesmas referências em sua análise sobre a luta de classes e o Estado como o gabinete dirigente da burguesia.

Francisco Pinto falou ainda dos conflitos de terra no Araguaia, com camponeses expulsos da terra pelos latifundiários, alguns até com licença de ocupação cedida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Mais o caso da greve de professores universitários, 14.000 docentes em greve em onze universidades paradas. Esses são os excluídos das prioridades das políticas públicas. E para Francisco Pinto, são esses setores que devem ser prioritários. Percebemos um setor específico para o seu discurso, que eram os trabalhadores em greve e os camponeses.

Na sessão de 24 de junho de 1981, Francisco Pinto denunciou a violência praticada pelo governo contra os jornais alternativos, com a prisão de repórteres. Os jornais atacados foram *Movimento*, *Tribuna da Luta Operaria*, o *Jornal do Povo*. O que Francisco Pinto desenha nos seus discursos nada mais é do que a imagem da sociedade do momento, sua constatação do momento histórico da anistia, da abertura política com a abolição do AI-5.

A ditadura se institucionalizou com a supremacia do Executivo e a repressão de participação política ou manifestações na sociedade civil. A burguesia teve controle do Estado e dos canais de desenvolvimento do capitalismo associado com a representação das organizações na sociedade civil e aniquilamento de qualquer tentativa de oposição. Para tanto

³³⁵Idem. p 39.(sic).

³³⁶Acervo do Labelu/UEFS.

as Forças Armadas tiveram função especial em controlar e reprimir com violência essas iniciativas de participação popular.

A inibição da participação popular na política estava presente na estruturação sindical, roubando destes a autonomia de organização e reivindicação da classe. Nessa interpretação do processo de transição e abertura política, contrária a interpretação que coloca no centro do debate a abertura iniciada pelos ditadores, verifica-se a centralidades dos trabalhadores.

Em 1978, o movimento popular cresceu, concordamos que a maior fonte de pressão para a abertura política foi a entrada em cena dos trabalhadores, com as grandes greves no centro financeiro mais importante do país na época, São Paulo³³⁷. Estava em xeque a organização política e econômica da ditadura, o arrocho salarial, e o questionamento do milagre que Delfim Netto tentava reviver, mas que dependia da divisão desigual do “bolo”, que bem lembra o dito popular: “quem parte e reparte e fica com a menor parte ou é besta, ou não tem arte, ou não sabe repartir”. Nessa divisão injusta a minoria levava o grande quinhão, enquanto o custo de vida aumentava e o salário defasava. Mesmo com toda a pressão e organização popular a abertura política foi feita de forma controlada e pelos de cima para evitar que os subalternizados tivessem maior espaço.

4.4 “É tempo de homens partidos”

Com o início da legislatura e o retorno de Chico Pinto, os *Autênticos* resolveram voltar à sua organização. Havia uma queixa de que desde 1975 faltava articulação ao grupo. Embora houvesse a movimentação dos *Autênticos*, não havia uma luta coordenada como até 1974. Inclusive, foi por essa desorganização que se fundou o grupo dos *neoautênticos*, que tomaram as atitudes mais progressistas na legislatura de 1975-79.

Vemos nas páginas do jornal *Movimento* notícias sobre a possível rearticulação dos *Autênticos* com a existência de algumas reuniões. O objetivo das reuniões era reorganizar a luta parlamentar e criar uma estratégia de luta extra-partidária. Nesse momento a aliança com os líderes sindicais era central na articulação dos *Autênticos*, sobretudo porque eles davam peso às causas populares em seus discursos, e o momento histórico era marcado pela centralidade das lutas dos trabalhadores com as grandes greves. A tentativa de aproximação com os grevistas era essencial para sair do isolamento e transformar o ideal em real, ou seja, sair da defesa da classe trabalhadora no discurso para uma intervenção mais real. Para

³³⁷Ver SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores e da grande São Paulo 1970-1980**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Francisco Pinto a reorganização dos *Autênticos* tinha uma função central: unir-se às forças populares.³³⁸

No entanto, em 1979 chega ao fim o bipartidarismo. E para os *Autênticos* um novo desafio: manter-se no MDB ou fundar um novo partido? E mais, no contexto das grandes greves da classe trabalhadora, o desafio era que tipo de partido?

Segundo notícia do *Movimento*, a discussão dos *Autênticos* girava em torno de que tipo de partido estes formariam depois da anunciada reforma partidária do governo:

A distinção das tendências do grupo autêntico feita pelo deputado Francisco Pinto, que também esteve em São Bernardo, é outra: <<De um lado, os que querem um partido popular, formado sob a hegemonia da classe trabalhadora. Do outro, os que desejam uma aliança com os trabalhadores, visando sua manipulação>>. Os dois concordam, porém, que é necessário à oposição se organizar num partido depurado dos elementos adesistas - <<que afinal não são da oposição>> - e que se aproxime cada vez mais dos setores populares, definido um programa que contemple profundas transformações do modelo sócio-econômico e político vigente³³⁹.

Se um partido não sobrevive sem atender às demandas dos setores fora do *campo político*, a aproximação, pelo menos discursiva, com a classe trabalhadora parecia necessária nesse momento para a sobrevivência do grupo *Autêntico*. O discurso e o programa partidário devem acompanhar as mudanças do tempo e acomodar as demandas das camadas que dizem representar, ou este partido deixa de existir. Pensada por esse viés é que vemos a aproximação do grupo *Autêntico* com a classe trabalhadora. Mas ver-se aí também o limite de existência desses. Como grupo, nunca tiveram ligações orgânicas com a classe trabalhadora, e isso ficou evidente na abertura. Pinto e os redatores do *Movimento* se esforçaram para fazer essa aproximação, mas: 1) até onde pretendiam ir em seu esforço? 2) quem eram e qual o poder de fogo dos que se opunham a tal orientação? Não temos, todavia, fonte suficiente para demonstração dessas questões. E aqui fica a pergunta para especulação.

Com o fim do bipartidarismo, o que aconteceria com o MDB? Petrônio Portella, ex-ministro e articulador do governo em junho de 1979, já havia anunciado as possíveis mudanças, e especulava sobre o MDB:

<<Ulysses Guimarães ficará no mesmo partido de Francisco Pinto e de Jarbas Vasconcellos? >>, pergunta Portella. E ele mesmo responde: <<Francisco Pinto vai defender um partido que lute pela extinção da propriedade privada dos meios de produção, partido do qual o Ulysses jamais participará>>³⁴⁰.

³³⁸Jornal Movimento, 21 a 27/5/79, Ed. 203, p. 7. O grupo Autêntico deve existir?

³³⁹Jornal Movimento, 11/6/79, Ed. 206, p9. As criaturas vão se voltar contra o criador?(sic)

³⁴⁰Idem, p. 8. (sic)

A percepção do Petrônio Portella é de Francisco Pinto enquanto um comunista. Havia outra especulação na época sobre o interesse do governo em fazer tais reformas. E uma explicação se tornou central sobre esse assunto: seria uma estratégia de dividir a oposição que crescia com o MDB. Tal pronunciamento de Portella pode se desenhar nesse tom, isto é, que uma vez extinguindo o MDB a oposição se enfraqueceria, pois havia tendências divergentes que se distanciariam, e exemplifica com as figuras de Chico Pinto e Ulysses Guimarães. E mais, era preciso fortalecer o partido do governo, pois a Arena havia perdido credibilidade.

No entanto, nem sempre se dá a devida importância ao fato de que a classe trabalhadora estava organizada e, antes da reformulação partidária, já se articulava para montar um partido dos trabalhadores. Com as greves do ABC, e todas as outras greves pelo país, a classe amadureceu o bastante, também ganhou força suficiente para ameaçar o governo, superou a fase do reconhecimento da necessidade de reivindicações econômicas para partir à etapa de disputar no *campo político*, formando um partido da classe. E estes não queriam aliança com o MDB.

Francisco Pinto e outros deputados dos *Autênticos* foram para reuniões em São Bernardo com alguns líderes sindicais, que tinham em mente a fundação de um partido dos trabalhadores. Todavia, estes não queriam aliança com o MDB, pois embora houvesse forças progressivas no MDB, havia também os *Adesistas*, mais todo um histórico negativo do MDB enquanto um partido da ditadura. E no mais, os sindicalistas lutavam pela construção de um partido de classe, com autonomia. No MDB ainda predominava a ideia de uma frente ampla de luta contra a ditadura, só que os trabalhadores assumiram uma força na história e não mais queriam se vincular com um partido marcado pela heterogeneidade, pela miscelânea de classes.

Na avaliação de Chico Pinto a reformulação partidária ficava no seguinte critério:

Quando o sistema pretende reformular os partidos, o faz dentro de uma concepção mais abrangente do que a simples preocupação de dividir a oposição. Esse é também um componente, mas não o principal. O que tem em mira é fortalecer a reordenação os partidos, mantendo a hegemonia burguesa em todos eles e assim manipular melhor os oprimidos que descreem dos atuais partidos. As forças sociais, os partidos políticos têm uma função também catalisadora e disciplinadora dos movimentos de massa. As rebeliões populares no Brasil, greves e outras manifestações de inconformismo surgem às vezes de forma espontaneísta, sem qualquer tipo de comando. Canalizar para os partidos essas forças em ebulição interessa fundamentalmente ao sistema. É mais fácil para o governo discutir com lideranças efetivas do que ter que usar a violência indiscriminadamente para conter movimentos difusos e sem comando³⁴¹.

³⁴¹Jornal Movimento, 1 a 7/10/79, Ed. 222, p.4. Não devemos chorar o que passou.

Para Chico Pinto os partidos em sua maioria eram da burguesia e com organização podiam dispersar e disciplinar os movimentos dos trabalhadores. Seria um mecanismo de a burguesia manter o controle da entrada dos trabalhadores na política, ou seja, essa seria uma estratégia da transição controlada. Seria, no entanto, a tarefa importante para o partido dos trabalhadores nesse período, canalizar as lutas espalhadas sem organicidade nacional para um partido e disputar no *campo político*.

Chico Pinto defendia, por sua vez, um partido popular, com base nessas massas organizadas. Nessa tentativa de organização partidária Francisco Pinto ainda foi na Europa e na capital da Argélia, contatar com Miguel Arraes e Leonel Brizola, que lá estavam.³⁴² Viagem essa que Francisco Pinto denominou de um “tabaréu” no exterior, uma clara referência às suas origens de sertanejo, de feirense. Tabaréu é um adjetivo típico sertanejo para se definir alguém tímido diante ao desconhecido devido à origem simples de alguém do campo. Francisco Pinto encontrou-se também com Francisco Julião.

A proposta que está sendo delineada pela comissão de reorganização dos autênticos é, em linhas gerais, a mesma lançada por Chico Pinto ao voltar de sua viagem à Europa, onde esteve com líderes exilados e que ele resume como sendo <<costurar as oposições>>, formando a aliança entre as oposições não partidárias (operários, estudantes, Igreja) e as partidárias. Para Pinto, a frente dos partidos de oposição deveria ser a mais ampla incluindo a aliança com o PTB de Brizola pela democracia e até mesmo aliança conjunturais com o partido dos <<Independentes>> de Tancredo³⁴³.

Em dezembro de 1979 o governo então lançou a reforma partidária, com o retorno ao pluripartidarismo. Mais uma estratégia da abertura controlada, proposta por Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella. Os partidos criados foram: o PDS – Partido Democrático Social, herdeiro da Arena; o PMDB, filho do MDB; PP – Partido Popular: um partido liberal, dizia-se opositor ao regime, do qual um dos fundadores foi Petrônio Portella; PT – Partido dos Trabalhadores, fundado pelos sindicalistas do ABC; PTB – Partido Trabalhista Brasileiro que ficou com Ivete Vargas; e o PDT – Partido Democrático Trabalhista, ligado a Leonel Brizola³⁴⁴.

Chico Pinto permaneceu no PMDB, junto a outros fundou, todavia uma tendência denominada *popular* dentro do PMDB, com outros deputados. Para Francisco Pinto a *tendência popular* cumpriria a função histórica do grupo *Autênticos* e teria uma linha de

³⁴²Jornal Movimento, 23/7/79, Ed.212, P. 3. A viagem do “tabaréu”.

³⁴³Jornal Movimento, 30/7/79, Ed. 213, p.4. Últimas manobras.

³⁴⁴LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso Brasileiro**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.p. 79-80.

reivindicação parecida com o PT³⁴⁵. Todavia, uma pergunta fica sem resposta histórica, se Francisco Pinto defendia um partido popular e o nascimento do Partido dos Trabalhadores era justamente essa proposta tão defendida por Chico Pinto, porque ele permaneceu no PMDB, com Ulysses Guimarães? Outros *Autênticos* foram para o PT (consta a filiação dos *Autênticos* no quadro - Anexo 1). Não temos elementos para responder, mas o questionamento paira. A única maneira é especular sobre. E pensar na figura complexa, que pelos pronunciamentos verificamos um grande estrategista político.

Sobretudo, como os *Autênticos* foi um grupo parlamentar, nascido e firmado na luta interna dentro do MDB, o fim deste, significou o fim do grupo. Mesmo havendo essa possibilidade da criação de uma tendência popular dentro do PMDB, que não temos notícias sobre, a investigação do grupo e de um dos seus principais líderes, o Chico Pinto, como objetivo de investigação se delimita com o fim do bipartidarismo em 1979.

³⁴⁵Jornal Movimento, 1/10/79, Ed. 222, p.4. Não devemos chorar o que passou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a trajetória de Chico Pinto e dos *Autênticos* tem a importância de trazer à História sujeitos que, por razões diversas, são esquecidos pelas análises. É mostrar como as lutas sociais e políticas são de tamanha importância para a construção da sociedade e da história. Aqui também abordamos um momento específico da história do Brasil, a ditadura civil/militar, que por ser parte da história do Brasil tão recente ainda marca o presente de forma relevante.

Os *Autênticos* não são muito mencionados nos textos que falam sobre a resistência a ditadura. Esse texto tem o intento de reconhecer a trajetória de um grupo que incomodou os ditadores, que foi uma *pedra no sapato*, que de seu modo, com suas estratégias e táticas, ousou lutar contra a ditadura. Ao historiador não cabe o julgamento se o que fizeram foi certo ou errado, mas ao montar e reler fatos, entender a importância de um grupo histórico com limitações e ousadias de propor mudanças para o país, de denunciar uma ditadura. E aí, entender que a ditadura brasileira não se valeu somente da coerção, mas muito, também, do consenso. Silenciar sujeitos, manipular informações, fazer propaganda de valorização dos feitos da ditadura e censurar eram mecanismos de construção do consenso. Assim se deposita a maior força dos *Autênticos* de contra-atacar o discurso que valorizava os ditadores, de se valer de um espaço tão restrito como o Congresso para denunciar a farsa democrática, o modelo de vida social e a quem de fato interessava o desenvolvimento econômico projetado pela ditadura. Era uma disputa por *produtos simbólicos*.

Mapeamos o momento histórico do grupo *Autêntico*, e de Francisco Pinto. A partir do golpe de 1964 as regras do fazer política se modificaram. E ao longo da ditadura muitas outras mudanças se fizeram, posto que os que tomaram o Estado em 1964 não tinham um projeto permanente, e no mais sofreram confrontos das oposições todo o tempo. Sendo assim, o projeto da ditadura foi se modificando ao longo da sua existência. E o discurso de Chico Pinto e/ou a atuação dos *Autênticos* também se transformavam, acompanhavam a demanda histórica dos grupos com quem procuravam dialogar. Acompanhamos essas mudanças, em três momentos distintos da ditadura. Em 1971-74, o período do “milagre econômico”, do crescimento econômico que o governo fazia propaganda e conseguiu maior apoio da população, embora com censura e manipulação. Nesse período o discurso de Chico Pinto diz a quem atingiu o crescimento, qual a real condição da grande maioria da população, da

pobreza, do desaparecimento dos opositores, etc. E propõe uma saída para o Brasil, o fim da ditadura, um Estado nacionalista.

Em 1975-79, o milagre começou a mostrar fraqueza, e o grupo *Autêntico* a ter maior visibilidade de atuação e reconhecimento. Havia limitações, sobretudo, por conta do espaço de atuação, o MDB, um partido que nasceu da reunião de parlamentares com trajetórias e convicções muito diferenciadas, carente de uma maior articulação dos participantes e afetado pelas ações manipulatórias do Executivo que fazia o possível para ter uma oposição obediente. O próprio grupo dos *Autênticos* não tinha uma linha ideológica, foi um grupo feito com um único objetivo: lutar contra a ditadura. Não à toa, quando esta acabou aqueles deixaram de existir. Em 1975, o discurso do governo anunciava uma abertura, “a distensão lenta, gradual e segura”, os *Autênticos* por sua vez, denunciavam o caráter de tal “distensão”, os objetivos e a farsa. Francisco Pinto, fora do Congresso Nacional, encontrou outro local para atuar, para permanecer fazendo discursos ácidos contra a ditadura. Participou do jornal *Movimento*, uma tribuna livre, um jornal alternativo que operava como uma frente de luta contra a ditadura.

Nos anos 1979-82, a abertura começou a encaminhar-se para o ocaso da ditadura, por conta da pressão dos grupos sociais. As greves se espalharam pelo país, e antes que esses grupos tomassem de assalto os rumos da política no país, a classe dirigente achou prudente abrir canais de participação política, como era a pauta de reivindicação destes. Assim, a abertura política se configurou como uma transação pelo alto. E Chico Pinto, discursava dialogando com esses grupos organizados, falava das greves no país, da necessidade desses setores se organizarem e disputarem a política nacional.

Para além de fazer uma pesquisa a respeito do grupo, do deputado Francisco Pinto e de mapear um momento histórico, outra questão nos interessou: pensar a importância da metodologia e das teorias como instrumentos para o historiador examinar seu objeto. Nesse sentido, a proposta de entender o *campo político*, de Pierre Bourdieu, foi muito importante para o trabalho. Pretensiosamente, esse trabalho tentou fazer de seus conceitos, bússolas para escrever a história; um mecanismo de facilitar o entendimento de fatos evidenciados na pesquisa, posto que se não se tem um instrumento bem definido de como entendê-los, não dizem muita coisa para o historiador.

Francisco Pinto é um *político profissional* e seu discurso seleciona, classifica, dá sentido e valor a elementos da realidade, dialogando com as demandas históricas. O discurso tem a função de congregar pessoas ao projeto dos *Autênticos*, de lhes dar poder para permanecer no *campo* e usar o Parlamento para disputar contra os ditadores. Assim é que

verificamos um político estrategista e com um discurso muito bem construído. Colocou-se como opositor a ditadura e se valeu dessa imagem.

O Brasil de 1982 já era bem diferente, o *campo político* expressava isso. PT, PDT, retomada de greves e lutas dos trabalhadores. O *campo* era invadido por novas presenças, e se remodelava à medida em que a invasão se dava. O lugar ocupado até ali pelos *Autênticos* era esvaziado, desafiado: a posição ocupada no *campo* perdia suas propriedades de posição quando o próprio *campo* se reconstruía. Os *Autênticos* desapareceram. Os jornais nanicos, aos poucos, se extinguiram. Pinto seria ainda reconduzido ao Congresso, mas pouco depois desistiria da vida parlamentar – o personagem que ele criou já não tinha enredo na nova novela política brasileira. A história política brasileira passava para outros capítulos, outras mãos os escreveriam. As de Pinto, porém, deixaram marcas que não se apagam facilmente e que preservam brilho e relevo para quem se disponha a investigar a trajetória, os feitos e ditos daqueles que nunca se renderam quando tantos outros se aliaram ao poder fardado.

LISTA DE FONTE

1. Discursos:

PINTO, Francisco. **Pequena História de Uma Época**. Encadernação com discursos [sem referência de organização e publicação]

Discursos e data de pronunciamento:

Água para os camponeses de Caen - 19/10/1971;

Os perseguidos: Trabalhadores da Petrobrás - 27/11/1971;

Os novos cassados: Candeia – Camaçari – Lauro de Freitas – Simões filhos - 29/06/72;

Exército: Nem guarda pretoriana nem tropa de assalta SS. - 18/08/72;

O processo do jornal da Bahia e outros abusos - 29/09/72;

Povo sacrificado: Casanova – Santo Sé – Remanso – Pilão Arcado - 12/06/73;

Censura a imagem do medo - 19/10/73;

Por que punir os prefeitos? - 25/10/73;

Guardas da Malária: Injusta retribuição ao seu trabalho - 30/10/73;

Documento dos Autênticos recusando-se a votar na eleição presidencial - 15/01/1974;

General Pinochet: O Infame - 15/03/74;

PINTO, Francisco. **Caminhando com o Povo**. Câmara de Deputados. Centro de documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1982.

Encadernação com os seguintes discursos e data de pronunciamento:

A posse do general Figueiredo não é honrada pela união popular - 14/03/1979;

O preço de uma denúncia – 23/05/1979;

A UNE ressurgiu mesmo sem anistia - 26/05/1979;

Theodomiro busca a liberdade e professores baianos fazem greve por salário- 29/08/1979;

Theodomiro Romero continua mofando na nunciatura - 03/12/1979;

Governo capacho, trata operário a pata de cavalo - 22/04/1980;

Quem intervém e prende operários no ABC, mantém reitor fascista na UNB - 12/05/1980;

Greve dos camponeses de Conquista e Barra do Choça - 02/06/1980;

Vale grito, coice e revólver na Assembléia Baiana - 05/09/80;

Nordeste: Um primor de cinismo do Presidente da república - 20/11/80;

Desonraram o INPS com o símbolo da bajulação: - que horas são? – A hora que o V. Exa. Quiser. - 04/12/80;

As injustiças com a PM da Bahia. (um militar não pode ser um cadáver do Governador) - 17/03/81;

Violência contra a Imprensa alternativa - 24/06/81;

PINTO, Francisco. **O Soldado A Segurança Nacional e a Pátria**. Discurso proferido na sessão de 25 de agosto de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

PINTO, Francisco. **Uma saída para o Brasil**. Discurso proferido na sessão de 18 de maio de 1971. Câmara de Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

2. Sites consultados:

2.1. Biografia na Câmara dos deputados:

Alencar Furtado:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123194&tip_o=0

Álvaro Lins:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122612&tip_o=0

Amaury Müller:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=106029&tip_o=0

Eloy Lenzi:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122909&tip_o=0

Fernando Cunha:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103252&tip_o=0

Fernando Lyra:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=101372&tip_o=0

Francisco do Amaral:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103670&tip_o=0

Francisco Pinto:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=105942&tip_o=0

Freitas Diniz:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122902&tip_o=0

Freitas Nobre:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123202&tip_o=0

Getúlio Dias:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122922&tip o=0

Jaison Barreto:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122775&tip o=0

Jerônimo Santana:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122941&tip o=0

JG Araujo:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123205&tip o=0

João Borges:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122651&tip o=0

Lysâneas Maciel:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103454&tip o=0

Marcondes Gadelha:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=100150&tip o=0

Marcos Freire:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122681&tip o=0

Nadyr Rossetti:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123259&tip o=0

Paes de Andrade:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=101087&tip o=0

Severo Eulálio:

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122704&tip o=0

Santillini Sobrinho :

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122976&tip o=0

Walter Silva :

http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123041&tip o=0

2.2. Atos Institucionais, Leis Complementares no site da Câmara dos Deputados.

AI-1: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoinstitucional/1960-1969/atoinstitucional-1-9-abril-1964-364977-publicacaooriginal-1-csr.html>

AI-2: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoinstitucional/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>

AI-3: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoinstitucional/1960-1969/atoinstitucional-3-5-fevereiro-1966-363627-publicacaooriginal-1-pe.html>

Ato Complementar de número 4: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>

AI-5: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html>

Constituição com a emenda nº 1: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-republicacao-28547-pl.html>

Lei Falcão: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6339-1-julho-1976-357658-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei orgânica dos partidos de 1965 : <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4740-15-julho-1965-368290-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei orgânica dos partidos políticos de 1971: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5682-21-julho-1971-357872-publicacaooriginal-1-pl.html>

Regimento Interno da Câmara de Deputados:
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/rescad/1970-1979/resolucaodacamaradosdeputados-30-31-outubro-1972-320276-publicacaooriginal-1-pl.html>

3. Filmes:

A Batalha Do Chile. Um filme de Patrício Guzman:

A insurreição da burguesia 100min 1975

O golpe de estado 90min 1977

O poder popular 54min 1979

Pinto vem Aí. Curta-metragem produzido por Oney São Paulo em [1976?]

4. Jornais:

Folha de São Paulo – disponível on line: <http://acervo.folha.com.br>

Jornal Movimento 1975-1982

5. Outros:

Entrevista de Chico Pinto na Terra Magazine por Claudia Leal . Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2168206-EI6578,00.html>

Entrevista de Chico de Oliveira no Roda Viva. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HOGGLZMPaq8>

Discurso de José Saramago. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w>

Site de Emiliano José. Disponível em: http://acervohistorico.emilianojose.com.br/imprensa/at_28082004.htm

Noticias recolhidas do seminário Chico Pinto Ditadura e Democracia em Feira de Santana e no Brasil produzido pelo Labelu, UEFS, set. de 2007.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário Personativo, Histórico, geográfico e Institucional da Feira de Santana**. 3 ed. Editora Gráfica Nunes Azevedo LTDA, Fevereiro, 2002.
- ALVAREZ, Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978) o exercício cotidiano da dominação e da resistência: Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento: uma reportagem**. 1ª edição, Belo Horizonte, MG, editora Manifesto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) **Uso & abuso da História Oral**. 8 ed. RJ: Editora FGV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- COSTA, Célia e GAGLIARDI, Juliana. **Lysâneas, um autêntico do MDB**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/425.pdf>
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. (vol. 3 - O Tempo da Ditadura). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge.; REIS, Daniel Araújo.(org.) **Revolução e democracia(1964-...)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2ªed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

- FURTADO, J. Alencar. **Salgando a terra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, J. Alencar. **Órfãos do Talvez**. 2 ed., Paraná: Editora Beija-flor, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição. Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- GUIMARÃES, Ulysses. **Rompendo o Cerco**. 2º edição, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978.
- HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 2 ed., São Paulo: editora Ática, 1994.
- KINZO, Maria D'Alva G. **Oposição e autoritarismo gênese e trajetória do MDB: 1966 - 1979**. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso Brasileiro**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986
- LOBO, Claudia dos Santos Lagame. **A Sucessão de Geisel e a Imprensa**. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0227.pdf>
- MACIEL, David. **A Argamassa da ordem**. Da ditadura militar a nova república. (1974-1985). São Paulo, Xamã, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/135593893/hlc1>
- MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas, Papyrus, 1995.
- MELO. Demian. **A miséria da historiografia**. Disponível em http://www.academia.edu/1964750/A_miseria_da_historiografia
- MENDONÇA, Sônia Regina. **O patronato rural no Brasil recente (1964- 1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988.
- MÓISES, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. (Org.). **Dilemas da Consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- NADER, Ana Beatriz. **Os Autênticos do MDB semeadores da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.) **PCB: vinte anos de política (1958-1979)**. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. 2º Ed. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zarar, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004.
- REIS, Fabio Wanderley e O'DONNELL, Guilermo (org.). **A Democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.
- REVISTA PANORAMA. **Chico Pinto, a voz do contra**. 20 de agosto a 4 de setembro de 1985.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores e da grande São Paulo 1970-1980**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicaragua: socialismo na América Latina**. 8.ed São Paulo: Atual, 1998.
- SANTOS, Jordania de Souza. **A Repressão ao movimento estudantil na ditadura militar**. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimprensaeabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 8 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**, 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas SP, Editora da Unicamp, 1997.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cesar castanheira. Editora boitempo, 2003.
- VASCOCELOS, Suani de Almeida. **Discurso Político à luz da nova retórica: Chico Pinto e a ditadura militar**. Salvador: UFBA. Dissertação de Letras, 2005.

ANEXO 1

Quadro com os deputados do grupo *Autênticos*.

Nome	Cidade	Profissão	Filiação partidária	Mandatos de deputado federal
Alencar Furtado	Araripe /SE	Advogado	PMDB; MDB; PSB	1971-1975; 1975-1977; 1983-1987.
Álvaro Lins	Pedra Branca /CE	Advogado e Procurador	PSP; PTB; MDB	1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975.
Amaury Müller	Cruz Alta/RS	Economista e Jornalista	PTB, 1954-1966; MDB, 1966-1979; PDT, 1980-	1971-1975; 1975-1976
Eloy Lenzi	Lagoa Vermelha/RS	Advogado	PDT; MDB	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983,
Fernando Cunha	Itumbiara/GO	Advogado	PSDB; PSD, 1955-; MDB, 1966-1979; PMDB, 1980-1992; PP, 1992-	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987, GO, PMDB. (Constituinte), 1987-1991,
Fernando Lyra	Recife/PE	Advogado	MDB, 1967-1980; PMDB, 1980-1987; PDT, 1987-1993; PSB, 1993-	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, 1983-1987; (Constituinte): 1987-1991; 1992-1995; 1995-1999,.
Francisco Amaral	Campinas / SP	Advogado, jornalista e professor	PTN, 1962-1966; MDB, 1966-1979; PP, 1980-1981; PMDB, 1982-	1967-1971; 1971-1975; 1975-1977; 1983-1987; (Constituinte): 1987-1991; 1993-1994.
Francisco Pinto	Feira de Santana/B A	Advogado	PSD, 1950-1965; MDB, 1966-1979; PMDB, 1980-	1971-1975; 1979-1983; 1983-1987; (Constituinte), 1987-1991.
Freitas Diniz	Araioses/MA	Engenheiro civil	MDB; PT	1967-1971; 1971-1975; 1979-1983;
Freitas Nobres	Fortaleza/CE	Advogado, jornalista e professor	PMDB; MDB; PDT, 1985-; PMDB, 1985-; PSDB, 1988-	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983;

				1983-1987,
Getúlio Dias	Pelotas/R S	Jornalista	MDB; PDT	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983.
Jaison Barreto	Lagunas/S C	Medico	MDB	1971-1975; 1975-1979.
Jeronimo Santana	Jataí/GO	Advogado	MDB;PMDB	1971-1975; 1975-1979, 1979-1983,
JG de Araujo Jorge	Taraúaca/AC	Advogado	PR, 1945-; UDN, 1954-; MDB, 1965-; PDT, 1980-1986; PMDB, 1986	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, 1983-1987.
João Borges	Macaúbas /BA	Medico	MDB	1967-1971; 1972-1975,
Lysâneas Maciel	Patos de Minas/M G	Advogado e jornalista	PSB, 1964-1966; MDB, 1970-1976; PT, 1981-1986; PDT, 1987-1992	1971-1975; 1975-1976; Constituinte): 1987-1991; 1991-1992.
Marcondes Gadelha	Sousas-PB	Medico	MDB, 1968-1982; PDS, 1982-1984; PFL, 1983-2003; PTB, 2003-2005; PSB, 2005-2009; PSC, 2009	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011
Marcos Freire	Recife/PE	Advogado e Professor	MDB	
Nadyr Rossetti	Caxias do Sul/RS	Advogado	MDB, PDT	1967-1971; 1971-1975; 1975-1976; 1983-1987.
Paes de Andrade	Mombaça /CE	Advogado e professor	PSD, 1950-1966; MDB, 1966-1979; PMDB, 1980-	1963-1967; 1967-1971; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987;(Constituinte): 1987-1991; 1995-1999.
Severo Eulálio	Picos/Pi	Advogado e professor	MDB	1971-1975.
Santilli Sobrinho	Mineiros do Tiete/SP	Industrial, Economista, p ecurista, professor, comerciante	PRP; PDC, 1953-; MDB, 1965-1979; PMDB, 1979-1988; PSDB, 1988-	1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, SP, PMDB.
Walter Silva	Campos/RJ	Advogado e professor	MDB; PMDB	1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, RJ, PMDB.

ANEXO 2

Coluna do Chico Pinto censurada.

ANEXO 3

Os Autênticos eleitos em 1974 e 1978.

De 36... (Com 1,8 milhões de votos)		...para cerca de 80 (com mais de 3,3 milhões de votos)	
Atual bancada dos autênticos na Câmara(*)	Votação em 1974	Eleitos em 15 de novembro último(*)	
Fernando Lyra (PE)	53.238	Fernando Lyra (PE)	60.000 **
Fernando Coelho (PE)	35.003	Fernando Coelho (PE)	50.000 **
Jarbas Vasconcelos (PE)	67.975	Walter Silva (RJ)	38.736
Walter Silva (RJ)	66.540	J.G. de Araújo Jorge (RJ)	30.359
J.G. de Araújo Jorge (RJ)	36.563	Tarcísio Delgado (MG)	75.000 **
Jorge Moura (RJ)	32.304	Fernando Cunha (GO)	45.000 **
Tarcísio Delgado (MG)	46.662	Ademar Santillo (GO)	70.000 **
Fernando Cunha (GO)	48.669	Santilli Sobrinho (SP)	44.176
Genervino Fonseca (GO)	31.359	Freitas Nobre (SP)	42.667
Ademar Santillo (GO)	48.868	João Cunha (SP)	70.272
Santilli Sobrinho (SP)	98.090	Airton Soares (SP)	64.818
Freitas Nobre (SP)	93.820	Lidovino Fanton (RS)	54.054
João Cunha (SP)	77.223	João Gilberto (RS)	52.054
Airton Soares (SP)	44.772	Odacir Klein (RS)	51.003
Lidovino Fanton (RS)	49.020	Jorge Uequed (RS)	51.157
João Gilberto (RS)	36.616	Rosa Flores (RS)	59.706
Odacir Klein (RS)	34.765	Elói Lenzei (RS)	35.951
Jorge Uequed (RS)	36.440	Getúlio Dias (RS)	62.781
Rosa Flores (RS)	74.447	Alceu Collares (RS)	112.495
Elói Lenzei (RS)	50.253	Álvaro Dias (PR)	127.903
Getúlio Dias (RS)	77.861	Jáder Barbalho (PA)	90.000 **
Alceu Collares (RS)	120.702	Paes de Andrade (CE)	60.000 **
Álvaro Dias (PR)	175.434	Walmor de Luca (SC)	45.013
Gamaliel Galvão (PR)	3.060	Jerônimo Santana (RO)	27.000
Jáder Barbalho (PA)	60.668	Antônio Pontes (AM)	53.000
Paes de Andrade (CE)	54.924	José Costa (AL)	23.000 **
Walmor de Luca (SC)	41.691	Mário Frota (AM)	31.116
Jayson Barreto (SC)	62.151	Antônio Carlos (MS)	65.000 **
Jerônimo Santana (RO)	15.057	Marcondes Gadelha (PB)	35.000 **
José Costa (AL)	40.278	Marcos Cunha (PE)	45.000 **
Mário Frota (AM)	27.965	Roberto Freire (PE)	40.000 **
Nóide Cerqueira (BA)	23.083	José Carlos Vasconcelos (PE)	25.472
Antônio José (BA)	20.094	Délio Dos Santos (RJ)	73.680
Antônio Pontes (AM)	10.949	Modesto da Silveira (RJ)	45.160
Antônio Carlos (MS)	19.731	Marcelo Cerqueira (RJ)	
Marcondes Gadelha (PB)	43.006		
		Edson Kahir (RJ)	66.617
		José Frejah (RJ)	33.034
		Jorge Gama (RJ)	38.347
		Edgar Amorim (MG)	45.000 **
		Ronan Tito (MG)	52.000 **
		Fued Dib (MG)	40.000 **
		Fuad Sahione (MG)	28.000 ***
		Benedito Marcilio (SP)	41.279
		Alberto Goldman (SP)	101.863
		Audálio Dantas (SP)	58.602
		Aurélio Peres (SP)	47.073
		Ralph Biasi (SP)	79.699
		Waldir Walter (RS)	58.513
		Eloar Guazelli (RS)	39.846
		Euclides Scalco (PR)	33.625
		Heitor Furtado (PR)	32.896
		Hélio Duque (PR)	41.166
		Oswaldo Macedo (PR)	50.101
		Paulo Marques (PR)	43.007
		Nivaldo Kruger (PR)	37.169
		Maurício Fruet (PR)	40.221
		Amadeu Geara (AM)	22.195
		Artur Virgílio (AM)	20.500 **
		Max Mauro (ES)	40.000 **
		Carlos Bezerra (MT)	15.000 **
		Gilson de Barros (MT)	19.000 **
		Jackson Barreto (SE)	3.000 **
		Tertuliano Azevedo (SE)	18.000 **
		Jackson Lago ou Freitas Diniz (MA)	23.000 ****
		Francisco Pinto (BA)	150.000 **
		Marcelo Cordeiro (BA)	40.000 **
		Elquisson Soares (BA)	30.000 **
		Iranildo Pereira (CE)	28.000 ***
		Aluisio Bezerra (AC)	7.200

(*) Esta relação refere-se aos integrantes do antigo grupo autêntico e do grupo neo-autêntico e mais alguns parlamentares que sempre acompanham a posição destes grupos. Também integravam esta facção mas foram cassados os ex-deputados Nadyr Rosseti (eleito em 73.261), Amary Muller (48.914), Marcelo Gato (100.746), Alencar Furtado (86.413), Lysáneas Maciel (97.726) e Marcos Tito (61.386).

* Estes são os candidatos já identificados com a corrente autêntica do MDB. Esta relação - que já tem 69 nomes - certamente chegará a 80 deputados quando forem reveladas as posições políticas de candidatos menos conhecidos eleitos em 15 de novembro passado.

** Estimativa, baseada nos votos apurados até sexta-feira à noite

*** De acordo com as apurações realizadas até sexta-feira à noite estavam praticamente eleitos mas ainda havia um pequeno risco de ficarem de fora

**** A segunda cadeira de deputado federal conquistada pelo MDB do Maranhão deve ficar com um destes dois candidatos, ambos considerados autênticos